

Expediente

Revista ADvir - ISSN 1518-3769

Sistema CNPq/Capes

Latindex - Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice.

REVISTA ADVIR

Publicação da Associação
de Docentes da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro - Asduerj
Registro ISSN 1518-3769
Rua São Francisco Xavier, 524,
1º andar, Bloco D, Sala 1.026, Maracanã
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20550-013
(21) 2264-9314 / 2334-0060 / 2334-0511
www.asduerj.org.br (menu publicações)
advir@asduerj.org.br

DIRETORIA BIÊNIO 2015/2017

Presidente: Lia Rocha

I Vice-Presidente: Paulo Alentejano

II Vice-Presidente: Guilherme Vargues

I Secretário: Luiz Claudio de Santa Maria

II Secretário: Felipe Demier

I Tesoureiro: Fabio Iorio

II Tesoureiro: Maria Luiza Tambellini

EQUIPE ASDUERJ

Assessoria de Comunicação

Jornalistas: Sérgio Franklin e Guilherme Schneider

Produção e Edição Visual: Leila Braile

Revisão de texto: Marcelo Santini

Secretaria

Erick Cândido

José Luís de Souza

Mira Caetano

Apoio

Zita Alves

Departamento Jurídico

Advogado: Gustavo Berner

Estagiária de Direito: Vitória Pinheiro

DISTRIBUIÇÃO (GRATUITA)

Aos filiados da Asduerj

Seções Sindicais do Andes-SN

Instituições de Pesquisa e Ensino Superior

Bibliotecas Públicas

CONSELHO EDITORIAL

Décio Rocha (Letras/UERJ)

Deise Mancebo (Psicologia/UERJ)

João Araújo Ribeiro (Engenharia/UERJ)

João Pedro Vieira (Comunicação/UERJ)

Luiz Claudio de Santa Maria (Química/UERJ)

Felipe Demier (Serviço Social/UERJ)

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Facina (História/UFF)

Antonio Celso Pereira (Direito/UERJ)

Bruno Corrêa Meurer (Biologia/USU)

Carlos Alberto Mandarim (Biologia/UERJ)

Cláudia Mônica dos Santos (Serviço Social/UFJF)

Edison da Silva Faria (Arte e Crítica da Arte/UFPA)

Eurico Zimbres (Geologia/UERJ)

Franceline Reynaud (Farmácia/UFRJ)

Francisco Portugal (Psicologia Social/UFRJ)

Gustavo Krause (Literatura/UERJ)

Heliana Conde (História da Psicologia/UERJ)

Jader Benuzzi Martins (Física/UERJ)

José Augusto Quadra (Nefrologia/UERJ)

José Carlos Pinto (Engenharia Química/UFRJ)

Josefina Lanzi de Zeitune (Linguística/UNT/Argentina)

Jussara Cruz de Brito (Saúde do Trabalhador/ENSP)

Lená Medeiros (História/UERJ)

Lilian Nabuco (Comunicação/UERJ)

Luciana Maria Almeida de Freitas (Educação/UFF)

Luiz Sebastião Costa (Engenharia/UERJ)

Luiz Satoru Ochi (Computação/UFF)

Maria Beatriz David (Economia/UERJ)

Miguel Angel de Barrenechea (Educação/UNIRio)

Rose Mary Serra (Serviço Social/UERJ)

Rubens Luiz Rodrigues (Educação/UFJF)

Solange Cadore (Química/UNICAMP)

Wang Shu Hui (Materiais/USP)

Yves Schwartz (Ergologia/UP/França)

EDITORA RESPONSÁVEL (nº 34)

Susana Moreira Padrão (Nutrição/UERJ)

Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 34 (dez. 2015)- . – Rio de Janeiro : Asduerj, 2015-

28 cm.

Semestral
ISSN 1518-3769

Primeira publicação em agosto de 1992. Edições especiais
Publicadas em dezembro de 2002 e em julho de 1995.
Anual em 2014.

1. Docência - Periódicos. I. Associação de Docentes da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CDD 370.05
CDU 37(05)

POLÍTICA editorial e NORMAS para submissão de artigos

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Advir** é uma publicação semestral editada pela Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), **já indexada no sistema CNPq/Capes e Latindex** (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice).

Objetivo: divulgar produções científicas nacionais e estrangeiras.

Público-alvo: comunidade científica do Brasil e exterior.

Os textos enviados para Advir devem ser inéditos. A critério do conselho editorial excepcionalmente poderão ser aceitos textos para republicação.

Todo material recebido será submetido a, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Consultivo, que decidirão, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição e seção da revista isso ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.

O Conselho Consultivo poderá sugerir ao autor modificações de estrutura ou de conteúdo, bem como rejeitar os trabalhos. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação. Os autores serão contatados, individualmente, para envio do resultado do parecer.

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

(Reprodução parcial, com acréscimos, da ABNT NBR 14724:2011)

Resumo/abstract/palavras-chave: o(s) autor(es) devem orientar-se pelo descrito na ABNT NBR 6028. Resumos de artigos acadêmicos em periódicos devem ter entre 150 e 200 palavras. As palavras-chave (no caso da Advir, até cinco) devem ser representativas do conteúdo do documento, escolhidas, preferencialmente, em vocabulário controlado.

Idioma: os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol. Textos escritos em outros idiomas deverão ser traduzidos para o português.

Envio: os trabalhos deverão ser enviados unicamente por *e-mail* para o endereço <advir@asduerj.org.br>, da seguinte forma: os arquivos deverão ser enviados separadamente no mesmo *e-mail*: 1) nomeado como DADOS AUTOR, o arquivo deve conter os dados de identificação do autor (nome, titulação, função e/ou cargo, unidade e departamento, endereço eletrônico, telefones para contato); 2) nomeado como TRABALHO 01, sem identificação do autor, inclusive nas autorreferências ao longo do texto, que deverão ser substituídas por “XXX”; 3) nomeado como TRABALHO 02, com identificação do autor.

Prazo: a submissão de textos deverá ser realizada, impreterivelmente, até o prazo estipulado nos editais de chamada de artigos da Revista Advir disponíveis em www.asduerj.org.br.

Número de páginas: o texto deve ter entre 8 e 15 páginas.

Espaçamento: todo texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas, exce- tuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, que devem ser digitadas em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

Notas de rodapé: as notas devem ser digitadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por filete de 5cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da pri- meira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte menor.

Citações: apresentadas conforme a ABNT NBR 10520 (ou última edição revisada disponível).

Siglas: a sigla, quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo.

Equações e fórmulas: para facilitar a leitura, devem ser destacadas no texto e, se neces- sário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices, entre outros).

Ilustrações: devem seguir o padrão preto (e seus matizes) e branco. Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocor- rência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Após a ilustra- ção, indicar, na parte inferior, a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), legenda, notas e outras informações necessárias à sua com- preensão (se houver). A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

Tabelas: devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Referências bibliográficas: apresentadas conforme a ABNT NBR 6023:2002 (ou última edição revisada disponível).

Índice

Editorial <6>

Dossiê: Saúde Mental e Trabalho <7 a 80>

Panorama da Agricultura Urbana e a construção de Políticas Públicas no Brasil <7 a 17>

Claudemar Mattos (AS-PTA), Marcio Mattos de Mendonça (AS-PTA),
Morgana Maselli (UFRRJ) e Renata Lúcia Souto Nigro Deprá (AARJ)

O Jucaí e suas inúmeras possibilidades de aproveitamento alimentar

Fernanda Campos Junqueira (UFJF), Gláucio José de Mattos Julianelli (Rede Sustentabilidade) e Paulo
Cesar da Silva (Assessor Parlamentar) <18 a 22>

Comida: esse diálogo sem palavras

Juliana Casemiro (UERJ), Juliana Dias (Malagueta Comunicação),
Monica Chiffolleau (HCTE/UFRJ) e Vanessa Schottz (UFRJ) <23 a 29>

Aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em populações indígenas: uma revisão bibliográfica

Luciana Paz Verona (UERJ) <30 a 35>

Doença celíaca – propostas para a redução dos custos da alimentação e melhora do perfil nutricional do celíaco

Noadia Maria Pereira de Carvalho Lobão (ASBRAN/ACELBRA) <36 a 41>

Desafios para a representação da universidade no contexto da segurança alimentar e nutricional

Olivia Maria Ferreira Schneider (UERJ) e Daniela Frozi (CAPES/UFRJ) <42 a 54>

Obesidade e o peso do interesse do capital

Phillipe Augusto Ferreira Rodrigues (EEFD-UFRJ), Erika Cardoso dos Reis (ENSP/FIOCRUZ-RJ), Carlos
Gabriel Avelar de Bustamante Sá (ENSP/FIOCRUZ-RJ) e Alexandre Palma (EEFD-UFRJ) <55 a 62>

Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: caminhos para a garantia do direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar em uma conjuntura de crise política e econômica.

Susana Moreira Padrão (UERJ), Jorginete de Jesus Damião Trevisani (UERJ)
e Francisco Caldeira (CONSEA-Rio) <63 a 74>

“O governo do Estado do Rio de Janeiro não tem compromisso com a segurança alimentar e nutricional.”

Entrevista com **Rosa Maria Cordeiro Alvarenga**
Presidente do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional)
– Biênio 2013/2015 <75 a 80>

Entrevistadores: Sérgio Franklin e Susana Moreira Padrão

Editorial

O tema pautado neste número da *Advir* foi proposto pela oportunidade de abordar a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e refletir sobre as múltiplas dimensões que conformam esta temática. Especialmente, em um ano de Conferências, organizadas em diversos municípios do país e em diferentes estados, culminando com a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em novembro de 2015, no Distrito Federal, Brasília.

As Conferências Nacionais, organizadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) ao longo dos últimos 20 anos, se consolidaram como espaços de reflexão e avaliação de políticas, programas e ações de SAN e se constituíram como locais de encontro e troca de experiências e saberes, acadêmico e popular, de diferentes atores e organizações sociais envolvidas com o tema. Esta temática, longe de se restringir às áreas da saúde e nutrição, é objeto de investigação, debates, políticas sociais, disputas e participação de amplos e diversificados segmentos governamentais e da sociedade civil que estão implicados com a agricultura, urbana e rural, com a cultura e a indústria alimentar, com o acesso à terra, as religiões, os movimentos de mulheres, de negros, de indígenas, as desigualdades de gênero e sociais, a sustentabilidade ambiental, entre outros campos de estudos e interesses.

Igualmente oportuna nos parece a possibilidade de dar voz e dialogar com as organizações sociais que atuam e militam nesses contextos. A SAN é seguramente uma temática, de âmbito nacional e internacional, que abrange um número expressivo e diversificado de organizações e movimentos sociais que enfrentam os múltiplos e cotidianos problemas gerados pela ausência de garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Esses segmentos buscam ter uma atuação participativa e de destaque nas arenas de debates, contribuindo para a formulação de políticas públicas sociais voltadas para a materialização do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e para a conquista da soberania alimentar.

Nas últimas duas décadas, ocorreram mudanças substanciais nesse cenário no país. O conjunto de ações e programas que constituem a política de SAN, apesar de ainda insuficientes, tem avançado e se tornado mais concreto, com resultados mais efetivos. O combate à fome e à insegurança alimentar, amparado por programas de transferência direta de renda, acarretou a saída do Brasil do mapa da fome, divulgado pelo Relatório 2014 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - Brasil (FAO), considerado um resultado positivo nesse panorama. Entretanto, os desafios ainda são grandes, a fome persiste nos grupos mais vulneráveis, como crianças e comunidades tradicionais, e as doenças advindas da alimentação inadequada, como a obesidade, se alastram e se agravam.

A V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (V CNSAN), realizada no mês de novembro, teve como lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Este tema remeteu ao debate de todas as etapas e dimensões socioculturais da SAN, na perspectiva de aproximar a produção do consumo, estabelecer pontes entre o urbano e o rural; valorizar a agrobiodiversidade, os alimentos *in natura* e regionais, além do respeito aos costumes de todos os povos e comunidades tradicionais, com a expectativa de garantir comida de verdade nos pratos de toda a população. Para os participantes, 1.300 delegados e 400 convidados, nacionais e internacionais, muitos desafios persistem na realidade brasileira, ameaçando a alimentação da população e os sistemas alimentares existentes no país, principalmente os tradicionais, integrantes do patrimônio cultural nacional.

É importante ressaltar que o avanço da segurança alimentar e nutricional no país, em função do seu caráter amplo e sua característica interdisciplinar, que abarca, inclusive, um sistema alimentar diverso e complexo, esbarra em interesses de diferentes frações do capital, que criam barreiras para a ampliação e efetivação dessa política. O agronegócio, centrado em monoculturas, o monopólio das sementes transgênicas, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a especulação imobiliária nas zonas urbanas são algumas das áreas de interesse que podem ser contrariadas, caso as ações de SAN sejam implementadas de forma mais ampla e consistente. O capital dificulta, ainda, o atendimento a demandas dos movimentos sociais, como a reforma agrária, a ocupação de áreas nos centros urbanos para ampliação da agricultura familiar e a demarcação de terras indígenas, impondo, muitas vezes, retrocessos nos avanços conquistados.

Dar visibilidade às questões pertinentes à materialização da segurança alimentar e nutricional como um direito humano à alimentação adequada e a garantia da soberania alimentar nos parece fundamental na perspectiva de avançarmos nesta construção. Inferimos que a concretização desse direito no Brasil e no mundo é um pressuposto da justiça e da igualdade social, do fortalecimento da democracia e uma condição inegociável para conquista da cidadania.

Esse é nosso propósito com o tema e os textos apresentados. Esperamos conquistá-los para enfrentar mais este desafio. Boa leitura.

Susana Moreira Padrão
Editora Responsável

PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Panorama of Urban Agriculture and Construction of Public Policies in Brazil

Claudemar Mattos

Engenheiro Agrônomo, Assessor Técnico do programa de agricultura urbana da AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

Marcio Mattos de Mendonça

Engenheiro Agrônomo, Coordenador do programa de agricultura urbana da AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

Morgana Maselli

Historiadora, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável/UFRRJ.

Renata Lúcia Souto Nigro Deprá

Engenheira Agrônoma, Mestre em Solos e Nutrição de Plantas, GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ

Resumo:

O presente trabalho apresenta um breve panorama dos debates acerca da construção de uma política nacional de agricultura urbana no Brasil, que envolve atores do campo da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional. Para tanto, traz à tona o conceito de agricultura urbana, bem como as implicações econômicas, políticas, sociais e ecológicas que estas práticas têm sobre as realidades das cidades em que se inserem. Sua colaboração para a garantia do direito humano à alimentação adequada; do direito às cidades e ao protagonismo de jovens e mulheres em seus territórios. Apresenta ainda um relato do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana e as discussões e demandas apresentadas pela sociedade civil através de sua Carta Política.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Agricultura nas cidades. Políticas públicas. Agroecologia. Redes Sociais.

Abstract:

This paper provides a brief overview of the discussions about the construction of a national urban agriculture policy in Brazil, which involves actors in the field of agroecology and food and nutritional security. For this, brings up the the concept of urban agriculture as well as the economic, political, social and ecological implications that these practices have on the realities of the cities in which they operate. It's contribution to the guarantee of the human right to adequate food, the right to the cities and the role of youth and women in their territories. It also presents an account of the First National Meeting on Urban Agriculture and discussions and demands made by civil society through its Policy Letter .

Keywords: Urban agriculture. Agriculture in the cities. Public Policy. Agroecology. Social Networks.

Agricultura urbana, um conceito em construção.

A agricultura urbana é uma prática muito antiga, tão antiga quanto a existência das cidades. No entanto, como tema de debate e reflexão é algo muito recente.

As experiências que semeiam agricultura nas cidades abordam os mais variados temas, não só na dimensão tecnológica como práticas de compostagem, gestão dos resíduos sólidos, práticas agroflorestais e de permacultura, mas também na dimensão econômica, proporcionando o acesso aos mercados, seja nas feiras agroecológicas ou nas compras coletivas que possibilitam um consumo consciente. As práticas de agricultura na cidade contribuem também com a conservação ambiental e a valorização das culturas, pois promovem a manutenção da agrobiodiversidade e o resgate de alimentos regionais.

Na dimensão social, as experiências de agricultura urbana promovem a interação entre pessoas, em especial agricultoras (agricultores) e consumidoras (consumidores) se concretizando em espaços de convivência e aproximação por meio das atividades de intercâmbio de sementes, mudas, cuidados e conhecimentos, disseminando os valores solidários. Também contribuem e interagem para um melhor arranjo das cidades, na reivindicação por melhores moradias e garantia do território das populações tradicionais.

O movimento pela agricultura urbana, impulsionado pela sociedade civil, fundamenta-se nos princípios da agroecologia, e tem se configurado como um campo de convergências para o fortalecimento da organização popular, especialmente protagonizado pelas mulheres. A articulação delas (e deles) busca superar as desigualdades sociais e econômicas a partir de suas ações cotidianas para incidência em ações políticas que possam mudar a realidade das cidades. A dura realidade social e as condições adversas enfrentadas por famílias que mantêm viva a prática da agricultura nos espaços urbanos contrastam com a riqueza de saberes observada nas experiências agrícolas desenvolvidas em famílias e comunidades. Estas práticas não devem ser consideradas meras reproduções de hábitos e modos de vida de migrantes rurais nas cidades, pois elas revelam o caráter inventivo e interpretativo da realidade das agricultoras (e agricultores). A memória da origem rural, quando parte da história dos sujeitos, pode fazer referência a uma experiência de agricultura camponesa caracterizada pelo aprendizado com os pais, mães e avós, sobre cultivos de roças, o uso de plantas medicinais e nativas na alimentação e a criação de animais ou a vivência de práticas agrícolas.

É ainda importante considerar que, a cada dia, moradores urbanos de diferentes classes sociais que não tiveram vivência anterior no campo, se interessam e passam a se dedicar às práticas agrícolas como busca por um modo de vida mais saudável, evidenciando uma memória rural presente nas pessoas da cidade e nos seus antepassados.

Destacando as tipologias da agricultura urbana, que está presente em todas as regiões metropolitanas brasileiras, podem ser encontradas desde hortas em quintais; hortas comunitárias; hortas em escolas, creches, centros de saúde, centros de referência em assistência social, universidades, penitenciárias, criações de animais; hortas medicinais, compostagens, minhocários, processamentos e vendas de alimentos e produtos agrícolas; hortas em terraços e telhados; hortas sob linhas de transmissão, propriedades rurais diversificadas dentro dos perímetros urbanos, assentamentos rurais e rururbanos, ocupações urbanas, parques, áreas de proteção ambiental, praças, canteiros de estradas e rodovias, corredores ecológicos, parques hortícolas, programas de habitações populares, condomínios, entre outros.

Nestas experiências são desenvolvidos o beneficiamento e extrativismo, a produção de insumos como as sementes crioulas e a compostagem. A compostagem além de cumprir um papel essencial para a produção de alimentos é estratégica para a gestão dos resíduos sólidos nas cidades.

Há uma grande diversidade de pessoas que praticam agricultura nas cidades, desde indivíduos nos quintais das suas casas a espaços coletivos como hortas comunitárias; hortas escolares e a ocupação de espaços públicos. Percebe-se uma participação efetiva de camponeses que vieram para as cidades constituírem

atividades urbanas e que continuam suas práticas agrícolas nos reduzidos espaços que ocupam. Também há famílias agricultoras, cujos espaços foram se tornando urbanos e que permanecem com suas atividades agrícolas de produção vegetal, animal, processamento e comercialização, seguindo a lógica da agricultura familiar, ainda que o entorno tenha se urbanizado. Também são identificados assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, publico do Cadastro Único (CadÚnico), trabalhadores sem teto e sem terra, desempregados. Além disso, profissionais liberais, servidores públicos, adultos, crianças, jovens e idosos. Todos esses são agricultoras (agricultores) urbanos.

Há protagonismo das mulheres nas iniciativas de agricultura urbana, onde muitas delas têm origem rural e, com o avanço do agronegócio no campo e acesso ao mercado de trabalho das cidades, foram expulsas de seus territórios de origem. Outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura pela preocupação com a saúde e com o alimento das famílias. Desta forma, a agricultura urbana dá visibilidade às estratégias de manutenção da saúde da família e à valorização dos trabalhos de cuidados exercidos na maior parte das vezes exclusivamente pelas mulheres. É também a partir da agricultura urbana que é possível que os jovens urbanos ampliem sua compreensão dos ciclos da natureza dos quais fazem parte, estimulando o seu protagonismo e novas possibilidades de inserção na sociedade.

Diferentes modelos de ocupação e uso das cidades estão em disputa. O modelo de urbanização das cidades pautado na lógica do mercado capitalista (empresariamento das cidades) gera desafios para a manutenção e ampliação das práticas agroecológicas nestes espaços, tais como o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas, com o amparo dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais, bem como a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar). A agricultura urbana se insere na promoção de um modelo de desenvolvimento mais justo e democrático, que supere a dicotomia e ruptura campo-cidade e garanta o direito à cidade e à alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes.

A agricultura urbana desempenha papel social fundamental para a construção de paradigmas ecológicos, pois as atividades desenvolvidas estão relacionadas diretamente aos ciclos da vida, desde a germinação ao fruto maduro; de resíduos se transformando em adubo orgânico, da reprodução animal, do conhecimento da natureza e suas estações, dos movimentos climáticos e das relações existentes nos ecossistemas. Destaca-se também a importância da prática como elemento terapêutico em casos de recuperação química e psicológica.

A agricultura urbana é uma forma de organização da população urbana para promover a autonomia na produção agroecológica de alimentos, a construção de novas relações de cultivo e consumo baseadas na economia solidária e a reconexão com a natureza nas cidades, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para efetivar o direito humano à alimentação adequada.

Histórico de construção do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

Por mais antigas que sejam essas práticas, a história da construção social da agricultura urbana é recente. Há pouco mais do que duas décadas, organizações da sociedade civil com atuação reconhecida no campo da agroecologia no Brasil vêm experimentando ações no campo da agricultura em áreas urbanas e periurbanas em seus programas de desenvolvimento local. A perspectiva da promoção do desenvolvimento com ênfase na agroecologia em territórios urbanos passa a ser incorporada por essas organizações em suas reflexões. A Rede de Intercâmbio de Tecnologias (REDE) e a AS-PTA Agricultura familiar e Agroecologia (AS-PTA) foram duas das primeiras organizações a trazerem essa discussão para o campo da agroecologia. A partir da promoção de intercâmbios, essas organizações e outras, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), passaram a interagir e a refletir sobre os papéis e a importância da agricultura urbana para o desenvolvimento das cidades.

No ano de 2003, quando Luis Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil e lança como carro chefe o desafio do combate à fome e à pobreza, ações de hortas comunitárias em áreas urbanas começam a despontar no Brasil. O reavivamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional (CONSEA) e a realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANS) levantam demandas para o governo incorporar uma política nacional de agricultura urbana. Em 2007 é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) uma pesquisa nacional de agricultura urbana, que dá origem ao documento de diretrizes para a construção de uma política pública. Esse foi mais um espaço de diálogo entre as organizações da sociedade civil, agora no âmbito da construção de uma política nacional para a agricultura urbana e periurbana.

Ao longo dos anos, essas e outras organizações promoveram uma série de visitas de intercâmbios, encontros e seminários que permitiram o aprimoramento das experiências e a troca de informações. Surge a necessidade de fortalecer mais as experiências locais no enfrentamento aos obstáculos impostos à agricultura nos territórios, de promover mais interações entre as organizações. Assim, seria possível construir um ponto de vista comum ou compartilhado sobre a importância da agricultura urbana e quais seriam as políticas necessárias para o setor.

Em 2007 aconteceu uma oficina de agricultura urbana no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em Recife (PE). Em 2013, no Seminário Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), ocorrido em Porto Alegre (RS), é criado um grupo de trabalho em agricultura urbana (GT AU). Em 2014 aconteceu um seminário sobre agricultura urbana no III ENA, realizado em Juazeiro (BA), onde foi formalizado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana.

Este espaço contou com a presença de representantes de diversas regiões do país, que demonstraram - preenchendo com suas falas e memórias um grande mapa do Brasil - a existência de experiências de agricultura urbana em todas as regiões metropolitanas brasileiras. Em sua maioria iniciativas da sociedade civil, estas experiências, apesar de muito ricas e variadas, carecem de articulação entre si e com os demais movimentos que pensam o planejamento das cidades. Além disso, os relatos dos participantes indicaram a ausência de apoio federal às ações de agroecologia e agricultura nos espaços urbanos.

Como resposta a estas demandas, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana foi lançado com o objetivo de constituir um espaço para o fortalecimento das experiências em agricultura urbana e uma representatividade para o diálogo na construção de políticas públicas¹.

Antecedentes na construção da Política Nacional de Agricultura Urbana

Em 2004, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS, e como resultado da pressão exercida pela sociedade civil na II CONSAN, realizada em Olinda, PE, o MDS lança um Programa de Agricultura Urbana, como passo na construção de uma política nacional de agricultura urbana.

Somente em 2007, o MDS realiza em parceria com organizações da sociedade civil, uma pesquisa nacional de agricultura urbana e reorganiza o Programa, baseado na implantação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs), que traz uma abordagem importante da territorialização da política. Foram então lançados editais e iniciados 12 CAAUPs em regiões metropolitanas brasileiras. Ainda como parte do escopo da política em construção, foi constituído um grupo gestor com representação dos CAAUPs.

¹ A carta do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana no III ENA pode ser conferida na íntegra neste link: <http://goo.gl/57DI5c>

Em 2011, a IV CONSAN reforçou a necessidade de maior investimento na construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Apesar disto, em 2012, novas mudanças no governo fizeram com que o MDS interrompesse as suas ações no campo da agricultura urbana e, com isso, também o diálogo com a sociedade civil sobre tema.

A incidência da sociedade civil com a constituição do GTAU no âmbito do FBSSAN e a realização do seminário nacional de agricultura urbana no III ENA, com a constituição do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), levaram o CONSEA a pressionar o governo a dar respostas sobre a construção da política nacional. No ano de 2014, a Comissão Permanente 3 do CONSEA constituiu um Grupo de Trabalho em agricultura urbana para levar a discussão da política nacional à frente. Neste ano foi elaborado um novo documento com propostas para a construção desta política, intitulado “Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP)”, levado a debate em plenária nacional do CONSEA e que se torna referência deste conselho e para o governo, no tema para a implantação da referida política. Nessa mesma plenária, é levantada a proposta de encaminhamento das discussões para a construção da política para a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). É então constituído um Comitê Técnico (CT) na CAISAN, que deve dar tratamento à questão.

Além da discussão da constituição de uma política nacional de agricultura urbana, a questão de políticas públicas para o setor é tratada também no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (PNAPO). O primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO) faz referência à agricultura urbana, mas não explicita ações e responsabilidades no governo. Atualmente, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e a ANA vêm participando da construção do II PLANAPO e pressionando para que o governo incorpore, em seu conteúdo, ações e um programa de agricultura urbana.

Além disso, recentemente, no ano 2015, foi apresentado pelo Deputado Federal Padre João (MG), um Projeto de Lei (PL) para a constituição de uma política nacional de agricultura urbana. Esse PL está na comissão de Constituição e Justiça, já tendo passado o prazo para emendas e aguardando parecer do relator. Ainda mais recente, no segundo semestre de 2015, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) demonstra interesse em construir um programa de agricultura urbana.

O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana convoca a CAISAN, os ministérios envolvidos e o Deputado Padre João para participarem de um debate sobre a construção da política nacional de agricultura urbana.

O chamado para a discussão de políticas públicas

No momento em que o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana foi lançado, no III ENA, os relatos dos participantes já indicavam a necessidade de criação de um momento para fortalecer parcerias e articular estas experiências, ampliando a escala de atuação e envolvendo outros atores para debater a construção da política pública federal sobre o tema. Nascia a ideia de um encontro.

Em fevereiro de 2015, dois eventos realizados simultaneamente na cidade do Rio de Janeiro, colaboraram para um encontro de parte do coletivo: o Seminário Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Seminário sobre Abastecimento Alimentar no Brasil do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A presença de representantes das organizações integrantes do CNAU, que participavam dos seminários, fortaleceu os laços entre estas instituições e permitiu que acontecesse a primeira reunião visando à promoção do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (I ENAU).

A partir de então, começa a se concretizar a ideia do I ENAU, que se consolidou no Rio de Janeiro em outubro de 2015. Nesse momento, em que no CNAU se pensava em mobilização e fortalecimento, ficou marcado o vínculo e a parceria com a ANA e o FBSSAN na promoção do encontro. A data foi pensada de

forma a inserir o evento nas estratégias de mobilização para a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, visando manter o tema da agricultura urbana neste fórum, pautada pela sociedade civil, o que fortalece a luta pela construção de políticas públicas.

O I Encontro Nacional de Agricultura Urbana – I ENAU

Ao longo do ano de 2015, o I ENAU foi sendo organizado pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, desenhando a aproximação de atores sociais com atuação no campo do direito à cidade e da reforma urbana, da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia para fortalecer as ações de agricultura urbana.

A partir disto, foi escolhido o lema para orientar as discussões: “Agroecologia e Direito a Cidade: Cultivando saúde e comida de verdade”. Partiu-se do entendimento, apresentado anteriormente, da agricultura urbana como uma forma de organização popular urbana que colabora na promoção da autonomia da produção agroecológica de alimentos, na construção de novas relações de produção e consumo com base na economia solidária, e em novas formas de utilização dos espaços urbanos que reconectem a natureza nas cidades e mantenham as pessoas em seus territórios.

O primeiro I ENAU aconteceu entre os dias 21 e 24 de outubro de 2015 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e reuniu cerca de 300 pessoas que integravam as delegações de 18 estados (RJ, SP, MG, ES, SC, RS, PR, GO, BA, PE, RN, CE, MA, PI, TO, PA, RO e RR) e do Distrito Federal. As delegações foram compostas por uma maioria de agricultores urbanos, além de assessores técnicos, estudantes, jovens e representantes do governo federal. Vale destacar que o critério de gênero para formação das delegações foi cumprido. Metade do público do I ENAU foi composto por mulheres, o que confirma o protagonismo feminino nas ações de agricultura urbana, mencionado anteriormente.

Os participantes trouxeram a diversidade e a riqueza dos movimentos sociais e organizações que promovem a agricultura urbana no Brasil: hortas comunitárias, escolares, de instituições religiosas e promovidas pelas prefeituras; quintais produtivos; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); ocupações urbanas; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Marcha Mundial das Mulheres; conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento urbano e rural e de meio ambiente; redes de agricultores; grupos de consumidores; movimentos de agroecologia urbana; grupos de agroecologia e de permacultura; grupos de estudos em agroecologia e agricultura urbana de universidades de vários estados; associações de trabalhadores de materiais recicláveis; povos e comunidades tradicionais; povos de terreiro; Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Movimento de Mulheres Marias; associações de Chacareiros; associações de mulheres e povos extrativistas; coletivos de valorização da culinária tradicional de diferentes regiões e muitas outras experiências.

A programação do I ENAU foi construída de forma a debater as temáticas do lema exposto acima, a possibilitar a troca de conhecimentos entre os participantes e a dar voz e visibilidade às experiências de agricultura urbana de todo país. Para tanto, foram realizados três painéis de debate: I - Panorama da Agricultura Urbana no Brasil; II - Direito à cidade e comida de verdade; e III - A Política Nacional de Agricultura Urbana. Foram montadas instalações pedagógicas, onde os participantes puderam contar um pouco de suas experiências coletivas em agricultura urbana, segurança alimentar e direto à cidade, apresentando os protagonistas envolvidos e os principais temas aglutinadores, e relatando quais os avanços, oportunidades, dificuldades e ameaças em seus territórios. Além disto, foram realizadas 11 oficinas propostas pelos participantes com temas importantes para a agricultura urbana. Desde as plantas alimentícias não convencionais e ervas medicinais, hortas e pomares urbanos para o combate a fome, passando pela gestão dos resíduos orgânicos urbanos através da compostagem, aproveitamento integral de alimentos e agrofloresta, até os debates mais políticos sobre a agricultura urbana nas regiões metropolitanas, os impactos econômicos e

ecológicos da agroecologia, a relação da agricultura com as unidades de conservação ambiental e o acesso dos agricultores urbanos às políticas públicas para agricultura familiar.

Além disso, durante todo o encontro esteve montada a feira de saberes e sabores das cidades, que teve como objetivo dar visibilidade a toda a variedade de produtos das roças e dos quintais das cidades brasileiras e de proporcionar um canal direto de trocas e diálogo entre os participantes, e destes com o público visitante do encontro, moradores da cidade do Rio de Janeiro e comunidade universitária. Na feira era possível encontrar legumes, verduras, hortaliças, mel e derivados, pães, bolos, doces, compotas, geléias, queijo, ovos, mudas, sementes, ervas medicinais, sabonetes, cremes e outros cosméticos, artesanatos, além de materiais impressos das experiências e muitas outras expressões da agricultura urbana brasileira. A feira também foi oportunidade para trocas de sementes e de apresentações culturais.

Os últimos momentos do ENAU, dentro do espaço da universidade, foram marcados pela Plenária das Mulheres, em que se enfatizou o protagonismo feminino nas práticas de agricultura urbana; e pela reunião de trabalho ampliada do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, que deixou transparente para todos os participantes o processo de construção do encontro e traçou planos para as próximas ações.

No último dia aconteceram intercâmbios de experiências de agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com oito roteiros, os participantes puderam conhecer de perto a realidade das experiências de agricultura urbana relacionadas ao acesso aos mercados locais, à relação agricultor e consumidor, à riqueza dos quintais, das plantas medicinais, ao protagonismo das mulheres, agrofloresta e aos conflitos por moradia e com as unidades de conservação.

Ao longo dos quatro dias de encontro muitos temas foram debatidos, problemas levantados e conquistas alcançadas. As discussões e os encaminhamentos feitos nesse período deram forma e conteúdo à Carta Política do I ENAU, que pode ser lida na íntegra nas páginas que se seguem a este artigo.

Agricultura Urbana e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade

Carta Política do Encontro Nacional de Agricultura Urbana - ENAU

21 a 24 de outubro - Rio de Janeiro, RJ*

“Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade” foi o tema do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado na UERJ, no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 24 de outubro de 2015. O Encontro reuniu mais de 250 pessoas de 20 estados do Brasil, das suas cinco regiões, sendo mais de 50% mulheres, com grande participação de jovens e agricultoras/es. Estiveram presentes representantes de movimentos populares urbanos e rurais, movimentos em defesa da cultura alimentar, agricultoras/es familiares, camponesas/es, chacareiras/os, povos de terreiro e de matriz africana, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, ativistas urbanas/os, estudantes, pesquisadoras/es, professoras/es, gestoras/es públicas/os e parlamentares.

A diversidade de experiências de agricultura urbana vista no ENAU demonstra um conjunto de iniciativas que estão reunidas e articuladas em redes, coletivos locais, fóruns estaduais e regionais e se identificam com os princípios do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana que, junto com a Articulação Nacional de Agroecologia e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, organizaram este encontro.

*A “Carta política” do I Enau não foi revisada, pois trata-se de um documento escrito e publicado por participantes do referido encontro.

Essa diversidade pôde ser vista nas instalações pedagógicas, apresentadas no primeiro dia do Encontro: as práticas autogestionárias de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos de Santa Catarina; a reivindicação pelo acesso e uso de espaços públicos para a agricultura urbana em Brasília; o conhecimento tradicional e a cultura alimentar e de plantas sagradas em cidades da Amazônia; as conexões entre o urbano e o rural nas experiências de agricultura urbana do Nordeste; as ações articuladas com movimentos da reforma urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a importância da agricultura familiar para garantir a manutenção e ampliação de áreas florestais e arborizadas, ao mesmo tempo que os conflitos como as Unidades de Conservação no Rio de Janeiro e outras cidades; o patrimônio genético, a cultura alimentar e a agrobiodiversidade mantida e resguardada nas práticas de agricultura urbana no país.

A construção do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana se articula aos fóruns e redes de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Agroecologia. Foi através dos diálogos com estes movimentos que a agricultura urbana foi fortalecendo sua identidade como prática que gera alimentos saudáveis, isentos de agrotóxicos, livres de transgênicos; que valoriza culturas locais, que pensa o aproveitamento dos recursos e o reaproveitamento dos resíduos e que abastece mercados locais e de proximidade como escolas e feiras e equipamentos de distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. A agricultura urbana é um campo de convergências entre diversos movimentos e lutas por uma cidade justa, sustentável e construída cotidianamente pelas pessoas, buscando mitigar as dicotomias entre o rural e urbano e garantir a apropriação da cidade pela população. O movimento pela agricultura urbana demarca a centralidade da luta pela terra e pelas reformas urbana e agrária.

Nessa trajetória de relações no âmbito da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia, ficou evidente a importância - ainda que invisível para grande parte da sociedade - do papel das mulheres e das/os jovens como protagonistas de grande parte das experiências presentes neste Encontro. São as mulheres que, devido à lógica patriarcal de divisão sexual do trabalho, se tornam responsáveis pelo cuidado de pessoas de sua família, pela garantia dos alimentos, da saúde, da água dentre outros. A prática da agricultura urbana é marcada pela afirmação de saberes históricos das mulheres.

Na luta por uma cidade de direitos e pela soberania na produção de alimentos e na promoção da saúde integral, as mulheres reivindicam a socialização do trabalho do cuidado e da reprodução da vida com toda a sociedade e com o Estado e constroem sua autonomia e o fortalecimento em grupos e coletivos.

Nesse caminhar histórico do movimento da agricultura urbana, foi ampliada a necessidade de afirmar e defender as práticas que envolvem as diferentes dimensões da produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos nos espaços das cidades e das regiões metropolitanas. Quando olhamos como se dão as diversas experiências que se encontraram no ENAU, nos territórios onde elas florescem e se desenvolvem, evidencia-se uma série de ameaças e conflitos vivenciados cotidianamente nas cidades.

Essas ameaças e conflitos têm suas raízes, principalmente, no projeto de mercantilização dos espaços urbanos que se dá em detrimento dos modos de vida locais e das formas de uso e ocupação protagonizados pelas/os protagonistas de lutas e mobilizações que convergem com a agricultura urbana. Nesse sentido, repudiamos o processo de mercantilização da natureza e das relações sociais nas cidades, que impacta diretamente a qualidade de vida, a relação com o território e o acesso ao alimento de qualidade. Não aceitamos o pacote tecnológico oferecido pelo agronegócio, totalmente inadequado para o ambiente urbano. Combatemos a especulação imobiliária e a política de remoções que promovem a exclusão social, e que dificultam e impedem o acesso aos recursos naturais pelas populações nas cidades.

No espírito de convergências que marcou este encontro e que caracteriza as experiências de agricultura urbana, reivindicamos que os princípios da função social da propriedade e do direito humano à alimentação adequada, que constam da Constituição Brasileira, sejam cumpridos.

Nossas experiências apresentam um conjunto de propostas para dialogar sobre os modelos de cidade e os modelos de agricultura e alimentação que queremos para a construção de uma sociedade mais justa e atenta às transformações que estão acontecendo em nossos territórios.

Propõe-se:

Reconhecimento das/os sujeitos da agricultura urbana, com ênfase no protagonismo das mulheres e dos jovens, em especial de mulheres negras, indígenas e provenientes de comunidades tradicionais, na conservação, proteção e promoção das culturas alimentares fortemente enraizadas nos territórios.

Reconhecimento do alimento e do ato de cozinhar como patrimônios da humanidade em suas diversas dimensões culturais, sociais, ambientais e espirituais.

Reconhecimento da trajetória já realizada pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana na discussão e proposição de uma Política Nacional de Agricultura Urbana que seja intersetorial e que abarque a totalidade das experiências nos territórios.

Reconhecimento dos saberes tradicionais sobre o uso e manejo da agrobiodiversidade e da cultura alimentar tradicional / local como salvaguardas para a sociobiodiversidade e proteção do patrimônio genético.

Fortalecimento de pautas já apontadas em cartas de outros encontros e de lutas de movimentos afins, como a permanência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sem cortes e em todas suas modalidades, a revisão e adequação das normas sanitárias para a agricultura familiar, a rotulagem de produtos transgênicos, entre outras, apresentadas pelos fóruns de agroecologia e SAN.

Garantia do acesso à terra para as iniciativas de agricultura urbana, promovendo segurança jurídica e regulamentação fundiária, impedindo a especulação imobiliária em áreas produtoras de alimentos.

Reconhecimento do protagonismo das mulheres nas práticas de agricultura urbana e periurbana, fortalecendo suas experiências em quintais produtivos e comercialização solidária, na luta por sua autonomia política e econômica e por uma vida livre de violência.

Garantia de assistência técnica agroecológica e multidisciplinar que respeite os saberes das/os agricultoras/es em suas práticas locais.

Fomento e facilitação de acesso às sementes crioulas para agricultoras/es urbanas/os.

Garantia do uso contínuo dos espaços públicos urbanos para plantio de ervas medicinais e sagradas de povos indígenas e comunidades tradicionais, especialmente aqueles que dependem de seus cultivos para realização de ritos e relações de ancestralidade e pertencimento, como os povos de matriz africana e povos indígenas.

Garantia da execução do Decreto 6040 (Política Nacional de Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais) e do 169 OIT.

Revisão da publicação “Alimentos Regionais Brasileiros” que traz informações equivocadas sobre os hábitos alimentares nortistas.

Viabilização da emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para agricultoras/es familiares em territórios urbanos e periurbanos onde há impedimentos ao acesso a este instrumento por diversos motivos;

Fomento à logística e comercialização de produtos oriundos da agricultura urbana, principalmente por meio de incentivos a feiras agroecológicas.

Integração entre as experiências de campo e as universidades, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias, com especial atenção aos Núcleos de Estudo e Pesquisa em Agroecologia (NEAs) e a interação com mestres da cultura alimentar e agricultura tradicional.

Valorização e promoção de práticas de educação alimentar nas escolas, relacionando-as às práticas agroecológicas de produção e à garantia do direito à alimentação adequada e à segurança e soberania alimentar e nutricional.

Divulgação de experiências exitosas em agricultura urbana que dêem visibilidade aos processos de resistência da agricultura urbana e à riqueza do que é produzido dentro das cidades.

Ampliação do debate acerca das regiões periurbanas, buscando definir estratégias específicas e integradoras para as zonas de transição entre urbano e rural.

Promoção de um amplo mapeamento de agricultura urbana que possibilite a definição de perfil das/os agricultoras/es e das experiências em curso em todo país.

Construção de políticas públicas no âmbito federal

Existe um histórico antigo de elaboração de políticas públicas para a agricultura urbana no âmbito federal, que é marcado pelos processos de construção das Conferências Nacionais de SAN (2004, 2007 e 2011).

Em 2007, foi realizada a pesquisa nacional de agricultura urbana e periurbana que deu origem ao documento “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para a sua Promoção”; com base nesse documento foi elaborado um programa de agricultura urbana de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) o qual lançou os Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana - CAUPs - e editais de fomento.

Em 2012/2013 o MDS interrompeu o processo de construção da política e o fomento de ações nos territórios. Em resposta, as organizações que viriam dar origem ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana encaminharam uma carta a Ministra Teresa Campelo cobrando posicionamento do MDS. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA nacional acolhe a luta e passa a incorporar a pressão pela construção da política pública.

Ao final de 2014 é apresentado o documento “Subsídios para uma Política Nacional de uma Agricultura Urbana e Periurbana” na última plenária do CONSEA, quando é constituído um comitê temático na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, que passa a ser o responsável a dar os encaminhamentos para a construção da política.

Por outro lado, a Agricultura Urbana aparece na construção do 1º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2013-2015), ainda que não receba dotação orçamentária e nem tenha nenhum ministério responsável pela execução de ações. Novamente, a sociedade civil organizada na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) propõe ao governo a inserção do tema, com ações definidas, na construção do 2º PLANAPO, em elaboração.

Considerando os acúmulos na construção de políticas para agricultura urbana, reforçamos as diretrizes já apresentadas no documento “Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)”, apresentado pelo CONSEA Nacional, elaborado com a participação do CNAU:

“As ações de apoio à AUP deverão ser desenvolvidas e implementadas de forma integrada entre si, e com as ações de SAN, de habitação, de urbanismo, de agroecologia, de assistência social, de saúde, de educação, de gestão de resíduos sólidos, de geração de emprego e renda, de formação profissional e de proteção ambiental, organizadas em redes, de forma a promover o diálogo entre os diversos setores governamentais e da sociedade civil. Essas ações deverão ainda seguir as seguintes diretrizes:

A. Reconhecimento da multifuncionalidade social, cultural, econômica e política da agricultura urbana e

periurbana como base para o desenvolvimento e promoção de ações intersetoriais, geridas de forma descentralizada e participativa.

B. Fortalecimento da cadeia produtiva e promoção de ações específicas de fomento à produção, comercialização e consumo;

C. Promoção de acesso facilitado a linhas especiais de financiamento para atividades e projetos relacionados à AUP;

D. Fortalecimento da institucionalidade da AUP por meio da elaboração de marcos legais e institucionais coerentes e apropriados ao setor em todas as esferas de governo;

E. Fortalecimento da consciência cidadã em torno dos benefícios gerados pela AUP em termos sociais, políticos, econômicos, sanitários e ambientais;

F. Promoção de processos de construção do conhecimento e desenvolvimento de capacidades técnicas e de gestão do/as agricultores/as urbanos e periurbanos, com ênfase em tecnologias sociais, incluindo o apoio a pesquisas que validem o conhecimento gerado e acumulado pelas organizações da sociedade civil que desenvolvem ou apóiam a AUP;

G. Promoção da participação e do controle social como fundamento das atividades e projetos públicos de promoção da AUP.”

Considerando este contexto de não conclusão da elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana reivindica um espaço institucional de diálogo entre governo e sociedade civil para a construção e acompanhamento da execução da referida política pública.

Aguardamos o posicionamento e o retorno do governo à nossa reivindicação para o diálogo e o acompanhamento da construção dessa política.*A “Carta política” do I Enau não foi revisada, pois trata-se de um documento escrito e publicado por participantes do referido encontro.

Referências Bibliográficas

Anais do III ENA: Encontro Nacional de Agroecologia – Rio de Janeiro. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2014, 232p.

Carta Política do Encontro Nacional de Agricultura Urbana – **ENAU**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2015/11/carta-politica-do-encontro-nacional-de-agricultura-urbana-enau/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

MENDONÇA, M.M.; MONTEIRO, D.; FIGUEIREDO, S.C.; MENDES, R. Agricultura na Cidade e a Busca da Segurança Alimentar e Nutricional: Reflexões a partir da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. In: **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**. Disponível em: <<http://www.itds.ufrj.br/gis/an>>. Acesso em: 01 out. 2005.

Recebido em 16 novembro de 2015. Aprovado em 14 de dezembro de 2015.

O JUÇÁ E SUAS INÚMERAS POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO ALIMENTAR

The Juçá and its many possibilities for food use

Fernanda Campos Junqueira

Graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Gláucio José de Mattos Julianelli

Médico e Deputado Estadual – Rede Sustentabilidade

Paulo Cesar da Silva

Assessor Parlamentar

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo apresentar o Juçá, fruto da Palmeira Juçara, espécie natural da Mata Atlântica, bem como suas inúmeras possibilidades de aproveitamento alimentar. O Juçá tem elevado valor nutricional e grande concentração de ferro, potássio, provitamina A e antioxidante antocianina. Desta forma, sua inserção na alimentação escolar pode ser uma forma de garantir que os alunos tenham uma dieta com conteúdo nutricional mais rico. Outras vantagens descritas pelo cultivo do Juçá são o fato dele ser ecologicamente mais sustentável e sua possibilidade de garantir o sustento de várias famílias e comunidades tradicionais. Espera-se que a popularização de informações acerca do Juçá possa trazer melhorias para a segurança alimentar, para o manejo sustentável da Palmeira Juçara e para a divulgação de uma alternativa de renda como incentivo à agricultura familiar, de pequeno porte e de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Juçá. Nutrição. Sustentabilidade.

Abstract:

This article aims to present the Juçá, fruit of Juçara Palm, natural species of the Atlantic Woods and its many possibilities for food use. The Juçá has high nutritional value and high concentration of iron, potassium, provitamin A and antioxidant anthocyanin. This way, its inclusion in school meals can be a way to ensure that students have a diet richer nutritional content. Other advantages described by the cultivation of Juçá are the fact that it is ecologically sustainable and their ability to ensure the livelihood of many families and traditional communities. It is expected that the popularization of information about Juçá can bring improvements to food security, sustainable management of Juçara Palmeira and the dissemination of an alternative income as an incentive to family farming, small and traditional communities.

Keywords: Juçá. Nutrition. Sustainability.

Introdução

O Juçai é obtido por meio do despulpamento do fruto da Palmeira Juçara, cientificamente chamada de *Euterpe edulis Martius*. Tal árvore, típica das regiões da Mata Atlântica, encontra-se atualmente ameaçada de extinção pelo extrativismo não sustentável do palmito.

Segundo informações da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE), o Juçai foi a primeira polpa a ter registro no Ministério da Agricultura no Brasil. As frutas que são utilizadas para a produção do Juçai são um alimento orgânico colhido na floresta, através de produção sustentável com o objetivo de conservar e reflorestar a espécie.

A Palmeira Juçara pode demorar entre oito e doze anos para alcançar sua fase adulta, quando começam a produzir tanto o fruto, quanto o palmito. É comum encontrá-la no estrato médio da Floresta Ombrófila Densa, desde o sul da Bahia até o norte do Rio Grande do Sul, com distribuição mais presente ao longo do litoral brasileiro, no domínio Florestal Tropical Atlântica (REIS et al., 2000 apud MARTO, 2007).

A espécie *Euterpe edulis* é um dos produtos mais explorados na Mata Atlântica. Trata-se de uma Palmeira amplamente distribuída geograficamente, de grande abundância na área de ocorrência, curto ciclo de vida, forte interação com a fauna e ampla comercialização (REIS e GUERRA, 1999 apud MARTO, 2007). Em grande medida, seu intenso extrativismo está relacionado ao seu elevado valor econômico como alimento. Consequentemente, essa exploração contribui para a degradação do meio ambiente e torna-se um fator de preocupação para a preservação da espécie, uma vez que não há rebrota após o corte para a extração do palmito (MORTARA e VALERIANO, 2001 apud MARTO, 2007).

1 - Propriedades Nutricionais

Algumas autores, como Felzenszwalb et al (2013), apontam o Juçai como sendo uma “superfruta”¹, pois ele tem propriedades nutricionais semelhantes ao fruto da *Euterpe oleracea* em valores calóricos, com a vantagem de ter maior concentração de ferro (70%), potássio (63%), provitamina A e antioxidante antocianina. As chamadas “superfrutas” têm alto valor nutricional devido à sua riqueza em nutrientes, antioxidantes e benefícios à saúde comprovados ou potenciais. Segundo estudo do Instituto de Tecnologia de Alimentos (apud Kiffer, 2010), o Juçai é considerado uma super fruta porque seus teores de antocianina, antioxidante natural, são quatro vezes superiores ao açai.

TABELA 1 – DADOS COMPARATIVOS ENTRE JUÇAI E AÇAI

	Sólidos Solúveis (°Brix)	Sólidos Totais (g/100)	Acidez (g ác. Cítrico/100g)	pH	Antocianinas* (mg/100g)	Atividade antioxidante (µmolTroxeq/g)
Juçai (02/08/2010)	3,8	9,47	0,15	4,79	102,05	35,78
Açai Fino ¹	2,0	10,4	0,1	5,2	36	19,9
Juçai Médio (02/08/2010)	4,8	14,40	0,17	4,96	162,06	55,38
Açai grosso ²	2,4	15,8	0,3	4,1	61,7	35,2
Juçai grosso (02/08/2010)	10,8	20,43	0,29	4,93	299,8	79,11

* Expresso em cianidina-3-glucosídeo;

¹ CRUZ (2008);

² PALACIO (2008).

Fonte: EMBRAPA (2010 apud REANE, 2014)

No Brasil, diversas palmas têm palmitos comestíveis. Um dos mais conhecidos e apreciados frutos destas palmeiras é o açaí. O açaí é largamente consumido na forma de sumo e polpa e já foi incorporado como um ingrediente em muitos alimentos. Lamentavelmente, o Juçai ainda não ganhou esta popularidade e destaque que tem o açaí.

2 – Sobre as potencialidades econômica e ambiental.

Embora não seja tão conhecido, o Juçai garante o sustento de várias famílias e comunidades. Sua polpa, bastante valorizada economicamente, deveria ser ainda mais preservada, pois a árvore viva garante uma renda maior do que seu corte ou a extração do palmito. Cada Palmeira Juçara pode medir até 18 m e render cerca de 2,5 mil frutas, o que comprova a vantagem de preservar a árvore em pé, ao invés de derrubá-la (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO).

Além de ser ecologicamente mais sustentável, a exploração da Juçara para a colheita do fruto é muito mais lucrativa. O palmito para ser retirado precisa derrubar a árvore. Já a coleta dos frutos costuma render mais ao colhedor e ao proprietário da terra onde a Juçara está plantada. A venda da polpa para lojas e para a indústria de sucos para exportação pode gerar um lucro ainda maior para os produtores e colhedores.

A palmeira juçara (*E. edulis*), além das características favoráveis ao manejo sustentável, pode fornecer diversos produtos além do palmito: o estipe maduro para caibros e ripas para construção; as folhas são usadas para coberturas temporárias e forrageio; frutos fornecem um “vinho” semelhante ao do açaí *Euterpe oleracea* Martius (BARROSO et al, 2010, p.518)

Considerando que a Juçara é uma Palmeira que corre o risco de extinção em razão do extrativismo do palmito, o uso do fruto na alimentação humana apresenta-se como alternativa de grande potencial econômico e ambiental. Estimular a colheita do fruto é mais sustentável, pois o produtor pode colher novamente no ano seguinte. Quem colhe pode ganhar mais com a venda do produto e, além disso, os frutos, depois de despulpados, são utilizados para geração de mudas para plantio. Portanto, trata-se de uma forma de agregar valor aos remanescentes florestais da região e de contribuir para a preservação da espécie.

O processo mais adequado para a exploração do palmito é o manejo sustentado, tornando-se uma nova fonte de renda das áreas florestadas e desempenhando um papel ecológico fundamental no ecossistema. Dessa forma, além de evitar-se o risco de extinção da espécie, em seu estado natural, protege-se a fonte de renda de famílias inteiras que se dedicam a extração de produtos da floresta (MARTO, 2007, [s.p]).

Comumente, o Juçai é cultivado por comunidades tradicionais, pela agricultura familiar, artesanal e de pequeno porte. A agricultura familiar destaca-se pela pluriatividade, por ser de pequena escala e distingue-se por sua qualidade (Schneider, 2003).

Na questão ambiental, a agricultura familiar também se sobressai por adotar práticas ambientalmente mais sustentáveis, em função, principalmente de sua característica de produção em pequena escala e por evitar os padrões produtivos adotados pelas monoculturas de grandes propriedades. Esta produção de pequena escala é decisiva para a segurança alimentar, pois preserva os alimentos tradicionais, contribui para a proteção da agrobiodiversidade, para o uso sustentável dos recursos naturais e fortalece a economia e cultura local (Schneider, 2003).

A agricultura familiar e agroindústria de pequeno porte e artesanal colaboram para o incremento na arrecadação de impostos, especialmente nos municípios onde os recursos são escassos e advindos fundamentalmente de contribuições estaduais e federais. No Brasil, segundo a Embrapa (2104), o setor engloba milhões de unidades produtivas e de pessoas ocupadas, o que representa em torno de 74% do total das ocupações distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura

familiar se destina, em grande medida, para as populações urbanas e locais.

O grande número de pequenos agricultores não garante, lamentavelmente, a ocupação de parte mais expressiva das terras cultiváveis, pois há um amplo uso de áreas extensivas pelos médios e grandes negócios agrícolas que normalmente são os que mais produzem e lucram. Neste sentido, projetos e ações que possam contemplar e auxiliar os pequenos produtores são fundamentais.

A Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e de pequeno porte ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

No Vale do Ribeira as comunidades quilombolas fazem parte de uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo. Tais grupos vivem da agricultura de subsistência e principalmente da coleta do palmito Juçara para complemento da renda familiar. Neste contexto, por exemplo, a palmeira Juçara possui importante papel ecológico e econômico para a Floresta Atlântica e para as comunidades rurais locais (BARROSO, et al, 2010).

Os alimentos vindos da agricultura familiar, especificamente os orgânicos, garantem uma alimentação mais saudável, já que nestas produções comumente não são utilizadas substâncias como os agrotóxicos. A alimentação servida nas escolas deve seguir um cardápio estudado e montado por nutricionistas, de forma a garantir que os alunos recebam todos os nutrientes necessários para o seu desenvolvimento de forma equilibrada.

Em tramitação na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro há o Projeto de Lei nº 591/2015 que cria o programa Juçaí nas escolas públicas do Estado. A inserção do Juçaí na alimentação escolar é uma forma de garantir que os alunos tenham uma dieta com conteúdo nutricional mais rico, como antocianinas, ferro e zinco. Em determinadas localidades, como no município de Resende, o Juçaí vem fazendo sucesso na alimentação escolar. Seu sabor teve boa aceitabilidade pelos alunos e a iniciativa vem favorecendo a produção dos agricultores da região.

Nesta mesma localidade encontramos o Programa Amável: a Mata Atlântica Sustentável, na Serrinha do Alambari, município de Resende. O objetivo do projeto é repovoar a Mata Atlântica com a Palmeira Juçara, restituindo o status originário dessa espécie e promovendo a sua exploração de modo sustentável dos pontos de vista ambiental, social e econômico.

Não podemos nos esquecer de que a preocupação original de pais, professores, funcionários e diretores de escolas e mesmo outros agentes privados é a desnutrição infantil. O desafio hoje é definir cardápios adaptados às diversas regiões do país, criando a possibilidade de incremento à agricultura local e, assim, promover o emprego de alimentos regionais, visando enriquecer a base nutritiva da alimentação dos escolares, mas também constituir o embrião de apoio à pequena produção local. Neste aspecto, o Juçaí se sobressai por seu alto valor nutricional, pelo valor agregado, por seu consumo e cultivo, além de contribuir na preservação do palmito Jussara e proporcionar o desenvolvimento de uma região de nosso Estado que quase não recebe incentivo para sua agricultura.

Com a disseminação do plantio da Juçara e da produção do Juçaí é possível oferecer a agricultores familiares, assentados, de comunidades tradicionais como os índios, quilombolas, caiçaras e titulares de posses rurais a possibilidade de prosperar financeiramente.

É preciso ressaltar que o fruto da Juçara é uma das mais importantes fontes de alimentos para aves e mamíferos dentro do Bioma Mata Atlântica, sendo reconhecido por muitos que sua frutificação é um dos

fatores determinantes das rotas de migração de muitas espécies desse ecossistema.

Emblemática, a Jacutinga, hoje provavelmente extinta no Estado do Rio de Janeiro, acompanhava a biodiversidade do fruto, sendo um dos principais disseminadores *Euterpe edulis*.

Considerações finais

O trabalho objetivou apresentar o Juçai, fruto da Palmeira Juçara e suas inúmeras possibilidades de aproveitamento alimentar. Em razão de seu elevado valor nutricional, o Juçai começa a se destacar com um importante componente alimentar.

A inclusão desse item de enorme valor nutritivo na alimentação escolar, por exemplo, além de melhorar substancialmente a qualidade nutricional dos alimentos consumidos pelos estudantes, poderá contribuir também para viabilizar economicamente a atividade extrativista, bem como evitar o corte das palmeiras para a extração do palmito.

O manejo sustentável da Palmeira Juçara apresenta-se como uma alternativa de renda como incentivo à agricultura familiar, de pequeno porte e de comunidades tradicionais.

Referências bibliográficas

BARROSO, Renata Moreira et al. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas. **Acta bot. bras.** 24(2): 518-528. 2010.

EMBRAPA. **Estímulo à produção autônoma e sustentável dos agricultores familiares.** 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>.

Felzenszwalb, Israel et al. Toxicological evaluation of *Euterpe edulis*: a potential superfruit to be considered. **Food and Chemical Toxicology.** n° 58, ano 2013, p. 536–544.

Kiffer, Danielle. **Fruto similar ao açai gera renda e empregos.** 2010. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=1697.2.7>. Acesso em: 01/12/2015

MARTO, Giovana Beatriz Theodoro. *Euterpe edulis* (Palmito-juçara). In: **IPEF. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais.** 2007. Disponível em: <http://www.ipef.br/identificacao/euterpe.edulis.asp>. Acesso em: 30/11/2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Cooperativa brasileira leva fruto de palmeira em extinção para a Biofach.** 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cooperativa-brasileira-leva-fruto-de-palmeira-em-extin%C3%A7%C3%A3o-para-biofach>

Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE). **O Juçai na merenda escolar.** 2014. Disponível em <http://reanerj.blogspot.com.br/2014/09/o-jucai-na-merenda-escolar-esta-fruta.html>

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS.** Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003

Recebido em 16 novembro de 2015. Aprovado em 14 de dezembro de 2015.

COMIDA: ESSE DIÁLOGO SEM PALAVRAS

Food: a speechless dialogue

Juliana Casemiro

Doutora em Educação em Ciências e Saúde, Secretária Executiva do Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional Professora Adjunta do Departamento de Nutrição Social do Instituto de Nutrição UERJ.

Juliana Dias

Jornalista, mestre em Educação em Ciências e Saúde, em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia. Coordenadora dos núcleos de assessoria de imprensa e curadoria da Malagueta Comunicação. É editora de Conteúdo e redatora do site Malagueta News.

Monica Chiffolleau

Mestranda em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ) e coordenadora da Câmara Temática 1, do Consea-Rio, representando a Rede Ecológica.

Vanessa Schottz

Mestre em Saúde Pública e doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no CPDA/UFRRJ. Integra a coordenação do Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional, é colaboradora da ONG FASE e professora do curso de nutrição da UFRJ (Macaé).

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar a “Campanha Comida é Patrimônio” enfocando seu potencial para troca e a construção de novos de saberes. Descreveremos esta iniciativa que foi ,pensada para trazer para o cotidiano, os debates que, quase sempre, têm ficado restritos aos ambientes acadêmicos e de controle social. As reflexões sobre a comida como diálogo de saberes nos levam a diferentes lugares e sinergias, dentre estas destacamos a relação entre comunicação e o ato de cozinhar. O uso irracional e ganancioso dos recursos naturais, dentre eles como a água e terra, tem nos colocado diante não de uma, mas de um conjunto de crises. A reconexão de saberes conhecimentos é essencial para o enfrentamento de nossos complexos problemas. O diálogo de saberes pode ser revolucionário para pensar um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Comunicação. Educação Popular. Participação Social.

Abstract:

This article aims to present the “Food is Heritage” Campaign focusing on its potential to exchanging and creating knowledge. We shall describe that initiative, which was planned on bringing to daily life the debates that have often been restricted to the academic and social control environments. The reflections on food as an exchange of knowledge take us to different places and synergies, among which we shall highlight the relation between communication and the act of cooking. The irrational and greedy use of natural resources, like water or land, confronts us with not just one, but a set of crises. The reconnection of knowledge is fundamental to facing our most complex problems. The dialogue between distinct kinds of knowledge may be revolutionary to designing a fairer and more sustainable food system.

Keywords: Food and Nutrition Security. Communication. Popular education. Social participation.

OUTRAS FORMAS DE COMUNICAR O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Tratar temas relacionados à alimentação, nutrição e saúde de forma responsável e ética tem demandando a cada dia um compromisso cada vez maior com a radicalidade e um olhar complexo para realidade. Isto porque, se de um lado estamos diante de escolhas e impactos individuais; de outro, não podemos deixar escapar que tais escolhas não estão desarticuladas de uma conjuntura de fluxos local-regional-global, pautados por interesses econômicos. Há, neste contexto, forte tensão entre o pensar alimentação, nutrição e saúde como direitos fundamentais, que só podem ser garantidos com a promoção de justiça social e defesa do bem viver ou pensá-las como gêneros de consumo a serem adquiridos no mercado.

No Brasil, observa-se um histórico recente marcado pela atuação de redes, fóruns, organizações e movimentos sociais que têm exercido pressão junto aos governos, partindo de análises desta natureza. Esta forma de atuação tem impactado a construção de políticas públicas pautadas na defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) foi criado em 1998 e desde então tem se tornado um articulador estratégico para este tema.

As duas últimas décadas foram marcadas por avanços em termos da construção de um marco legal para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para o DHAA, com alcance de resultados importantes em termos de redução dos índices de insegurança alimentar e fome no país, impactados pela construção e reformulação de programas e ações governamentais, além do amplo processo de mobilização e organização da sociedade civil. Contudo, as marcas históricas da desigualdade permanecem e não nos deixam esquecer que ainda há muito que se avançar. As desigualdades étnico-raciais, regionais, de gênero e geracionais ainda são marcantes em nosso país e existem muitos desafios a serem enfrentados, sobretudo no que se refere às injustiças históricas relacionadas às questões fundiárias e de acesso aos direitos.

Agrega-se a este contexto a identificação da obesidade e de doenças relacionadas à alimentação como problemas emergentes e impactantes em todas as camadas de renda e faixas etárias. Este cenário alerta para os graves impactos das mudanças de práticas alimentares e sua indissociável relação com o sistema alimentar hegemônico altamente envenenado e artificializado, como costuma afirmar Maria Emília Pacheco, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Este artigo tem como objetivo apresentar a Campanha Comida é Patrimônio, enfocando seu potencial para troca e a construção de novos saberes. Descreveremos esta iniciativa que foi pensada para trazer para o cotidiano os debates que, quase sempre, têm ficado restritos aos ambientes acadêmicos e de controle social.

A COMIDA COMO DIÁLOGO DE SABERES

As reflexões sobre a comida como diálogo de saberes nos levam a diferentes lugares e sinergias, dentre estas, destacamos a relação entre comunicação e o ato de cozinhar. Alguns pensadores consideram o fogo e a cocção de alimentos uma revolução tecnológica. A aplicação fundamental do calor das chamas de uma fogueira teria sido a transformação culinária ao permitir tornar comestíveis coisas que naturalmente não o eram.

A prática de cozinhar teve consequências importantes para a humanidade na perspectiva evolucionista, criacionista ou na mitologia grega, que tratam sobre a origem da vida e do universo. O cozimento de alimentos permitiu a comunicação. A mudança mais transcendental, seja entre os seres humanos, criando as condições de adquirir a faculdade da fala e entre deuses, por meio da coluna aromática de fumaça, simbolizando o vínculo entre céu e terra como meio concebível de contato com o divino.

Diferentes culturas em épocas distintas consideravam a fumaça exalada pela fogueira como meio de comunicação. Os antropólogos dizem que essa prática é quase universal nas culturas tradicionais. Assim, o ato de cozinhar proporcionou uma consciência de agente que levou os homens a se diferenciarem entre eles mesmos, suas obras e os animais e perceber a realidade para comunicar a outros o processo, a própria relação interpessoal e a ação (inicialmente, a transformação do alimento).

Olhando por este prisma, o diálogo fundamenta e mantém a atividade culinária. São os saberes construídos à beira do fogão, em torno da mesa, na troca de sementes, na capina, no canteiro, ou seja, na lida do dia-a-dia. Há nesta valorização do diálogo de saberes uma aposta de que para enfrentar uma realidade complexa, que inclui um sistema alimentar em crise, é necessário construir um pensamento igualmente complexo e novo que só tem possibilidade de nascer (e tornar-se forte) de uma combinação respeitosa e amigável entre o conhecimento formal (acadêmico) e o saber popular. É bom recordar que saber e sabor vêm de *sapere*, ambas têm a mesma origem etimológica e estão ligadas à ação de conhecer, seja com os sentidos ou com o intelecto.

Comunicar os problemas relacionados à alimentação está no rol de desafios para enfrentar as contradições do sistema alimentar industrial. A profusão de discursos e informações sobre o assunto deixa o cidadão angustiado, como sugere o jornalista Michael Pollan ao tratar sobre os dilemas do onívoro. Claude Fischler, socioantropólogo francês dedicado a estudar a multidimensionalidade do comer, explica que a característica principal da emissão e recepção de informação alimentar é responder aos interesses de fontes emissoras muito diferentes entre si. Com isso, é gerado o que ele chama de “balbúrdia dietética”, deixando confuso o comensal. É ele quem também classifica de “cacofonia alimentar” a quantidade de mensagens antagônicas e incoerentes que os consumidores recebem pelos mais variados meios de informação e comunicação. Esse modelo de comunicar é criticado também pelo sociólogo francês Jean-Pierre Poulain. Para o estudioso da sociologia da alimentação, a comunicação técnica exagerada e generalizada é denominada de “nutricionalização da comida”.

Na visão dos antropólogos espanhóis Jesus Contreras e Mabel Garcia, a publicidade evidencia claramente a profusão de informações dentro do conjunto de canais que transmitem mensagens sobre alimentação. A publicidade de alimentos é capaz de unificar em torno de um único produto ou serviço os discursos mais diversos e contraditórios: medicina-nutrição; estética; gastronomia; tradição-identidade; exotismo; ecologia; hedonismo; progresso e modernidade, que aparecem em maior ou menor grau em produtos alimentícios.

Esse breve apanhado de opiniões sobre a comunicação e alimentação nos instiga a olhar para outros caminhos em que prevaleça um processo de interação de sujeitos em diálogo, pois comunicar é uma relação social e política, conforme nos ensina o educador pernambucano Paulo Freire.

COMIDA COMO PATRIMÔNIO PARA OUTRAS CULTIVAS

A ativista indiana Vandana Shiva, que esteve na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, chamou atenção em entrevista¹ recente para a existência de uma verdadeira “ditadura do alimento” já que atualmente poucas e grandes corporações controlam toda a cadeia produtiva. Importante compreender que estamos diante de uma teia complexa engendrada pelo mercado internacional globalizado que controla mundo afora sementes, comércio internacional, processamento de produtos alimentícios e a venda no varejo. Vandana (2015) acrescenta:

¹ <http://cebes.org.br/2015/05/inimiga-no1-dos-transgenicos-fisica-indiana-denuncia-ditadura-da-industria-alimenticia/>

Essas empresas querem se apropriar da alimentação humana e da evolução das sementes, que são um patrimônio da humanidade e resultado de milhões de anos de evolução das espécies. [...] O único modo de alimentar o mundo é livrando-se das sementes transgênicas. Essas sementes não produzem alimentos, mas produtos industrializados. Como isso poderia ser a solução para fome?

Caso alguém pretenda examinar este debate de forma rápida e pouco reflexiva pode chegar à constatação de que estamos num beco sem saída, que precisamos aceitar as coisas como são porque sempre foi assim e nada temos a fazer, mas será? A própria Vandana Shina na mesma entrevista nos alerta que a solução da fome e desnutrição na Índia (e no mundo) não está em tecnologias como a biofortificação impostas por governos e grandes corporações, mas na valorização do conhecimento ancestral das mulheres indianas.

Câmara Cascudo, no seu clássico livro “História da Alimentação no Brasil”, nos revela visão de mundo compartilhada por nossos indígenas e que também era compartilhado por negros, trazidos da África e escravizados em nosso país, de que o alimento é para sustento, sobretudo para o provimento das necessidades das diárias, e não para gerar e acumular riqueza. Na fala de um Tupinambá, uma reflexão sobre organização econômica, riqueza pessoal e obrigações de herança do ano de 1557:

Na verdade agora vejo que vós outros mairs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutre suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descanamos sem maiores cuidados. (CASCUDO, 2001, p. 419).

Esta é infelizmente uma certeza que nossa geração não pode ter. O uso irracional e ganancioso dos recursos naturais - dentre eles a água e terra - tem nos colocado diante não de uma, mas de um conjunto de crises: alimentar, climática, econômica, de conhecimento, civilizatória.

Edgar Morin, que tem chamado atenção em toda a sua obra sobre a necessidade de reconectar saberes, destacou em publicação recente que parte da dificuldade de pensar o presente não está na falta de conhecimentos, mas num conhecimento que compartimentando os saberes, fragmenta problemas fundamentais e globais que demanda conhecimentos reconectados; saberes transdisciplinares. Não é apenas nossa ignorância que nos cega, mas também nossos conhecimentos (Morin, 2013). Temos aqui um convite para compreender que:

A reforma do conhecimento exige a reforma do pensamento. A reforma do pensamento exige um pensamento que possa religar os conhecimentos entre si, religar as partes ao todo, o todo às partes, e que possa conceber a relação do global com o local, do local com o global. Nossos modos de pensar devem integrar um vaivém constante entre esses níveis (MORIN, 2013, p. 184)

Resgatando Paulo Freire mais uma vez destacamos que: “O mundo não é, ele está sendo.” Assim, gostaríamos de trazer para este tema as infinitas possibilidades que tem o diálogo de saberes que nos coloca diante de nossa indiscutível força histórica para intervir e transformar nossa realidade.

É importante acreditar que nossa resistência coloca a transformação em curso. Valorizar o diálogo de saberes nos coloca em contato com os conhecimentos e práticas presentes nas experiências agroecológicas da agricultura familiar camponesa e da agricultura urbana; com os saberes ancestrais de povos e comunidades tradicionais, como a sensibilidade do feminino, com a força da juventude e o vigor da sapiência dos anciãos.

A CAMPANHA COMIDA É PATRIMÔNIO

A Campanha Comida é Patrimônio é uma plataforma de comunicação para difusão e mobilização de modelos alimentares mais justos, equitativos, sustentáveis e saudáveis. A ideia da campanha surgiu a partir do VII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

que teve como tema: “Que alimentos (não) estamos comendo?” Este debate levou aos cerca de 200 participantes do Encontro a perceberem o quanto a defesa da comida como um patrimônio é um caminho para aproximar a dimensão cultural da Segurança Alimentar Nutricional (SAN). Isto porque a forma como o sistema alimentar industrial está estruturado coloca em alto risco esse patrimônio.

Esse patrimônio alimentar está ameaçado de diversas formas. Dentre as ameaças destaca-se a inadequação da legislação sanitária vigente que utiliza os mesmos parâmetros para a produção industrial e artesanal. Um dos grandes banidos pela Vigilância Sanitária é a colher de pau, porém, ela está impregnada de cultura, afetos, memória e sabor. É utensílio indispensável na cozinha brasileira, utilizada no dia a dia dos lares, seja no campo ou na cidade. Faz parte do ritual culinário, com seu acervo de gestuais e saberes. Segundo o sociólogo Gilberto Freyre, o artefato de madeira estava presente na culinária dos povos indígenas. Por ser um objeto emblemático e milenar, que mexe com múltiplas questões alimentares, a colher de pau foi escolhida como elemento simbólico da campanha, presente na identidade visual. Comida é Patrimônio acolheu também o Manifesto da Colher de Pau, de autoria do antropólogo carioca Raul Lody, como mais uma estratégia dessa plataforma.

A campanha lançada pelo Fórum surge deste contexto e as estratégias adotadas buscam criar identificação com diferentes públicos por meio da arte e da poesia. Foi o escritor mineiro Rubem Alves quem inspirou a linguagem artística deste processo comunicativo, que associa o peso das palavras e o impacto das imagens para provocar a reflexão e iluminar os sentimentos e a ação. Alves comparou as ideias com as pimentas, alegando que ambas têm a capacidade de provocar um incêndio, basta uma brasa, um único pensamento-pimenta. Assim, foram garimpados pensamentos-pimentas de poetas, literários, militantes, cozinheiros, agricultores, antropólogos, gastrônomos para colocar brasas na comunicação sobre alimentação. As frases selecionadas foram agrupadas em quatro eixos: comida é bem material e imaterial; comida é afeto, memória, identidade; comida é diálogo de saberes e modos de produzir, viver e comer. Esses pensamentos foram transformados em cartazes. Além dos cartazes foram produzidos artigos sobre os eixos. Essa primeira parte foi realizada pela internet de janeiro a outubro.

A segunda fase da campanha ganhou oficinas deixando fluir o pensamento colaborativo e com o intuito de co-criar novos pensamentos-pimentas e uma exposição itinerante, onde o visitante é estimulado a contribuir com seus pensamentos-pimenta e interagir com a mostra, seja com receitas, sementes ou ideias numa parede de papelão de seis metros de largura montada peça a peça, como se fosse um jogo. Neste paredão são fixados quadros dos cartazes impressos em papel fotográfico de alta qualidade, nos tamanhos de 30x30 e 60x60. A exposição já passou pelo Encontro Nacional de Agricultura Urbana, no Rio de Janeiro e pela quinta Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em Brasília. Nesta passagem, as interações e contribuições do público transformaram a mostra numa “instalação pedagógica”, nome atribuído às intervenções construídas coletivamente. A terceira agenda foi no seminário Avanços e Desafios das Políticas Públicas da região do Mercosul – a importância da participação dos movimentos sociais na construção do seu sentido emancipatório, em Buenos Aires, na Argentina. Os visitantes também recebem cartões-postais com a reprodução dos cartazes.

O pensamento participativo percebe que tudo faz parte de tudo. Dá-se conta de que o seu próprio ser participa da Terra; de que não há um ser independente. É o mesmo que dizer que somos nutridos pela Terra. Consideremos os alimentos – nós os compartilhamos, literalmente. A comida, que parece ser um objeto separado, transforma-se em nós mesmos. Onde ela se transforma em nós? Como ela pode fazer isso? Em que ponto? Onde poderíamos traçar a linha que marca o início dessa transformação? Como se vê, há algo errado como o fato de considerarmos, de modo literal, a comida como objeto separado. Essa literalidade mental tende a fragmentar as coisas, enquanto o pensamento participativo tende a juntá-las (BOHM,2005).

As cartas políticas construídas e publicadas por diversos movimentos sociais têm se mostrado um importante

meio de comunicação. Esses documentos buscam dar protagonismo a diferentes vozes e modos de conhecimento, promovendo o diálogo num terreno árido onde apenas um sistema de comunicação de massa prevalece - que mais parece um monólogo, tal como ocorre na produção de alimentos, onde predomina a monocultura.

Tomando como exemplo a carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) encontramos caminhos para iluminar nossa questão. O documento traz uma seção chamada “Comunicando um Brasil agroecológico”, na qual destaca que a comunicação é um direito fundamental para a efetivação da democracia em nosso país.

Entre os compromissos propostos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para os comunicadores estão: revelar os conflitos, as violações de direitos e as injustiças sociais e ambientais. O modelo que vem sendo discutido e desenvolvido pelas redes de organizações sociais e civis passa por uma comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede. O intercâmbio e o fortalecimento dessas experiências em diferentes veículos (rádio, internet, jornais, revistas e televisão) amplia o modelo de comunicação que se espera ao potencializar as ações desses grupos em prol de um sistema alimentar justo. Assim, é possível construir novos espaços de trocas e saberes para o enfrentamento dos desafios contemporâneos em que a alimentação é central: fome, obesidade, degradação do solo, da água, das florestas, desigualdade econômica e social. “É nesse sentido que a efetivação do direito à comunicação também conduzirá à consolidação da agroecologia como o único modelo viável e sustentável para a agricultura brasileira”, informa a carta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção da Campanha Comida é Patrimônio tem sido dialogar saberes e reconhecer que nossos problemas complexos não poderão ser resolvidos ou tratados a partir de um único ponto de vista. A escolha do elemento comida traz nesse sentido a riqueza do saber comum. A comida é presença, linguagem e patrimônio. Nesta afirmativa residem diversos desafios, mas também infinitas possibilidades e é disso que tratamos.

Devolver o debate sobre a comida para a terra, para cozinha e para mesa é uma atitude importante, capaz de contribuir com a construção de autonomias e ampliação do poder popular. Nos espaços de partilha e desfrute de temperos, perfumes, histórias, costumes e saberes são realizadas as escolhas mais cotidianas e complexas: o que plantar, que alimentos comprar, quais receitas e modos de fazer para as refeições diárias ou de festividade.

O convite ao diálogo de saberes é também um convite para disseminar pensamentos-pimentas e engajar pessoas em prol da luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional diretamente relacionadas com o que comemos e com o que as gerações futuras irão comer.

A comida é diálogo que não necessita de palavras. Pela convivência e coexistência, os conhecimentos relacionados às formas e os tempos de semear e de colher são passadas de uma geração para a outra, assim como os conhecimentos sobre os temperos, os preparos, os ritos e os sabores tradicionais e regionais. O diálogo de saberes pode ser revolucionário para pensar um sistema alimentar mais justo e sustentável porque representa uma chance de (re)construir relações com o consumo e com o ambiente a partir de uma noção da “justa medida”, como trata o Leonardo Boff (2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Carta política do Terceiro Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro (Bahia), 2014.

BOFF, Leonardo. **Ética da Vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

BOHM, David. **Diálogo: comunicação e redes de conveniência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: global, 2011.

CONTRERAS, Jesús e MABEL, Garcia. **Alimentação, Sociedade e Cultura**. Trad.: Mayra Fonseca e Bárbara Atie Guidali. Rio de Janeiro: FioCruz, 2011.

FISCHLER, Claude. **El (h) omnívoro. El gusto, la cocina e el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.

POLLAN, Michael. **O dilema do Onívoro. Uma história natural de quatro refeições**. Trad.: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação – os comedores e o espaço social alimentar**. Santa Catarina: Ed. UFSC, 2013.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

APLICAÇÃO DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) EM POPULAÇÕES INDÍGENAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

EBIA application in indigenous populations: a literature review

Luciana Paz Verona

Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pelo Instituto de Nutrição da UERJ.

Resumo:

O I Inquérito de saúde e nutrição dos povos indígenas mostrou que a situação destes tem clara desvantagem quando comparada a sociedade envolvente. As condições de saneamento são precárias e são elevadas as prevalências de desnutrição crônica, anemia, diarreia, infecções respiratórias agudas na criança, evidenciando que estão mais sujeitos a Insegurança Alimentar (IA) do que outros segmentos da população. O objetivo do artigo é abordar a problemática da aplicação da EBIA nessas populações, observando seus potenciais ou limitações diante dos resultados das pesquisas publicadas. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com ampla busca realizada nas bases de dados BIREME, SciELO e Google acadêmico, para publicações entre 2005 e 2015. Foram encontradas três publicações. Em duas houve aplicação da EBIA adaptada nas comunidades indígenas. No terceiro, os pesquisadores avaliaram a compreensão dos indígenas sobre as questões da EBIA. Os artigos sugerem que a EBIA é uma ferramenta passível de ser utilizada em comunidades indígenas para medir a Insegurança Alimentar do grupo. Mas também afirmam que a dimensão cultural precisa ser considerada nas adaptações, uma vez que algumas questões se mostraram incompreensíveis em determinados contextos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Insegurança alimentar. Indígenas. Cultura. Saúde indígena.

Abstract:

The first survey of indigenous peoples nutrition and health showed that their situation has a distinct disadvantage compared to surrounding societies. The sanitation condition is poor, and the prevalence of chronic malnutrition, anemia, diarrhea and acute respiratory infections in children is high, showing that they are more prone to Food Insecurity than other segments of the population. The objective of this article is to address the problems of applying the EBIA in these populations, observing its potential and/or limitations on the results of published research. For such, tenyears literature survey, from 2005 to 2015, were conducted on several libraries database. We found three publications, two applying an adapted EBIA in indigenous communities, and the third, assessing the understanding of indigenous issues on the EBIA. The articles suggest that EBIA is a capable tool to be used in indigenous communities for measuring Food Insecurity, but also suggests that adaptations on cultural dimension needs to be considered, and recognizes that some issues have proven to be incomprehensible in certain contexts.

Keywords: Food Security. Food insecurity. Indians. Culture. Indigenous health.

INTRODUÇÃO

Entre 2008 e 2009 foi realizado o I Inquérito de saúde e nutrição dos povos indígenas. Na pesquisa, 113 aldeias foram visitadas e avaliadas a situação de saúde e nutrição de mulheres em idade fértil e em crianças¹. O panorama delineado mostrou que a situação de saúde e nutrição dos povos indígenas tem clara desvantagem quando comparada a população não indígena. As condições de saneamento são precárias e são elevadas as prevalências de desnutrição crônica, anemia, diarreia, infecções respiratórias agudas na criança. As doenças crônicas não transmissíveis também se mostram uma emergência nas mulheres. As desigualdades sociais dos quais os indígenas são vítimas, criaram o atual cenário precário da saúde, mesmo em um país que obteve avanços sociais para a população em geral na última década (COIMBRA *et al*, 2013; COIMBRA, 2014).

Por serem grupos sociais menos privilegiados na sociedade brasileira, os indígenas, juntamente aos negros, estão mais sujeitos a insegurança alimentar (IA) do que outros segmentos da população. Esta insegurança se manifesta, principalmente, através da fome, mostrando que, no Brasil, as raízes étnicas são um determinante da situação alimentar/ nutricional (MALUF & REIS, 2013).

No ano de 2003, pesquisadores brasileiros iniciaram estudos sobre uma escala americana que permitia o acompanhamento dos níveis de segurança alimentar nos Estados Unidos, com o intuito de adaptar e validar para a realidade brasileira. Desenvolveram, então, a Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar – EBIA, simplificando a primeira, e reduzindo os itens questionados de 18 para 15. Durante os testes, que tiveram fases qualitativa e quantitativa, a escala foi aplicada em áreas urbanas e rurais, com diferentes contextos econômicos, sociais e culturais, contemplando as diferentes realidades da população brasileira (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009)².

Em 2014, foi publicada na Revista de Saúde Pública um estudo que propõe a utilização de uma escala ainda menor (contendo cinco itens) para avaliação da IA. A intenção em diminuir o número de itens é a de tornar as pesquisas populacionais menos custosas. Até então, inquéritos que buscavam uma escala com um número menor do que 15 questões estavam utilizando uma adaptação de seis questões, desenvolvida em contexto norte-americano. Essa escala de seis questões não mostrou concordância com a EBIA (SANTOS *et al*; 2014a). Ao testarem a validade de uma nova escala, com cinco questões, os autores concluíram que há boa correlação dos resultados obtidos com a atual EBIA, mas afirmam que ainda precisam aplicar em populações diversificadas de forma a chegar à validação (SANTOS *et al*, 2014b).

A publicação dos estudos citados acima demonstra a tendência na utilização de Escalas mais simples para a investigação da prevalência de IA em populações, o que traria a vantagem de ser menos dispendioso. Porém, é necessário que se atente para a grande diversidade sociocultural do país, principalmente dos povos indígenas.

OBJETIVO

Diante da grande diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil, o objetivo do presente artigo é abordar a problemática da aplicação da EBIA nas populações indígenas, observando seus potenciais ou limitações, diante dos resultados das pesquisas realizadas.

¹ O Inquérito trabalhou com amostra representativa, e buscou “caracterizar o estado nutricional de mulheres entre 14 e 49 anos de idade e crianças menores de cinco” (COIMBRA, 2014, p856).

² Desde então a adaptação da EBIA com 15 questões vem sendo aplicada em muitas pesquisas, nas mais diversas populações, das quais se destaca: SOUZA; MARIN-LEON, 2013; CORDEIRO *et al*, 2014; AQUINO *et al*, 2014 e FALCÃO *et al*, 2015).

METODOLOGIA

O presente artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, com ampla busca realizada nas seguintes bases de dados: BIREME, SciELO e Google acadêmico. O período de busca foi de 2005 a 2015. A opção por englobar diferentes bases de dados se deu para que houvesse acesso a todo tipo de pesquisa, mesmo as publicadas em formato de tese, dissertação ou monografia.

Os descritores utilizados foram “Insegurança alimentar” combinada com “índios” ou “indígenas”, em todos os índices. O critério de inclusão foi que, na pesquisa, a EBIA tivesse sido trabalhada de alguma forma: ou sendo aplicada para a mensuração da IA na comunidade, ou mesmo abordada em seu conteúdo, pelos indígenas. Tal triagem foi feita através de leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Respeitando os critérios descritos na metodologia, foram encontrados três trabalhos, evidenciando que são poucas as publicações científicas fruto da aplicação da EBIA em comunidades indígenas. São elas a pesquisa de Fávoro et al (2007); a de Vargas et al (2003); e a de Yuyama et al (2008). Os dois primeiros trabalhos citados são fruto da aplicação da EBIA em uma comunidade indígena; e o terceiro abordou o tema (IA e EBIA) através da discussão das potencialidades e limitações da Escala.

A pesquisa de Fávoro et al (2007) foi realizada entre os Terena, habitantes da Área Indígena Buriti, e traz a aplicação da EBIA adaptada, composta por 15 perguntas fechadas. Nos resultados, apenas 25% da população pesquisada estava em situação de segurança alimentar, evidenciando que a maior parte da comunidade passava por uma situação de privação na quantidade e qualidade da comida. A IA foi associada com baixa escolaridade e baixa renda. Os autores colocam a EBIA como uma ferramenta possível de ser aplicada em comunidades indígenas, mas com uma adaptação prévia, respeitando as especificidades de cada grupo. E concluem que a adequação referente não apenas aos pressupostos biológicos, mas também à cultura alimentar é um obstáculo para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população em questão. Para os Terena, essa adequação a cultura alimentar passa por uma alimentação que respeita suas especificidades culturais, e que tem a ver com seu “modo de ser”, e não apenas com a adequação biológica.

A pesquisa de Vargas et al (2013) foi realizada entre os Guarani da aldeia Boa Esperança, em Aracruz – ES. Da mesma forma que o trabalho de Fávoro et al (2007), este foi realizado através da aplicação da EBIA adaptada, com 15 questões. Os resultados encontrados mostraram uma realidade de nenhum domicílio em situação de Segurança Alimentar. Todos os 25 domicílios da aldeia apresentaram certo grau de Insegurança Alimentar, tendo “(...) dificuldade em manter o consumo alimentar em quantidade e qualidade suficiente, (...) ou receio de não ter alimentos suficiente para sustentar a família até o final do mês” (VARGAS et al, 2013). Para os autores, a aplicação da EBIA adaptada obteve êxito no contexto dos Guarani. Ainda assim, chamam atenção para o fato de que algumas perguntas utilizadas poderia causar constrangimento no grupo.

A pesquisa de Yuyama et al (2008) foi realizada com três comunidades indígenas do Amazonas, e buscou avaliar a compreensão de indígenas sobre os itens presentes na EBIA. O resultado mostra que o questionário possui termos e conceitos que não são compreendidos pelos indígenas, e coloca a necessidade de trabalhos em conjunto entre agentes de saúde e antropólogos na busca por um instrumento que seja mais conciso e adequado a realidades diversas. Este é um tremendo desafio. Enquanto nas áreas não indígenas as dificuldades no acesso ao alimento estão diretamente relacionadas à falta de recursos financeiros; nas comunidades indígenas as causas são multifatoriais e ligadas à cosmovisão de cada grupo. Dessa forma, um questionário resumido não dá conta de considerar essas diferentes realidades.

Nas pesquisas de Fávoro et al (2007) e Yuyama et al (2008) as dificuldades em lidar com a dimensão

cultural e as particularidades de cada povo associadas à SAN são compreendidas como uma limitação da EBIA. Já a pesquisa de Vargas et al (2013) não cita qualquer dificuldade. Ainda assim, podemos perceber que a EBIA com 15 perguntas não pode ser aplicada em qualquer comunidade indígena, sem antes ser adaptada à cultura da comunidade. Os artigos de Fávoro et al (2007) e Vargas et al (2013) afirmam ter realizado uma adaptação mas não há uma descrição de como essa adaptação se deu. Uma discussão que ultrapasse os limites do que está preestabelecido no instrumento se torna necessário em cada comunidade, de forma a podermos construir um material útil na construção de ações contextualizadas para as comunidades.

No contexto internacional, pesquisadores afirmam que não existe instrumento capaz de medir e/ou monitorar a segurança alimentar³ justamente por conta de suas múltiplas dimensões. Considerando, ainda, a quantidade de diferentes métodos de medição utilizados no mundo, fica ainda mais difícil não só a avaliação local, mas também a global. De fato, não há como comparar diferentes contextos. Ainda, assim, os autores colocam a importância de haver uma coordenação entre instituições em nível internacional que reúna os resultados (CARLETTO et al, 2012).

Após trabalhar a implicação de aspectos da escala macro e microsocial na efetivação de SAN, Freitas e Pena (2007), colocam que os programas sociais que lidam com a questão da insegurança alimentar precisam de uma análise mais próxima de sua realidade. Esta se daria através de pesquisas que buscassem compreender os aspectos culturais sobre SAN. É preciso reconhecer a originalidade e a amplitude do conceito de SAN no Brasil! Precisamos, sim, “medir” a insegurança alimentar. Mas há que se buscar uma forma de abordar a SAN com toda a riqueza presente em seu conceito, sem reduzi-lo. Combinações de métodos, pesquisas qualitativas, instrumentos que dessem conta de capturar as múltiplas dimensões de SAN, que em sua definição já coloca seu caráter abrangente (BRASIL, 2006, p 4):

(...) a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º)

O conceito está em afinidade com o de Direito Humano à Alimentação Adequada, reconhecido como direito fundamental da humanidade em pacto assinado pelo Brasil, o que confere a todo brasileiro o direito a uma alimentação nos moldes da descrição acima. Dá lugar à dimensão social, e acrescenta que não basta que a alimentação seja promotora de saúde, mas ela deve respeitar a diversidade cultural.

Um conceito multidimensional, polissêmico pode evidenciar um avanço na concepção de SAN. Mas existe o outro lado, que é justamente o da execução do conceito na realidade brasileira. O planejamento de ações de SAN precisa ser pautado no pressuposto da complexidade do que o fenômeno engloba. Muitas ações desconsideram a intersetorialidade e a maior parte se limita a área de saúde e nutrição. Mas quando o modelo biomédico é enfatizado em detrimento dos aspectos socioculturais, as ações ficam descontextualizadas (FREITAS & PENA, 2007). A dimensão social, sobretudo o campo da cultura, deve ser considerada e privilegiada nas pesquisas em SAN.

Para Rosana Magalhães (2014), justamente pelo fato de que a SAN se coloca no contexto brasileiro com ramificações em diferentes áreas, a conformação dessas políticas sofre influência de múltiplas naturezas. As escolhas feitas na política não são realizadas de forma autônoma, mas sob a ingerência de diferentes forças e interesses, dentre estes, o econômico. A autora chama atenção para a avaliação das experiências de SAN

³ E o autor fala de um contexto que não é o brasileiro, ou seja, que pensa a SA na perspectiva mais limitada de acesso ao alimento, de quantidade.

em diferentes contextos, de forma a podermos avançar, efetivamente, no desenho de novas ações. E dessa forma, afirma a importância nos investimentos em novas abordagens teóricas e metodológicas na avaliação de políticas de SAN.

A pesquisa de Auzani e Giordani (2008) foi realizada na aldeia Guarani Karuguá, no Paraná. As autoras buscaram compreender as relações entre o território e a alimentação dos indígenas, analisando a possibilidade de concretização da SAN. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo através de entrevistas. As autoras mostram que há uma tensão na realidade da aldeia, provocada pela dificuldade dos indígenas em se alimentarem de acordo com o *nhanderekó* (compreendido como o jeito de ser Guarani, sua cultura), e o consequente aumento da ingestão de industrializados. As autoras também colocam que a TI ainda sem demarcação e a presença em local de Área de Proteção Ambiental - APA - dificulta a realização da SAN para o grupo, que não tem seu DHAA atendido. O resultado dessa pesquisa mostra que, para algumas etnias indígenas, a SAN se coloca em uma dimensão além da “garantia de alimentos na quantidade e qualidade certas”, como aferido pela EBIA. O artigo traz narrativas dos indígenas acerca de sua relação pessoal e também comunitária com a comida, com o território onde está a aldeia, e com o sagrado. Para os Guarani pesquisados, a SAN não está garantida fora desses espaços. Nesse caso, a EBIA pode aferir o acesso dessa população ao alimento, mas não a SAN do grupo.

Diante de um contexto similar, a pesquisadora canadense Elaine Power (2008) chama atenção para o fato de que o conceito de SA que gera as ações em saúde pública com a população aborígine no país foi construído em um contexto não aborígine. Desta forma, não considera as perspectivas de SA dos aborígenes, nem suas práticas alimentares específicas. Em razão de tal realidade, a autora propõe a realização de pesquisas qualitativas com povos tradicionais, buscando as suas perspectivas e conceitos sobre SA, formando o que chama de “cultural food security” ou “Segurança Alimentar Cultural”. Para Power, não há na literatura científica uma metodologia específica que possa ser utilizada para considerar as características únicas de cada povo (POWER, 2008, p 95).

CONCLUSÃO

A EBIA é uma ferramenta possível de ser utilizada em contexto indígena. Mas diante da multidimensionalidade do conceito de SAN, e da grande diversidade dos 227 diferentes povos indígenas do Brasil, não se pode desconsiderar a importância das adaptações culturais em sua aplicação. As singularidades de cada etnia devem ser avaliadas destacando-se as concepções, os interesses e as expectativas dos atores locais.

Se Elaine Power sugere o conceito de “Segurança Alimentar Cultural”, proponho a(s) “EBIA(s) cultural(is)”: escalas que sejam cuidadosamente adaptadas a cada contexto, buscando medir a “Insegurança Alimentar Cultural”. Tal trabalho preliminar deve ser desenvolvido através de pesquisas qualitativas para verificação da compreensão das questões. Caso contrário, estaremos diante de uma ferramenta que pouco revelará sobre a riqueza que o conceito expressa. Segurança Alimentar, para os norte-americanos, diz respeito ao acesso. A EBIA, que tem sua gênese nesse contexto, vai medir, principalmente, o acesso. Dessa forma unidimensional se mostra limitada diante dos avanços que SAN já adquiriu nas discussões em território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, J. S. et al. Food insecurity and socioeconomic, food and nutrition profile of schoolchildren living in urban and rural areas of Picos, Piauí. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 395-404, Aug. 2014.
- AUZANI, S.C.S; GIORDANI, R.C.F. Inter-relações entre espaço físico, modo de vida Mbyá-Guarani e alimentação na perspectiva da segurança alimentar: reflexões sobre a área indígena Araçá-í em Piraquara / PR. **Espaço ameríndio**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 129-165. 2008.
- COIMBRA Jr, C, SANTOS, RV; WELCH, JR; CARDOSO, AM; SOUZA, MC; GARNELO, L, et al. The First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil: rationale, methodology, and overview of results. **BMC Public Health** 2013; 13:52
- COIMBRA Jr, Carlos. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30(4):855-859, abr, 2014
- CORDEIRO, M; MONEGO, E; MARTINS, K. Overweight in Goiás' quilombola students and food insecurity in their families. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 405-412, Aug. 2014.
- FALCAO, A. C. M. L.; AGUIAR, O. B.; FONSECA, M. Association of socioeconomic, labor and health variables related to Food Insecurity in workers of the Popular Restaurants in the city of Rio de Janeiro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 77-87, Fev. 2015
- FREITAS, MC; PENA, P. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n.1, Fev. 2007.
- MALUF, R; REIS, M. Conceitos e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, C; BURLANDY, L; MAGALHÃES, R (org.). **Segurança Alimentar e Nutricional: Perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2013. 225p.
- POWER, E. Conceptualizing food security for aboriginal people in Canadá. **Canadian Journal of Public Health**. 2008. 95-97p.
- SANTOS LP, Costa MG, Santos JV, Lindemann IL, Gigante DP. Comparação entre duas escalas de segurança alimentar. **Cienc Saude Coletiva**. 2014;19(1):279-86.
- SANTOS, LP et al. Proposal of a short-form version of the Brazilian Food Insecurity Scale. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 5, p. 783-789, Oct. 2014.
- SEGALL-CORREA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) DE 2003 A 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 16(2): 1-19, 2009.
- SOUZA, B; MARIN-LEON, L. Food insecurity among the elderly: cross-sectional study with soup kitchen users. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 6, p. 679-691, Dec. 2013.
- VARGAS, L; SOUZA, R; SUFIATE, C; SANTOS, E; SIPIONI, M; REZENDE, A. Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guarani Mbyá da aldeia Boa Esperança, Aracruz, Espírito Santo, Brasil. **RASBRAN**: São Paulo, p. 5-12, Jan-Jun. 2013.
- YUYAMA, L. et al. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no Estado do Amazonas, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, 2008.

Recebido em 16 novembro de 2015. Aprovado em 14 de dezembro de 2015.

DOENÇA CELÍACA – PROPOSTAS PARA A REDUÇÃO DOS CUSTOS DA ALIMENTAÇÃO E MELHORA DO PERFIL NUTRICIONAL DO CELÍACO

Food and improve of the celiac's nutritional profile

Noadia Maria Pereira de Carvalho Lobão

Nutricionista.

Especialista em Nutrição Clínica pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN

Pós-Graduada em Obesidade, Nutrição Clínica Funcional,
Fitoterapia funcional aplicada a nutrição e Nutrição esportiva.

Mestranda em Nutrição e Dietética

Consultora Técnica da Associação dos Celíacos do Brasil - ACELBRA RJ

Resumo:

A doença celíaca é uma doença complexa que tem como único tratamento a exclusão definitiva do glúten por toda a vida do celíaco. A dieta sem glúten alcança, normalmente, um valor financeiro superior ao que a grande maioria dos celíacos pode pagar, devido ao alto preço de venda dos produtos industrializados sem glúten e, principalmente, a necessidade do uso de suplementos para recuperação do trato gastrointestinal após a exclusão total dos alimentos com glúten. Ocorre que a dieta sem glúten, por suas características especiais, não consegue atingir as IDR (ingestão diária recomendada) dos nutrientes e micronutrientes necessários à manutenção da saúde do celíaco. Para atingir estas IDR, é proposto, neste trabalho, que o celíaco prepare sua alimentação em casa e que execute o aproveitamento integral dos alimentos, como estratégia para garantia da segurança alimentar e recuperação e manutenção da saúde, seguindo as orientações de um profissional nutricionista.

Palavras-chave: Doença celíaca. Integral. Orgânicos. Glúten.

Abstract:

Celiac disease is a complex disease that has as single treatment the exclusion of gluten by celiacs for the rest of their lives. The gluten-free diet usually has a cost higher than the great majority of celiacs can pay, due mainly to the need of using supplements for the recovery of the gastrointestinal tract after exclusion of all foods containing gluten. Due to its unique characteristics, the gluten-free diet cannot achieve the Dietary Reference Intakes (DRIs) of nutrients and micronutrients needed to maintain the celiacs health. To achieve these DRIs this work proposes that the celiac prepares his food at home and implement the integral utilization of food as a strategy for food safety assurance and recovery and health support, following the guidelines of a professional nutritionist.

Keywords: Celiac disease. Integral. Organics. Gluten.

A doença celíaca (DC) é uma enteropatia imunomediada crônica do intestino delgado precipitada pela exposição ao glúten da dieta em indivíduos geneticamente predispostos.

É uma doença grave que, até o momento, tem, como único tratamento, a exclusão total do glúten da dieta. Quando falamos em exclusão total, devemos levar ao pé da letra essa afirmação, pois a tolerância do celíaco à ingestão de glúten é extremamente baixa. Precisamos entender o que é o glúten e qual é a tolerância do celíaco ao glúten. Utilizaremos as definições constantes no CODEX ALIMENTARIUS da FAO (<http://www.codexalimentarius.net>).

Este codex (CODEX STAN 118-1979 - aprovado em 1979, alterado em 1983 e 2015 e revisado em 2008) estabelece que:

Glúten - Para a finalidade desta norma, "glúten" é definido como uma fração da proteína do trigo, centeio, cevada, aveia (apesar de o glúten existente originalmente na aveia não ser considerado, por muitos pesquisadores, como tóxico aos celíacos, temos que considerar que a aveia comercializada no Brasil está em sua maior parte contaminada pelo glúten proveniente do trigo, já que o processamento da aveia compartilha as instalações e maquinaria do processamento do trigo) ou uma das suas variedades cruzadas e seus derivados, a que algumas pessoas são intolerantes e que é insolúvel em água e em 0,5M de NaCl.

Alimentos sem glúten

Alimentos sem glúten são alimentos dietéticos que:

a) sejam constituídos ou fabricados a partir de um ou mais ingredientes que não contêm trigo (ou seja, todas as espécies *Triticum*, como trigo duro, espelta e trigo khorasan, que também é comercializado sob marcas diferentes, tais como KAMUT), centeio, cevada, aveia ou suas variedades cruzadas, e o nível de glúten não exceda 20 mg / kg no total, com base no alimento, tal como vendido ou distribuído para o consumidor, e / ou

b) consistam em um ou mais ingredientes de trigo (ou seja, todas as espécies *Triticum*, como trigo duro, espelta e trigo khorasan, que também é comercializado sob marcas diferentes, tais como KAMUT), centeio, cevada e aveia ou suas variedades cruzadas, que foram especialmente tratados para remover o glúten, e o nível de glúten não exceda 20 mg / kg no total, com base no alimento, tal como vendido ou distribuído para o consumidor.

Para visualizarmos como essa massa de 20mg de glúten é pequena é só compararmos com a massa de uma gota de água, que tem, em média, 50mg. Ou seja, duas gotas de glúten contaminam dois quilos de alimento.

A contaminação cruzada é a presença de glúten em um alimento que, normalmente não deveria ter glúten, como por exemplo, o arroz ou a carne de vaca e é um grande problema na produção de alimentos sem glúten devido à poeira suspensa no ar deixada pela manipulação de farinhas que contém glúten

Percebemos que o grau de controle da contaminação cruzada por glúten para a produção de alimentos realmente isentos de glúten deve ser muito grande. Exige investimento em instalações, maquinaria e ferramental exclusivos, dedicados, controlados e pessoal altamente capacitado para sua operação.

É claro que esses aspectos implicam na elevação dos custos de produção e encarecem o produto que será adquirido pelo celíaco na prateleira do supermercado. Agrava-se o fato pela pequena procura pelos produtos, o que não permite um aumento de produção e uma consequente redução de custos pelos ganhos de escala.

Deficiência de absorção de nutrientes causada pela doença celíaca

A doença celíaca é caracterizada pela inflamação crônica da mucosa do intestino delgado que pode resultar em vilosidades intestinais atrofiadas, ou mesmo, completamente planas, com consequente má absorção intestinal e suas manifestações clínicas como, por exemplo, a má absorção de vitaminas e minerais, perda de peso e na ocorrência de uma série de deficiências nutricionais. Mesmo celíacos que sofram de obesidade podem apresentar deficiências nutricionais graves.

Os aspectos clínicos e sintomas da doença celíaca, em todas as suas formas, são inúmeros, tanto em adultos como em crianças. Citaremos alguns deles:

Adultos com doença celíaca clássica:

Diarreia crônica, perda de peso, anemia, distensão abdominal, lassitude e mal-estar e edema.

Crianças com doença celíaca clássica:

- Retardo pondo-estatural, perda de peso, baixa estatura, vômitos, diarreia, dor abdominal recorrente, atrofia muscular, intestino irritável, hipoproteinemia, irritabilidade e desconforto.

Adultos e crianças com doença celíaca não clássica. A apresentação pode ser monossintomática ou oligossintomática, ou com baixa intensidade:

Distensão abdominal, dor abdominal, fadiga crônica, anemia ferropênica, enxaqueca crônica, dermatite herpetiforme, neuropatia periférica, deficiência de ácido fólico, redução na densidade óssea, infertilidade não explicada, menarca tardia e aborto não explicado.

Uma série de outros fatores afetam a alimentação do celíaco: a disponibilidade financeira, o fato de morar sozinho, ou estar socialmente isolado, o número de pessoas que existem na residência do celíaco, a ocorrência de depressão, a saúde mental, a saúde bucal, o acúmulo de medicação e a idade.

São fartamente demonstradas e documentadas as deficiências séricas de ferro, vitamina A, B1 (tiamina), B2 (riboflavina), B3 (niacina), B6 (piridoxina), B9 (folato), B12 (cobalamina), e D, ferro, cálcio, fibra, zinco, cálcio e cobre.

A alimentação livre de glúten, pode, muitas vezes, conter níveis baixos de nutrientes, vitaminas e minerais e nível alto de nutrientes indesejáveis como carboidratos de alto índice glicêmico, gordura saturada e gordura trans. Devido a estas características podem causar uma série de problemas de saúde como, por exemplo:

Pode ocorrer uma redução na ingestão de proteína o que ocasiona perda de massa muscular, podendo enfraquecer o sistema imunológico e retardar os processos de cicatrização.

O aumento da ingestão de carboidratos de alto índice glicêmico, gorduras saturadas e trans aumenta o risco de doença coronarianas.

A principal solução para esses problemas nutricionais, após a retirada do glúten, seria a suplementação. Entretanto, essa solução é inadequada para a grande maioria dos celíacos, que não têm condições financeiras de arcar com os altos custos dos suplementos.

Ao seguir uma dieta livre de glúten, muitas vezes sem a orientação de um nutricionista, ou planejada por um nutricionista que não esteja familiarizado com a complexidade de uma dieta livre de glúten, o celíaco movido pelo desconhecimento, falta de orientação, ou mesmo, pela falta de condições financeiras, pode vir a adotar uma dieta pobre em nutrientes.

Na sua condição, deveria, de modo contrário, se submeter a uma dieta planejada por um nutricionista bem informado a respeito das dietas livres de glúten, que suprisse as carências nutricionais impostas pela sua enfermidade.

O papel do nutricionista, junto ao celíaco, é fundamental, pois é necessário:

- Avaliar o estado nutricional atual do paciente
- Identificar a ingestão de macronutrientes e/ou micronutrientes e detectar deficiências e/ou excessos. É importante para os pacientes celíacos, o consumo diário de quantidades adequadas de calorias, B1 (tiamina), B2 (riboflavina), B3 (niacina), B9 (folato), ferro, cálcio e fibra.
- Analisar os hábitos alimentares e os possíveis fatores que afetam o acesso à dieta
- Fornecer informação e iniciar uma dieta livre de glúten
- Fornecer educação nutricional
- Monitorar e avaliar a aderência e reforçar a assessoria alimentar

Como vimos, o celíaco pode sofrer de uma enorme desnutrição devido à sua condição clínica ou devido a uma dieta sem glúten mal planejada.

A proposta deste trabalho visa resolver uma série de dificuldades na preparação da alimentação do celíaco, com uma solução única.

Entre as dificuldades na preparação de uma dieta sem glúten para o celíaco estão:

Escassez de nutrientes na dieta. Ocorre porque normalmente as farinhas industrializadas e seus produtos derivados como pães, bolos, etc., sem glúten, são, normalmente, comercializados, na versão produzida com farinhas refinadas. O que acontece é que as indústrias têm dificuldades técnicas para produzir um produto integral de boa aceitação entre os consumidores e que tenha um grande tempo de validade na prateleira. Existe ainda o problema do aumento dos custos no caso da utilização de uma farinha integral. Isto torna estes produtos, feitos de farinha refinada, pobres em fibras e em micronutrientes, antioxidantes, anti-inflamatórios e substâncias funcionais. Este tipo de farinha proporciona uma alta carga glicêmica, devido aos baixos teores de fibras, de compostos funcionais como o amido resistente e os oligossacarídeos e de gorduras insaturadas. Esta característica faz aumentar o risco de desenvolvimento do diabetes, favorece a ocorrência das doenças crônicas degenerativas como a obesidade.

Outro problema é a segurança alimentar. A tolerância do celíaco ao glúten é muito pequena. Quando o celíaco se alimenta fora de sua residência está sujeito à contaminação cruzada que torna perigosos mesmo alimentos que normalmente não contém glúten.

Como a situação financeira da maioria dos celíacos é precária, como já dito anteriormente, propomos a utilização integral de alimentos. Para realizar o aproveitamento integral dos alimentos o celíaco deve preparar suas refeições em sua residência. Tomando os devidos cuidados nessa operação, o celíaco reduz muito o risco da contaminação cruzada em relação ao que poderia ocorrer com as refeições sendo preparadas por outras pessoas. Há, ainda, uma redução significativa dos custos das refeições. O que favorece a maioria dos celíacos.

Aproveitamento Integral dos Alimentos no Tratamento da Doença Celíaca

O objetivo é conseguir uma alimentação equilibrada e saudável, visando suprir as necessidades nutricionais do celíaco.

Boa parte das necessidades nutricionais do celíaco pode ser atingida por partes de alimentos que usualmente são desprezadas como; talos, cascas, folhas e sementes.

Alimentos que podem ser aproveitados integralmente:

Cascas de batata inglesa, banana, tangerina, laranja, mamão, pepino, maçã, abacaxi, berinjela, beterraba, melão, maracujá, goiaba, manga, abóbora;

Folhas de cenoura, beterraba, batata doce, nabo, couve-flor, abóbora, mostarda, hortelã e rabanete;

Talos de couve-flor, brócolis, beterraba;

Entrecascas de melancia e maracujá;

Sementes de abóbora, melão, jaca;

Nata;

Pão amanhecido feito com farinhas sem glúten;

Pés e pescoço de galinha;

Tutano de boi.

A tabela 1 refere-se à quantidade de nutrientes existentes nas cascas das frutas e a tabela 2 refere-se à quantidade de nutrientes encontrada nas partes comestíveis das frutas.

A melhor relação custo benefício que o celíaco pode obter ao optar pelo aproveitamento integral dos alimentos é a opção pela utilização de alimentos orgânicos. Os alimentos orgânicos têm uma concentração maior de nutrientes, pois, não estão contaminados por substâncias químicas prejudiciais à saúde humana e que, no caso do celíaco, devido à sua condição clínica, podem ter seus efeitos nocivos potencializados. Segue a transcrição do artigo 1º da Lei Federal LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 que define o sistema orgânico de produção.

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Tabela 1 – Nutrientes em 100 g de amostra in natura das cascas de frutas

Parâmetro	Abacate	Abacaxi	Banana	Mamão	Maracujá	Melão	Tangerina
Lipídeos (g)	11,04	0,55	0,99	0,08	0,01	0,10	0,64
Proteínas (g)	1,51	1,45	1,69	1,56	0,67	1,24	2,49
Fibras (g)	6,85	3,89	1,99	1,20	4,33	1,42	10,38
Carboidratos (g)	2,90	14,95	4,91	5,71	6,78	3,05	35,64
Calorias (Kcal)	117,02	70,55	35,30	29,80	29,91	18,05	158,30
Cálcio (mg)	123,94	76,44	66,71	55,41	44,51	14,69	478,98
Ferro (mg)	2,18	0,71	1,26	1,10	0,89	0,40	4,77
Sódio (mg)	76,75	62,63	54,27	53,24	43,77	8,54	77,76
Magnésio (mg)	26,24	26,79	29,96	24,52	27,82	13,27	159,59
Zinco (mg)	1,24	0,45	1,00	0,56	0,32	0,23	2,83
Cobre (mg)	0,18	0,11	0,10	0,11	0,04	0,07	0,58
Potássio (mg)	236,70	285,87	300,92	262,53	178,40	110,39	598,36

Tabela 2 - Teor de nutrientes das partes comestíveis das frutas

	Abacate	Abacaxi	Banana	Mamão	Maracujá	Melão	Tangerina
Lípidios (g)	8	0	0	0	2	0	0
Proteínas (g)	1	1	1	1	2	1	1
Fibras (g)	6,3	1	1,5	1,8	1,1	0,3	0,9
Carboidratos (g)	6	12	34	12	12	8	10
Calorias (Kcal)	96	48	128	45	68	29	38
Cálcio (mg)	8	22	0	25	5	0	13
Ferro (mg)	0,2	0,3	0,3	0,2	0,6	0,2	0,1
Sódio (mg)	<0,4	<0,4	<0,4	3	2	11	<0,4
Magnésio (mg)	15	18	24	17	28	6	8
Zinco (mg)	0,2	0,3	0,3	0,2	0,6	0,2	0,1
Cobre (mg)	0,15	0,11	0,05	1,36	0,19	0,04	0,03
Potássio (mg)	206	131	328	222	338	216	131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINE, L. Dental enamel defects and dental maturity in children and adolescents with coeliac disease. **Proc Finn Dent Soc.** 1986; 82(3):71.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Aproveitamento Integral dos Alimentos. Rio de Janeiro: SESC/DN, 2003. 45 pág. (Mesa Brasil SESC - Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SEBRAE/ANVISA.

HALLERT, C; GRANT, C; GREHN, S; GRÄNNÖ, C; HULTÉN, S; MIDHAGEN, G; STRÖM, M; SVENSSON, H; VALDIMARSSON, T. Evidence of poor vitamin status in coeliac patients on a gluten-free diet for 10 years. *Aliment. In: Pharmacol. Ther.* 2002, 16, 1333-1339.

KELLY, C. Common and Uncommon Presentations of Celiac Disease. In: **Real Life with Celiac Disease: Troubleshooting and Thriving Gluten-Free.** AGA Press. Bethesda, MD, 2010.

SEE, J; MURRAY, J.A. Gluten-free diet; the medical and nutritional management of celiac disease. In: **Nutrition in Clinical Practice**, 2006; 21:1-15.

SEOW, WK. Enamel hypoplasia in the primary dentition: a review. In: **Journal of Dentistry for Children.** 1991; 58(6): 441-52.

STAUN, M; JARNUM, S. Measurement of the 10,000-molecular weight calcium-binding protein in small-intestinal biopsy specimens from patients with malabsorption syndromes. In: **Scandinavian Journal of Gastroenterology.** 1988; 23:827-832. World Gastroenterology Organisation Global Guidelines.

DESAFIOS PARA A REPRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Challenges for the representation of university in the context of food security and nutrition

Olivia Maria Ferreira Schneider

Professora Associada do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Membro efetivo do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro.

Daniela Frozi

Pesquisadora associada do Observatório da Educação - CAPES_Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Resumo:

A tessitura desse texto se constrói pela familiaridade com o tema e também por indagações e reflexões. Pretende-se contribuir com questões importantes de caráter coletivo no que se refere às diversas nuances de participação das universidades brasileiras no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A pesquisa pretendeu visualizar o que foi proposto nas Conferências Nacionais de SAN e entendê-lo como desafios para um renovado modo de fazer acadêmico e provocar diversas vozes que estão invisibilizadas, estimulando a descrição dos processos de variadas práticas realizadas pelos atores docentes que militam e constroem no coletivo, políticas e programas de SAN. Foi destacado o percurso histórico da SAN da década de 80 até o momento atual. Foram levantados desafios a partir dos relatórios das Conferências Nacionais de SAN para a Universidade. Levantamos possibilidades de ação e pistas que poderão estimular discussões e o pensar e o fazer na Universidade, incorporando reflexões de autores da área educacional que motivam formas concretas de socialização dos educandos, a geração de energias emancipatórias e a articulação do conhecimento em rede, ampliando o olhar sobre a educação, enredando diversos temas de SAN e privilegiando as subjetividades individuais e coletivas.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional. Educação. Participação universitária.

Abstract:

The fabric of this text is built by familiarity with the topic and also by questions and reflections. It is intended to contribute to important issues of collective character in relation to the various nuances of participation of Brazilian universities in the context of Food and Nutritional Security (SAN). The research intended to visualize what was proposed in National SAN Conference and understand it as challenges for renew to know academic. To promote a number of voices that are invisibilizadas, stimulating the description of the various practices conducted processes by teachers who in are build policy process programs of SAN. Had highlight to the historical of the food and nutritional security of the 80s to the present time. The challenges raised from the reports of National Conferences to the role of universities. We raised possibilities of action and clues that will stimulate discussion about to on the thinking and doing in the University, incorporating reflections of the authors of the educational area that motivate the incorporation of concrete forms of socialization of students, the generation of emancipatory energies and the articulation of networked knowledge, expanding look at education, netting several issues of SAN and emphasizing individual and collective subjectivities.

Keywords: Food and nutrition security. Education. Participation in university.

Introdução

A tessitura desse texto se constrói pela familiaridade com o tema e também por indagações, reflexões e descobertas impulsionadas pelo desejo de pesquisa e pela experiência que nos toca e nos move. Para pesquisar precisávamos construir um olhar mais reflexivo que pudesse contribuir com questões importantes de caráter coletivo, no que tange às diversas nuances de participação das universidades brasileiras no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.

Percebemos ao longo da pesquisa que não seria uma tarefa fácil, pois atualmente há escritos sobre a temática de segurança alimentar e nutricional (SAN), mas poucas opiniões ou relatos de experiências e até mesmo sugestões e recomendações que possam servir de base para um pensar em conjunto, sobre um eixo norteador das ações acadêmicas. Partimos então para nosso entendimento e do diálogo com autores parceiros que poderão ajudar a refletir sobre o tema. Em contrapartida, entrar em contato com vários estudos sobre as características, as atuações políticas, as construções no campo legal, o processo participativo e outros assuntos relacionados à SAN, à Universidade e seus desafios foi importante para a rede de saberes que se delineou durante o percurso.

Essa iniciativa poderá contribuir para visualizar o proposto nas Conferências Nacionais de SAN e entendê-lo como desafios para um renovado modo de fazer acadêmico e talvez provocar as diversas vozes que ainda estão invisibilizadas e para estimular que sejam descritos os processos das variadas práticas realizadas pelos atores docentes que militam e auxiliam a construir no coletivo, políticas e programas de SAN. Entendemos essas práticas como práticas sociais.

Santos (2002) nos auxilia a entender esse processo de tornar invisíveis as iniciativas e ressalta a necessidade de um trabalho de tradução, onde um procedimento é capaz de tornar inteligível as experiências disponíveis e também nos impulsiona a identificar e valorizar a riqueza dos fragmentos da experiência social que ainda não foram repensados ou socializados e evitar o seu desperdício.

Também o presente texto propõe destacar o desenvolvimento de habilidades para lidar com inúmeras facetas do cotidiano dessas vivências coletivas em SAN, que nem sempre são agradáveis e muitas vezes trazem frustrações, mas se inserem em um contexto de luta por direitos. Como forma de exemplificar essas vivências, trazemos o enfrentamento das adversidades que surgem devido à interpretação frequente do distanciamento e do tipo de conhecimento produzido na academia; das desigualdades em relação a saberes específicos relacionados às áreas afins; da diversidade cultural; do difícil exercício da intersectorialidade; da necessidade de avançar em relação ao respeito à fala do outro; na linguagem menos rebuscada e distanciada da realidade; no aprendizado da mediação de conflitos de interesse e promoção de consensos possíveis; de convivência intensa com longos debates sobre questões prioritárias; do fazer das políticas públicas e de suas intervenções; a complexidade e amplitude que envolve o sistema alimentar de nosso país; o percurso nem sempre efetivo para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e muitas outras.

Inicialmente pretendemos de forma resumida, mas nem por isso menos importante, destacar pontos fundamentais do percurso histórico da SAN da década de 80 até o momento atual. As reviravoltas políticas suscitando mudanças estratégicas para o referido percurso. Posteriormente iremos pontuar os diversos desafios levantados a partir dos relatórios das Conferências Nacionais de SAN para a Universidade até a 4ª Conferência de SAN. Por último, pretendemos levantar algumas pistas que poderão estimular as discussões sobre propostas participativas na Universidade.

Perspectivas históricas – década de 80 até o momento atual

Qualquer relato ou resumo numa perspectiva histórica sobre o tema alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), não deve deixar de destacar a atuação corajosa de Josué de Castro, analisando a fome

e seus determinantes enfatizando suas relações com o meio ambiente, o enfoque histórico e econômico, o desenvolvimento social, ultrapassando os limites do olhar biológico e médico, demonstrando que o fenômeno da fome deve adquirir um caráter crítico para ser enfrentado.

Ressaltamos que quando propomos relatar um fragmento da história corremos o risco de omitir fatos que poderiam ser revelados, no entanto, assumimos esse risco tendo em vista que o processo auxiliou a refletir sobre o objeto de pesquisa, mas seu resumo não se mostrou como fator prejudicial à estruturação lógica destas reflexões e nem ao curso normal do texto.

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em nosso país vem se estruturando como construção conceitual e constituindo-se como um campo teórico ao longo dos últimos 15 anos. Tem-se objetivado como um conjunto de ações e políticas ligadas à alimentação na esfera governamental ou não governamental. Atualmente muito mais do que privilegiar o contexto nutricional, adquiriu dimensão ampliada e complexa incluindo outros contextos tais como o cultural, o da saúde, ambiental, político, agrário, econômico, desenvolvimento social, educacional e outros.

Neste cenário de complexidade identifica-se um forte componente ligado à participação de organizações e movimentos sociais, empresas e governos, discutindo juntos e de forma intensa contribuindo através da prática política o delineamento das concepções do campo temático, da estruturação de mecanismos legais e das dinâmicas institucionais que garantam o direito humano à alimentação adequada (DHHA) para toda a população.

Imersos nesses múltiplos desafios, se estruturam os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nos diversos níveis federativos (nacional, estadual e municipal).

Voltando um pouco no tempo pontuamos algumas referências importantes: o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1986 promoveu a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, como resultado da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Este encontro reuniu técnicos e movimentos sociais, promovendo uma renovada leitura sobre a alimentação que deixa de ser vista somente como benefício e passa a ser considerada como direito (Costa; Pascual, 2006).

Na década de 90, o Congresso Nacional institui uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da fome e ao mesmo tempo estrutura-se um Governo Paralelo, que foi um desdobramento de outro movimento intitulado Ética na Política. Nesse contexto, podemos afirmar que foi a força do movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderado por Herbert de Souza, o Betinho em 1992, que se tornou o estímulo para que fosse delineada a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Nesse cenário emerge intensa mobilização social e participação efetiva da sociedade e a necessidade de inserção da temática na agenda política governamental.

Resulta desse movimento um documento que é entregue ao então Presidente da República Itamar Franco com uma série de reivindicações e recomendações e decide então pela elaboração do Mapa da Fome do Brasil organizado do IPEA (Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada). Uma série de ações importantes decorreram dessa primeira iniciativa e ao IPEA também foi solicitado que analisasse as demandas e as recomendações inseridas no documento organizado pelo Governo Paralelo que incluía a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e a necessária criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Como um dos desdobramentos importantes dos resultados do documento Mapa da Fome do Brasil, tivemos a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria – Princípios, Prioridades e Mapa das Ações do Governo.

O Presidente Itamar Franco em 24 de abril de 1993 cria por decreto o primeiro CONSEA, como órgão de aconselhamento da Presidência da República e composto inicialmente por nove ministros e 21 representantes da sociedade civil, além da secretaria geral da presidência (Nascimento, 2012). O CONSEA nacional deveria

articular as esferas de governo (nacional, estadual e municipal) e também os movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG's) para revisar os programas federais e elaborar o Plano de Combate à Fome e à Miséria – PCFM.

Destacamos uma pesquisadora que teve reconhecido papel de apoio ao IPEA na elaboração das referidas ações, Ana Maria Pelliano que no ano de 1992 era coordenadora do Núcleo de Estudos da Fome da UNB e depois passa a integrar a Diretoria de Política Social do IPEA(1992 – 1994) e foi membro da Sociedade Civil do CONSEA nacional nos anos de 1993 e 1994.

O CONSEA conseguiu impulsionar ações de governos relacionadas à alimentação e nutrição e também ligadas ao abastecimento e, sobretudo, ecoar as vozes e demandas da sociedade civil. Em 1994, o CONSEA e a Ação da Cidadania promovem juntos a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, cujo tema foi a Fome enquanto questão política, reunindo cerca de dois mil delegados de todo o país com intensa participação da sociedade civil e recomendaram um conjunto de medidas a serem norteadoras da agenda nacional (Burlandy,2011).

Como resultado desta Conferência, elaborou-se um documento destacando as diretrizes para a implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: (1) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; (2) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; (3) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

Embora tenham ocorrido avanços significativos, as tensões foram evidentes por conta dos interesses diversificados entre governo e sociedade civil, juntamente com um governo transitório da época. Com a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso houve a extinção do CONSEA em 1995.

O governo em questão não promoveu discussão de forma ampliada sobre a temática da SAN, incluindo todas as vertentes necessárias. A temática deixa de ser encarada como uma estratégia de desenvolvimento social. Cria-se, então, o Programa Comunidade Solidária, cuja proposta era de desenvolvimento local dentro de um plano de estabilização econômica. Alguns destaques desse programa foram: a constituição do Comitê de Trabalho em Segurança Alimentar e Nutricional do Conselho da Comunidade Solidária, formado por uma rede de técnicos do setor público que discutiram aspectos referentes à Segurança Alimentar e Nutricional; e a elaboração de documento que foi levado à Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, em 1996.

Uma resposta positiva em relação à participação social foi um encontro em 1998, composto por cerca de 50 entidades para dar continuidade à luta pela SAN em nosso país. Uma reviravolta na história da SAN foi criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), um coletivo de organizações sociais, pesquisadores e técnicos dos governos que promoveu um espaço de diálogo mais amplo sobre a temática. Também estimulou a criação de Conselhos Estaduais de SAN nos estados, assim como a elaboração de diversas ações de governos estaduais e organizações da sociedade civil que discutiam o tema em sindicatos, Pastorais da Criança e da Terra, universidades, ONG's e movimentos sociais. Nesta época, ressalta-se intensa participação da sociedade civil com mobilização e implementação de projetos e ações locais decorrentes de encontros estaduais e nacionais.

Ressaltamos também nesse período uma evolução no campo da saúde com diálogo entre sociedade civil e governo, incluindo a presença de profissionais e de universidades, resultando na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) aprovada.

No fim do governo Fernando Henrique foi estruturado o Projeto Fome Zero, baseado em um projeto construído pelo Instituto de Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva em 2001. O projeto foi coordenado pelo professor da UNICAMP que recomendava a retomada do CONSEA.

A questão da fome manteve sua importância no país e estimulou debates importantes quando em 2002 foi elaborado o relatório da ONU para o Direito Humano à Alimentação e apresentado à Comissão de Direitos Humanos no Brasil. Foi criado o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação, que não motiva a devida articulação dos programas sociais vigentes e não recebe o reconhecimento da sociedade civil.

Com a posse do Presidente Luís Inácio da Silva (Lula) a temática da SAN retorna de forma efetiva à agenda nacional. Cria-se um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA - específico para o combate à fome, sob o comando de José Graziano da Silva. Retoma-se o CONSEA do Decreto 4.582 em 30 de janeiro de 2003. Esta nova configuração traz 59 conselheiros, sendo 17 Ministros de Estado e 42 representantes da sociedade civil e 15 observadores convidados, sob a presidência de um dos membros deste segmento, o sindicalista Luiz Marinho. Segundo Nascimento (2012), Luiz Marinho não tinha experiência em políticas de SAN, no entanto promove a continuidade do ciclo de Conferências e em 2004 é estruturada a II Conferência Nacional de SAN, com a presença de 1500 delegados. Esta Conferência foi precedida de conferências estaduais e municipais. As propostas decorrentes da Conferência podem ser sintetizadas em: direito humano à alimentação; canais institucionais que viabilizem políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional; participação social; monitoramento, avaliação e indicadores; soberania alimentar e relações internacionais; reforma agrária, agricultura familiar, agricultura urbana e agroextrativismo; recursos genéticos, transgênicos, semente e o uso de recursos naturais e da água; rede de abastecimento; geração de emprego e renda e economia solidária; programas de transferência de renda; mutirão, doação de alimentos e ações em situações emergenciais; alimentação e educação nas escolas e creches e cultura alimentar. E uma das propostas mais importantes foi forte o direcionamento à implementação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

O conceito de SAN foi construído coletivamente e é delineado a partir da agregação de diferentes elementos. É um retrato da multiplicidade de organizações da sociedade civil presentes ao evento. O conceito vigora até hoje e foi muito importante para nortear as ações:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Brasil, 2006)

Em 2004 destacam-se muitas mudanças no cenário nacional e também para a temática de SAN. Francisco Menezes passa a assumir a presidência do CONSEA nacional; o MESA sofre modificações e passa a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e é incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); aprovação do Regimento do CONSEA nacional definindo suas atividades, através Portaria 960.

Um marco histórico para a SAN é a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan. Com esta Lei o Estado tem obrigação de “respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade” (Cap. I, art. 2o, § 2o, Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006).

Uma série de ações e programas foram instituídos no primeiro mandato do Governo Lula e merecem destaque: a elevação do poder de compra através do aumento do salário mínimo; o aumento do valor do per capita pago por cada aluno destinado ao financiamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Programa Bolsa Família; incentivos fiscais ao incremento do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); fortalecimento da agricultura familiar; ampliação do programa de crédito do Programa Nacional de Agricultura

Familiar (PRONAF); criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); incentivo ao acesso à água das famílias do Semiárido e de comunidades tradicionais e indígenas; criação de diversos Conselhos que abordavam temas afins à SAN.

Uma conquista importante para a garantia dos direitos da população e principalmente ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi aprovação da Emenda Constitucional (EC) número 64, em fevereiro de 2010, alterando o art. 6º. da Constituição Federal de 1988, com a introdução da alimentação como direito social.

Em 2010 assume o Governo a Presidente Dilma Rousseff. No início de seu governo cria o Programa Brasil Sem Miséria e promulga o Decreto 7.272, em agosto do mesmo ano, que institui a política que regulamenta a LOSAN e garante financiamento para o setor.

Podemos destacar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) ainda está em construção. Algumas iniciativas importantes contribuíram para essa construção e para o desenvolvimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional instituída em 2010. A implementação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) prevendo ações para os anos de 2012 a 2015 e a adesão de 26 estados ao SISAN, assim como a criação de Conselhos e implementação de Câmaras Intersetoriais de SAN foram algumas dessas iniciativas.

Destacamos um avanço relevante para nosso país que foi a saída do Mapa da Fome da ONU, tendo contribuído para tal os programas de transferência de renda e o investimento em programas sociais. A redução da pobreza passou para a porcentagem de 8,54% em 2012 e a extrema pobreza chegou a 3,55%. Houve um incremento da agricultura familiar e ampliou seu papel no abastecimento alimentar da população. Os programas de crédito rural através do PRONAF foram ampliados. Foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), articulando políticas indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica. As compras públicas da agricultura familiar ampliaram a comercialização de agricultores familiares e promoveram o acesso a alimentos saudáveis, frescos e diversificados. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são os instrumentos para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

Com relação à população indígena instituiu-se a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); e em relação aos quilombolas, a certificação das suas comunidades consistiu no primeiro passo para a garantia do direito a terra. Até dezembro de 2012, 2.040 comunidades foram certificadas e 207 comunidades tituladas, com área total de 995,1 mil hectares, alcançando 12.906 famílias.

Com o Programa Água para Todos, integrando o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em 2011 as ações de acesso à água são expandidas, com possibilidade de universalização da água para consumo humano na área rural do Semiárido. O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, foi instituído pela lei nº 12.873/2013 com o objetivo de promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, com implementação de tecnologias sociais e destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou que possuem falta regular de água.

O MDS em 2012 coordenou a elaboração do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutrição para as políticas públicas de forma intersetorial e com participação da sociedade civil, em conjunto com o MS, MEC, Associação Brasileira de Nutrição, CONSEA, Conselho Federal de Nutrição e o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB). O objetivo desse Marco é promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social, através de reflexão e orientação.

Destacamos ainda a realização do Seminário de Pesquisa em SAN, em 2012, reunindo pesquisadores e gestores do tema de todo o país, com a proposta de definir linhas prioritárias de pesquisa com elaboração de documento orientador e criação de uma rede nacional de pesquisa em SAN.

Ressaltamos que a participação social é um elemento essencial à construção do SISAN. Importante exercício democrático para a implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas e para aperfeiçoar processo dialógico entre governo e sociedade civil. Neste sentido, a consolidação dos Conselhos de SAN torna-se estratégia fundamental para o desenvolvimento do SISAN, assim como a implantação das Câmaras Intersetoriais nos diversos estados caracterizando-se como grandes desafios atuais.

Os desafios apresentados para a participação da Universidade

Neste momento do texto destacamos os principais desafios colocados para a Universidade, em termos de ações e programas a serem planejados, desenvolvidos e monitorados, tendo como fonte os relatórios das quatro Conferências Nacionais de SAN.

A realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) em julho de 1994, configura-se como um avanço nos processos participativos no país. Precedida por inúmeras conferências estaduais e municipais a Conferência contou com a participação de cerca de 2000 delegados de todos os estados do país, além de convidados, painelistas, observadores, os quais contribuíram com suas experiências no sentido de propor ações transformadoras para os problemas da fome, da miséria e da ausência de participação social ativa e efetiva.

No relatório da I CNSAN encontramos as falas representativas de docentes da Universidade de Brasília e da Universidade de Pernambuco, assim como docentes ligados à vida político-partidária que também faziam parte do Consea Nacional representando a sociedade civil. Em uma pesquisa da Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida destaca-se a presença de 11,57% de delegados professores na Conferência. Consta também no relatório de que um grupo executivo foi criado para elaboração de um esboço da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com participação de membros do Consea Nacional e também das Universidades UNICAMP e UFRRJ. Este documento seria entregue ao então Presidente da República juntamente com as contribuições da Conferência Nacional.

Algumas recomendações específicas às Universidades são importantes de serem pontuadas, tais como:

assumir a função social de assessorar, avaliar, estimular, incrementar e repensar as linhas de pesquisa, extensão e ensino, que enfatizem os fatores determinantes da fome e desnutrição, desemprego, degradação social e tantos outros problemas que afetam historicamente a população, afirmando a Segurança Alimentar enquanto um elemento essencial para a qualidade de vida dos brasileiros. (Relatório I CNSA, 1994, p.148)

Outras recomendações dizem respeito à participação da sociedade civil organizada nos conselhos superiores dos órgãos financiadores de pesquisa (CNPq, FINEP e outros). Sugeriu-se também que se estruturasse uma força tarefa para divulgar a boa alimentação para a população com vários setores da sociedade, incluindo as Universidades e Institutos de Pesquisa; articulação das universidades públicas através de suas unidades de atenção à saúde entre si e com a rede de serviços de saúde, visando a implantação do SUS em cada região, buscando as instâncias gestoras para conformação de um novo modelo assistencial, para tal, sugere-se difusão de novos conhecimentos, ações e investigações, participação no processo de educação popular e integração comunitária. Através dos projetos de extensão poderá interagir com a população reorientando o ensino e a pesquisa para atender as demandas reais da população. O incentivo à alimentação natural também foi pontuado, estimulando pesquisas científicas sobre o assunto com o intuito de promoção da saúde e prevenção de doenças e também divulgação desses resultados de pesquisa nos meios de comunicação e nos

currículos nacionais, trazendo questões importantes relacionadas aos valores nutritivos dos alimentos em nível regional.

Um desafio colocado para as Universidades através das discussões da ICNSA diz respeito à formação de professores comprometidos com a transformação social, garantindo-se a qualidade técnica e científica e que fossem estimuladas a responsabilidade social e política e também a solidariedade.

Com relação à II CNSAN, destacamos que o termo nutricional foi incluído em sua chamada. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi o tema da Conferência e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi referendado.

Com relação aos desafios pontuados para as Universidades, destacamos o estímulo a estudos e pesquisas específicos para diagnosticar a SAN nas três esferas federativas com informações sobre o perfil de consumo alimentar (hábitos alimentares dos diversos grupos étnicos, estudos epidemiológicos para determinar a prevalência da desnutrição energético-protéica, anemias nutricionais, hipovitaminose A e demais inadequações alimentares e nutricionais), como subsídios para ações de promoção e vigilância em nutrição e saúde. A questão da divulgação e utilização dos dados sobre SAN no sentido de auxiliar na avaliação e monitoramento das políticas públicas e também ao controle social. A formação permanente de agentes locais de SAN também foi colocada tendo como foco a formação agroecológica e para o estímulo à alimentação saudável a partir de ações educativas. Ainda destacam a necessidade de capacitação continuada dos membros dos Conseas e técnicos de políticas públicas executoras de ações de SAN, contemplando as etapas da formulação, monitoramento e avaliação.

O incentivo à pesquisa nos mais diferenciados temas foram pontuados no relatório da II CNSAN:

(...) realizar estudos epidemiológicos de abrangência nacional sobre saúde e nutrição com intervalo temporal máximo de cinco anos; desenvolver indicadores e implementar estudos e pesquisas de SAN em populações específicas (indígenas, remanescentes de quilombos, etc.); estabelecer um programa de pesquisas de monitoramento ambiental e zoneamento agrícola, objetivando diagnosticar as potencialidades econômicas e as vocações de cada região para implementar um plano de desenvolvimento rural auto-sustentável; realizar estudos e pesquisas em toda a cadeia da produção agropecuária e pesqueira, industrialização e distribuição dos alimentos sob os aspectos nutricionais, toxicológicos e condições higiênico-sanitárias, garantindo alimentos seguros para o consumo interno e externo; criar mecanismos para fortalecer e mensurar o grau de envolvimento das comunidades nos programas e projetos sociais, por meio de uma metodologia participativa; criar mecanismos e indicadores para o acompanhamento do gasto público e do desempenho das instituições e organizações envolvidas na implementação de ações e programas de SAN; capacitar as organizações sociais, conselhos e comunidades para a construção e uso de indicadores de (in)segurança alimentar e nutricional, disponibilizando as informações e base de dados para eles; ampliar parcerias entre governos, sociedade civil organizada e instituições de ensino e pesquisa para realizar diagnósticos e avaliação de indicadores da miséria e da fome, intensificando o intercâmbio de conhecimentos técnicos em áreas de importância para a política de SAN. (Relatório IICNSAN, p. 23).

Um forte componente educativo ligado ao desenvolvimento de ações educativas de formação dos múltiplos agentes de SAN é destacado com recomendações da II CNSAN, seja na área de saúde, da educação, para os conselheiros de SAN nas diversas esferas, para atores da área agrícola ou para a população em geral. O termo insegurança alimentar também é ressaltado, assim como são estimuladas pesquisas científicas nesse tema.

A III CNSAN realizada no ano 2004 em Olinda, teve como tema: “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, e a Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi seu objetivo principal. Participaram cerca de 2100 pessoas respeitando-se a proporcionalidade de 1/3 para representantes do governo e 2/3 para representantes da sociedade civil. Esta

conferência trouxe a inovação das cotas nas delegações estaduais, garantindo a participação de segmentos da sociedade em maior situação de insegurança alimentar e nutricional no país (povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e para a população negra).

Os desafios apresentados para as Universidades presentes no relatório da III CNSAN, foram caracterizados no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com recomendações de processos de educação permanente e capacitação em SAN e em DHAA. Sugere que tenham caráter participativo e se direcionem ao empoderamento dos sujeitos de direito quanto à produção e consumo; quanto ao resgate das histórias alimentares; quanto ao reconhecimento e valorização dos saberes populares em diálogo com saberes acadêmicos; quanto à alimentação saudável tendo como base princípios agroecológicos considerando a população em situação de insegurança alimentar.

Recomendações quanto à atualização das diretrizes curriculares e dos projetos pedagógicos em todo o país também são destacadas; também é destacada a necessidade de inserção de conteúdos de DHAA sob a ótica da soberania e segurança alimentar e nutricional, com a realização de dinâmicas práticas, teóricas e avaliativas com respeito ao patrimônio e à cultura alimentar, incluindo a dos povos e comunidades tradicionais.

Quanto à pesquisa, destaca temas como consumo alimentar, valores nutricionais de produtos orgânicos, aproveitamento integral dos alimentos, patrimônio cultural, produção e armazenamento de alimentos e outros de relevância epidemiológica.

As ações de educação alimentar e nutricional são estimuladas no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); do Sistema Único de Saúde (SUS), procurando articular esses dois sistemas; do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Programa Saúde da Família (PSF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e promovendo modos de vida saudáveis, capacitação das equipes multiprofissionais e das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O relatório destaca desafios ligados à formação e capacitação de Conselheiros e gestores; da população do campo e urbana; de manipuladores de alimentos, no contexto do consumo sustentável e do DHAA e estimula a criação e o fortalecimento de Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN).

A IV CNSAN ocorreu em Salvador em 2011 com o tema “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”, com o objetivo de construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável; promover a soberania alimentar e implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com a presença de 1.626 delegados e 400 convidados nacionais e internacionais.

Os desafios colocados no relatório da IV CNSAN mantêm questões de educação alimentar e nutricional (temas do DHAA e SAN) em todos os níveis de ensino com inclusão na educação brasileira. Outro item é o estímulo à educação no campo, respeitando-se as especificidades locais e utilizando metodologias participativas para o aumento da autoestima dessa população e a valorização da vida, do saber e do fazer rural. Recomenda-se a elaboração e implementação de uma Política Nacional de Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da realização do direito humano à alimentação adequada e saudável, incluindo ações intersetoriais, diversidade cultural alimentar, autonomia dos sujeitos de direito, valorização de saberes populares, processos permanentes de educação alimentar e nutricional, ações de formação e capacitação nos serviços públicos de saúde, assistência, educação, e que sejam previstos recursos para essas ações.

Com relação à pesquisa, sugere que mantenham enfoque multidisciplinar e recortes territorial, étnico-racial e de gênero; consumo alimentar, o estado nutricional da população, as condições de produção, disponibilidade e acesso aos alimentos e acesso à água; assegurar recursos para a realização periódica de chamadas nutricionais e inquéritos de saúde e nutrição dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais; realizar identificação, levantamento e mapeamento de aspectos socioeconômicos, linguísticos,

territoriais, nutricionais e demográficos sobre povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais em todo o território nacional, com georreferenciamento e com participação de representantes desses grupos na sua concepção, implementação e acompanhamento; construir um sistema integrado e diversificado de informações sobre (in)segurança alimentar e nutricional das comunidades tradicionais e povos indígenas; monitorar e avaliar a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional por um sistema constituído de instrumentos, metodologias e recursos que contemplem as especificidades de gênero, étnicoraciais, culturais e geracionais, capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação das ações e o alcance dos objetivos e metas estabelecidas e pactuadas no Plano, assegurando o acesso destas informações a toda a população, em especial às pessoas com deficiências.

Concluindo e refletindo

Pensar a Universidade de forma ampliada - aos saberes populares, com olhos e ouvidos atentos e abertos para a diversidade e para a pluralidade de temáticas - é talvez pensar no futuro.

Podemos perceber ao longo da pesquisa alguns avanços, principalmente de docentes engajados nas lutas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e cujos projetos encontram-se inseridos na temática da SAN.

Vimos por exemplo que o processo de redemocratização do país estimulou o caráter participativo, democrático e coletivo dos atores ligados a SAN, incluindo os docentes, os movimentos sociais e os grupos vulneráveis da população, oportunizando voz e voto e conferindo certo protagonismo que anteriormente não estava assegurado. Essa ampliação dialógica entre governo e sociedade civil abriu espaço para o empoderamento desses atores com o intuito de assegurar, garantir e proteger os direitos sociais que foram ao longo dos anos alcançados. Observou-se forte mobilização da sociedade em torno dos temas da fome; dos modelos de produção agrícola; de abastecimento; dos programas de alimentação e nutrição públicos e outros, provocando reflexões críticas e formulações conjuntas de marcos legais.

As lutas no campo da saúde também influenciaram de forma relevante o campo da SAN, com a Reforma Sanitária trazendo conceito ampliado de saúde, as recomendações da 8ª Conferência Nacional de Saúde, a criação de um Sistema Único de Saúde, o estímulo ao controle social dentro do sistema, uma Política de Saúde, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, vários fatores que trouxeram a proposição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Revelou-se também uma prática de articulação intersetorial na concepção e na gestão das políticas públicas de SAN, sendo esta uma característica necessária e importante dessas políticas. No entanto, em detrimento dos avanços demonstrados, ainda em nosso país encontramos forte desigualdade social incompatível com o pleno desenvolvimento econômico retratado, além disto, verificam-se atualmente forças conservadoras que não medem esforços para criminalização dos movimentos sociais que lutam por justiça e por dignidade, incluindo questões relevantes de cunho ambiental.

A pesquisa nos motivou a entrar em contato com os principais desafios trazidos à Universidade no que tange principalmente à área educacional. Percebemos o quanto teríamos que avançar em conceitos, em metodologias de ensino e de pesquisa e na elaboração de projetos de extensão que pudessem se aproximar das reais necessidades da população e principalmente de grupos em vulnerabilidade social. Teríamos que adequar os currículos dos cursos de formação profissional das áreas afins a SAN para que pudessemos realmente formar cidadãos engajados, responsáveis, críticos, solidários, capazes de entender as diferenças socioeconômicas, linguísticas, territoriais, nutricionais, culturais, geracionais e demográficas dos diversos grupos populacionais a serem beneficiados com as ações.

Outra questão importante que desafia a Universidade se refere aos processos formativos, principalmente os direcionados à educação permanente. Romper com o tipo de formação que se estabeleça através de manuais, regulamentos, cartilhas para regulamentar o status do bom cidadão, é um caminho necessário para incluir outras falas, vozes, narrativas, opiniões. Uma formação meticulosa enquadrada em uma forma previsível significa um engessamento da relação dialógica. A negação da participação estabelece doutrinação e poder disciplinar; diminui a avaliação crítica e a produção criativa.

Compartilhamos das concepções de Arroyo trazendo-as ao campo da SAN:

Todo processo educativo, formal ou informal tanto pode ignorar como incorporar as formas concretas de socialização, de aprendizado, de formação e de formação a que estão submetidos os educandos. Ignorar essa realidade e fechar-nos em “nossas” questões, curriculares e didáticas, terminará por isolar os processos didáticos escolares dos determinantes processos socializadores em que os setores populares se reproduzem desde a infância (Arroyo, 2003, p.33).

Contribuir para os modos de formar em SAN que estimulem as transformações sociais e ampliem e concretizem as energias emancipatórias é preciso. É necessário que contemplem também as subjetividades e procurem entender a multidimensionalidade que perpassa as redes que se entrelaçam com os sujeitos envolvidos, além de levar em conta os sentimentos e as paixões dos que militam no campo, assim como estabelecer articulações “...em rede com outros conhecimentos locais...” para que de fato as ações sejam “...apropriadas por aqueles a quem se destinam” (Oliveira, 2012, p.19).

Pensar SAN em rede seria entender que ela é multidimensional e polissêmica. Nela se inserem temas diversos, múltiplas ações, políticas públicas diversificadas e programas inter-relacionados, elaborados e implementados por diferentes atores. Tramam-se nessa rede inúmeros fios, como por exemplo, a comercialização de alimentos; a concentração de terra; o uso de agrotóxicos de forma indiscriminada; os problemas causados por práticas de consumo de alimentos inadequadas; as desigualdades de acesso à água, à renda, aos serviços públicos; as desigualdades de gênero e de etnia no que se refere ao acesso aos alimentos e às condições socioeconômico-culturais de grupos populacionais mais vulneráveis; a desnutrição ainda presente; a fome; as questões culturais imbricadas na alimentação e suas relações com a saúde; a alimentação escolar; a agroecologia; o aumento da obesidade; o controle social e a participação cidadã e muitos outros.

Pensar em rede pode motivar a construção de conhecimento que privilegiasse outras experiências sociais e outros saberes do cotidiano, diferentes dos nossos e que por vezes não dominamos, mas que precisamos conhecer para auxiliar na elaboração de processos formativos. Desta forma estaríamos desinvisibilizando os atores, as ações, os diálogos, os espaços diferenciados, as práticas cotidianas, as populações vulneráveis, os sofrimentos das mulheres, a pobreza, a miséria, a fome, isto tudo está na rede.

A noção de rede para a tessitura de conhecimentos em SAN avançaria para além da intersetorialidade. Entender SAN como uma *rede de saberes-fazeres*¹ possibilitaria revelar subjetividades tanto individuais como coletivas e suas redes tecidas nos dias cotidianos das práticas sociais. (Alves, 2002). Reiterando essa ideia, Ferrazo nos auxilia considerando [...] “cotidiano o próprio movimento de tessitura e partilha dessas redes. As redes não estão no cotidiano. Elas são o cotidiano!” (Ferrazo, 2007, p.78).

³ Essa renovada escrita que une palavras e inventa outras com significados mais potentes, são criações utilizadas por um grupo de pesquisadores do campo da educação, e que ora me apropriou e que são originárias dos textos da pesquisadora em educação Nilda Alves.

O exercício diferenciado de saberfazer a SAN, principalmente no que se refere às práticas educativas e da relação entre Universidade e sociedade, estimula o reconhecimento da contribuição individual e coletiva no processo de emancipação social e de construção democrática de práticas e relações mais coletivas, solidárias e cooperativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N (org). **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, 2003.

BRASIL. InsPEA. SATO, A. K. et al. Os conselhos de política social – algumas conclusões e resultados. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Ipea, fev.2003.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Relatório Final**. Brasília: Editora Gráfica e Editora Positiva, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Conceitos. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/cartilha-losan-portugues>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

III CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Relatório final**. Brasília: Consea, 2007. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/3deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília (DF): Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2009.

BRASIL. Coordenação Geral de Apoio à Implantação do SISAN – CGSISAN. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN: Diagnóstico de Implantação no Âmbito Estadual**. Brasília (DF): out. 2010.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. -- Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Educação alimentar e nutricional. **Relatório Final**. 19 a 21 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/Relatorio_Encontro_de_EAN_Discutindo_Diretrizes_CGEAN_MDS_Brasilia_2011.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

IV CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Relatório final**. Brasília: Consea.2012. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/4a-conferencia/relatorio-4a-cnsan_20marco2012_versao-preliminar.pdf/view>. Acesso em 21 mar 2012.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(3):851-860, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-1232009000300020&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o Cotidiano. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

NASCIMENTO, R. C. do. **O papel do Consea na construção da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Tese de Doutorado. UFRRJ. Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.2012.

OLIVEIRA, I.B. Emancipação social, ecologia de saberes e democracia social: fundamentos epistemológico-políticos de pesquisa. In: _____. **O currículo como criação cotidiana**. Petrópolis, RJ : DPET Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. p. 15 – 39.

SANTOS. B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, outubro,2002: 237 – 280. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em 20 mar. 2015.

Recebido em 16 novembro de 2015. Aprovado em 14 de dezembro de 2015.

OBESIDADE E O PESO DO INTERESSE DO CAPITAL

Obesity and the interests of capital

Phillipe Augusto Ferreira Rodrigues

Mestrando em Atividade Física e Saúde na Escola de Educação Física e Desporto – EEFD-UFRJ

Erika Cardoso dos Reis

Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ-RJ

Carlos Gabriel Avelar de Bustamante Sá

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ-RJ

Alexandre Palma

Professor adjunto na Escola de Educação Física e Desporto – EEFD-UFRJ

Resumo:

A obesidade é um problema de saúde pública mundial e um fator de risco para várias doenças. Sua prevalência tem aumentado em índices alarmantes e as crescentes taxas de obesidade têm promovido um discurso de culpabilização do sujeito sem debater o ambiente no qual este sujeito está inserido e os interesses econômicos por trás do incentivo ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados. O objetivo deste artigo é analisar a relação das indústrias de alimentos e farmacêutica com a obesidade a partir do modelo teórico de agendamento debatido por Poulain (2013), sendo o modo pelo qual um problema social se insere no debate político e quais seriam os atores sociais envolvidos nesta problemática. A obesidade é um grande tema de interesse do agendamento político, servindo a conveniência de grandes corporações do ramo farmacêutico e alimentício, que utilizam estratégias para culpabilizar o obeso e se eximir dos efeitos nocivos causados por seus produtos. É preciso avançar na discussão do interesse econômico das indústrias de alimentos e farmacêutica e sua contribuição para o aumento da obesidade no mundo. Implementar barreiras que possam diminuir o consumo de alimentos prejudiciais à saúde é um dos caminhos já seguidos por alguns países, com resultados positivos.

Palavras-chave: Obesidade. Indústria Alimentícia. Indústria Farmacêutica.

Abstract:

Obesity is a global public health problem and a risk factor for various diseases. It's prevalence has increased at alarming rates and have fostered a blaming speech without discussing the environment that the subject is inserted and the economic interests behind encouraging the consumption of processed foods and ultraprocessed foods. The objective of this paper is to analyze the relationship of food industry and drug industry with obesity from the theoretical model of scheduling debated by Poulain (2013) which shows how a social problem fits into the political discussion and what are the social actors involved this problematic. Obesity is a major topic of interest to the political schedule serving the convenience of large corporations in the pharmaceutical and food industry, which use strategies to blame the obese and to escape the harmful effects caused by their products. It is necessary to advance the discussion of the economic interests of the food and drug industries and their contribution to the rise in obesity in the world. Implement barriers that can reduce the consumption of unhealthy foods is one of the paths already followed by some countries, with positive results.

Keywords: Obesity. Food Industry. Drug Industry.

Introdução

A obesidade pode ser definida de acordo como uma doença de origem multifatorial classificada pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo a um nível que compromete a saúde do indivíduo (WHO, 2000). Esta definição, comumente usada, considerada determinista e mecanicista, assume-se como uma verdade cartesiana não dando conta da complexidade relacionada à obesidade.

Entender a obesidade como uma doença, considerando apenas as classificações hoje conhecidas é uma análise biologicista e simplista, pois ela é desencadeada por uma interação de fatores como o desequilíbrio nutricional associado ou não à genética, às doenças endócrino-metabólicas, como também às relações sociais, estilo de vida, cultura e política (TAVARES et al., 2010). É necessário compreender que o corpo não deve ser dissociado do indivíduo que está sujeito ao ambiente onde vive, apropriando-se, transformando e sendo transformado e não mero mecanismo de ingestão e perda calórica (CARVALHO; MARTINS, 2004).

As estimativas indicavam que no ano de 2008 haviam cerca de 502 milhões de adultos obesos no mundo (FINUCANE et al., 2011). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a prevalência mundial de obesidade (IMC=30Kg/m²) quase duplicou entre 1980 e 2008. Em 2008, 10% dos homens e 14% das mulheres no mundo estavam obesos, em comparação aos dados de 1980 em que a proporção era 5% dos homens e 8% das mulheres. Estima-se que aproximadamente meio bilhão de homens e mulheres com mais de 20 anos de idade apresentavam obesidade em 2008. Em todas as regiões do mundo apresentadas no relatório da OMS no ano de 2012, as mulheres eram mais propensas a desenvolver obesidade do que os homens (WHO, 2012). A prevalência de indivíduos com sobrepeso e obesidade é maior na Região das Américas (62% excesso de peso em ambos os sexos, e 26% obesos) e menor no Sudeste Asiático (14% acima do peso em ambos os sexos e de 3% obesos) (WHO, 2012).

No Brasil, o excesso de peso cresceu muito nos últimos anos. Dados publicados pelo Ministério da Saúde através da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), apresentou um aumento de 10% na frequência de excesso de peso com um salto de 43% para 53% só nos últimos 9 anos. A frequência da obesidade entre os brasileiros também aumentou no mesmo período, passando de 11,9% para 17,9%, porém, apesar de ainda elevada, esta frequência se manteve estável nos últimos 3 anos (BRASIL, 2015).

Este aumento da obesidade no Brasil e no mundo advém do contexto social em que estamos inseridos, considerado altamente obesogênico. O ambiente obesogênico promove uma enorme influência, a partir das condições ambientais, nas escolhas que adotamos em nosso cotidiano que propiciam o desenvolvimento da obesidade (SOUZA et al., 2008), diferentemente de um ambiente que estaria promovendo escolhas saudáveis quanto a prática de exercícios ou de uma alimentação saudável.

Estas crescentes taxas de obesidade servem de apoio para os constantes discursos biomédicos que reforçam a noção de que a obesidade é um mal que deve ser combatido (PARADIS, 2004), pois estariam acarretando certo prejuízo econômico. O que não revelam é que, frequentemente, as lutas têm sido deflagradas contra os próprios obesos, culpando-os por sua própria condição e desconsiderando suas dificuldades, seus anseios, sentimentos e contexto de vida. É preciso analisar a quem interessa esse processo de culpabilização e a manutenção do quadro atual de obesidade.

Partindo do pressuposto que não são todos os problemas sociais que entram em debate no cenário político e considerando o quadro atual de obesidade relacionado ao crescimento da oferta de alimentos ultraprocessados e ricos em açúcares e gorduras, o objetivo deste artigo é analisar a relação da indústria de alimentos e bebidas e a indústria farmacêutica com a obesidade a partir do modelo teórico de agendamento debatido por Poulain (2013), sendo o modo pelo qual um problema social se insere no debate político e quais seriam os atores sociais envolvidos nesta problemática.

Métodos

A teoria do agendamento político é composta por três correntes distintas que se convergem baseadas nos fluxos de informações e lógicas de interesses. As três correntes são denominadas: as correntes dos problemas, a corrente das soluções e a corrente política. Para que um problema social seja considerado um problema político é preciso que estas três correntes se convirjam, resultando assim em uma brecha política para a discussão de determinado tema (POULAIN, 2013).

Cada corrente é composta por diferentes interesses e fluxos de informações. A corrente dos problemas dispõe de indicadores, índices de prevalência, custos, entre outros, tendo a ciência nesta corrente o papel fundamental no convencimento, pois ela dispõe de ferramentas para tornar o problema visível e digno de crédito. A corrente das soluções é composta pelos atores da saúde pública e tem o papel de convencimento político de que existem instrumentos eficazes para iniciar as ações. A corrente política esta ligada ao estabelecimento de políticas públicas, defesa de valores e financiamento. O papel de aglutinamento dessas correntes é realizado por aqueles denominados empreendedores, podendo estes estarem sendo representados por organizações não governamentais, sindicatos, empresas e entre outros grupos de interesses e possuindo o papel de convencimento político para as tomadas de decisões frente o problema (POULAIN, 2013).

Resultados

A obesidade tem se mostrado um tema de grande interesse do agendamento político, pois é uma temática que sensibiliza a população de modo geral, por estar associada à saúde, alimentação, cultura, idealização do corpo, entre outros. No entanto, quando a obesidade é discutida nesta perspectiva do agendamento político é preciso estar atento ao papel destes empreendedores e seus jogos de interesses, alguns mais e outros menos visíveis como será visto adiante.

Uma estratégia frequentemente utilizada pelos empreendedores como forma de convencimento para tomadas de decisões e ações políticas sobre a obesidade é a menção de gastos na saúde do setor público e do setor privado. Os estudos que analisaram o impacto financeiro do excesso de peso sobre o sistema de saúde evidenciaram um custo relevante (BAHIA et al., 2012; TROGDON et al., 2012; FINKELSTEIN et al., 2014) o que justificaria os planos de ações para medidas de enfrentamento do excesso de peso. De acordo com Oliveira et al. (2015), o custo direto da obesidade em adultos para o sistema público de saúde no Brasil em 2011 foi estimado em aproximadamente 0,5 bilhão de reais. No entanto, é preciso ter cautela ao fomentar uma discussão política baseada nestes dados, pois estes também fomentam o processo de estigmatização e culpabilização, sendo o indivíduo obeso julgado como um corpo socialmente caro, perigoso e descuidado consigo mesmo. (GUTTMAN; SALMON, 2004; PALMA, 2014). Entendemos que é preciso inserir no debate político da obesidade quais são os empreendedores e quais seriam seus interesses e ações frente ao quadro atual da obesidade.

Vamos destacar aqui dois grupos de interesses sobre a problemática da obesidade: a indústria farmacêutica juntamente com a indústria parafarmacêutica; e a indústria alimentícia. Embora estas tenham interesses diferenciados entre si, ambas visam à expansão de seus negócios e conseqüentemente suas margens de lucro. Para isso, elas contam com o apoio dos diferentes meios publicitários, como reportagens em revistas direcionadas para o público geral e em revistas especializadas. Em 2012 um jornal de grande circulação pública no Brasil publicou uma reportagem onde o entrevistado abordava o problema da obesidade a partir dos custos que esta representa ao sistema de saúde público e privado e por seguinte, aqueles indivíduos que estariam no peso normal deveriam receber benefícios por sua condição corporal dita normal, o que de certo modo seria uma taxaçoão indireta sobre aqueles que apresentam excesso de peso. Palma et al. (2012) analisaram esta matéria e evidenciaram os conflitos de interesse por trás desta publicação. Em primeiro lugar, o enunciador

da reportagem é um empresário de seguradora de saúde e foi também sócio fundador de uma grande rede de refeições rápidas no Brasil, informações que foram omitidas na reportagem. Os autores também evidenciaram que existe uma forte abordagem quantitativa dos indicadores de obesidade e de custos apresentados pelo enunciador, o que de certo modo, dentro do modelo hegemônico de ciência estaria criando uma verdade científica para as pessoas as quais o jornal se destina: o público não especializado.

Segundo Poulain (2013), os interesses da indústria farmacêutica e da alimentícia se diferenciam. A indústria farmacêutica tem como principal objetivo a dramatização do cenário atual. Tem como atuação a qualificação da obesidade como uma doença, para que assim se justifique todos os investimentos sobre a mesma. Ela busca modificar os limites entre o sobrepeso e a obesidade para que assim mais sujeitos se enquadrem nestas classificações necessitando de uma atenção à saúde diferenciada. Além disso, a indústria farmacêutica visa supervalorizar os custos e financiam pesquisas em áreas de interesse específicas que podem ser usadas como marketing de seus produtos.

Gagnon e Lexchin (2008) analisaram os custos da indústria farmacêutica nos Estados Unidos da América (EUA) e evidenciaram que o setor investe aproximadamente duas vezes mais em publicidade do que com pesquisas voltadas para o desenvolvimento de seus produtos e novos medicamentos, sendo um total de 57,5 bilhões de dólares em marketing contra 32 bilhões de dólares investidos com pesquisa. Os autores ainda apontam que o custo com publicidade pode ser maior, visto que não é possível analisar o investimento com o que consideram um marketing mais discreto, como por exemplo, o financiamento de artigos encomendados para revistas científicas. Este processo de financiamento configura o direcionamento dos interesses econômicos sobre o saber biomédico, o que envia seus resultados alinhando-os aos interesses da indústria, prejudicando a construção do conhecimento e sobretudo a saúde da população (MIGUELOTE; CAMARGO JR., 2010).

A indústria alimentícia mantém relação semelhante com as instituições de pesquisa e associações de categorias profissionais e busca uma imobilidade do cenário atual da obesidade. Assim, para ela não é interessante os efeitos da dramatização. Muito de seus esforços são no sentido de não ser apontada como um dos principais agentes responsáveis pelo quadro atual de sobrepeso e obesidade. As pesquisas financiadas por ela são em busca de favorecer os aspectos positivos de seus produtos ou para fragilizar as ideias contrárias.

O financiamento da indústria de alimentos não é incomum no meio acadêmico e muitas pesquisas omitem a presença deste viés. Uma análise recente de estudos de bebidas, publicado na revista *HYPERLINK* "<http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001578>" *PLoS* *HYPERLINK* "<http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001578>" *Medicine* *HYPERLINK* "<http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001578>", destacou que estudos financiados pela Coca-Cola, PepsiCo, a American Beverage Association e outras denominadas “indústria do açúcar” tinham cinco vezes mais probabilidade de não encontrar qualquer relação entre bebidas açucaradas e ganho de peso do que os estudos cujos autores não relataram conflitos de interesse (BES-RASTROLLO, 2013).

Estas relações de interesses, desenvolvidas por estes empreendedores, em grande parte, não estão à luz da cena social, embora atuem com grande força desempenhando grande influência no campo político e científico. Uma organização sem fins lucrativos norte americana, o Global Energy Balance Network (GEBN), que promove a investigação sobre as causas da obesidade, publicou no ano de 2013 e 2014 diversas propagandas sobre a necessidade das pessoas aumentarem sua atividade física como a chave para alcançar um peso saudável e ainda produziram um vídeo no qual a mensagem principal dizia que não havia praticamente nenhuma evidência convincente de que bebidas açucaradas estavam relacionadas com a obesidade. As mensagens deste grupo se preocupam em destacar a importância da atividade física no controle do peso e na saúde e diminuir a atenção com aquilo que se consome. Em agosto de 2015 o jornal *The New York Times* publicou uma matéria que destaca a relação da Coca-Cola com o GEBN e o nome desta empresa na lista de administradores da página www.gebn.org, além de uma contribuição de 1,5 milhões de dólares feita pela

Coca-Cola no ano de 2014 ao GEBN.

Esta dissociação da empresa com a imagem do ganho de peso e da obesidade segue um caminho culpabilizante, pois nega o papel do açúcar no ganho de peso e direciona para a prática insuficiente de atividade física. Assim, é possível observar como a empresa direciona parte de seus esforços para a promoção da atividade física incluindo o financiamento de prêmios de incentivos a pesquisas voltadas para este objetivo (PALMA et al., 2014).

A prática de financiamento de instituições que confabulam com os interesses das indústrias farmacêutica e alimentar foi enunciada por Poulain (2013). Nos EUA, uma instituição denominada como The Center for Consumer Freedom (Centro de Liberdade dos Consumidores) se intitula como um órgão que milita pela responsabilidade pessoal e proteção das escolhas do consumidor. Porém, em uma análise mais profunda é possível observar que este grupo é uma estrutura de lobbying financiada pela indústria agroalimentar e de refeições rápidas e além do mais, muitos de seus principais membros possuem uma relação de interesse com as empresas farmacêuticas e parafarmacêuticas, inclusive como donos de patentes de produtos voltados para regime alimentar. No domínio virtual da instituição é possível observar diversos textos e pesquisas que criticam a taxação de bebidas açucaradas (THE CENTER FOR CONSUMER FREEDOM, 2012).

A discussão sobre a taxação de bebidas açucaradas e alimentos processados é crescente. De acordo com a FAO, o México em 2013 era o país com as maiores taxas de obesidade adulta no mundo, perdendo até mesmo para os americanos (32,8% contra 31,8% dos norte-americanos) e para tentar reverter esse problema, aprovou neste mesmo ano uma lei que impõe impostos significativos às comidas processadas e bebidas açucaradas.

Os impostos sobre alimentos processados e bebidas açucaradas, como refrigerantes foram introduzidos por alguns países da Europa de forma sutil, mas o México no ano de 2014 enfrentou as grandes empresas de alimentos e bebidas aplicando imposto de 8% sobre fast food e de um peso - R\$ 0,20 - sobre cada litro de bebidas com açúcar e resistindo ao lobbying da indústria e discursos de que o aumento dos preços não ajudaria no combate à obesidade e ainda deixaria a economia do país em um cenário complicado. O México é o maior consumidor de refrigerante per capita do mundo - quase meio litro por dia em média - e o governo mexicano admitiu no momento do anúncio da taxação destes alimentos que o prejuízo econômico decorrente da redução de vendas destes tipos de alimentos agora é insignificante em comparação com o prejuízo que o país terá daqui a 10 anos se a obesidade continuar a crescer no ritmo atual. Os dados iniciais apontaram uma redução de 5 a 7% na venda destes produtos, porém em outubro de 2015, o congresso mexicano cedeu à pressão e lobbying da indústria de bebidas e concordou em diminuir o imposto sobre as bebidas açucaradas. A Comissão de Finanças na Câmara aprovou reduzir pela metade o imposto sobre bebidas que apresentem teor de açúcar inferior a cinco gramas por 100 mililitros.

Embora o México tenha recuado no valor do imposto, manteve a taxação e diferentes países também caminham no sentido das taxações. Em 2011 a Dinamarca introduziu um imposto sobre as comidas gordurosas, a Hungria um imposto sobre as comidas processadas e ultraprocessadas e outros países como a Noruega, França e Finlândia introduziram um imposto sobre bebidas açucaradas (MYTTON et al., 2012).

Em recente matéria publicada no jornal inglês The Guardian, Michael Craig Watson, professor adjunto de saúde pública da Universidade de Nottingham e John Lloyd, ex-presidente do Instituto de Promoção da Saúde e Educação da Inglaterra, destacam que os impostos sobre alimentos menos saudáveis devem ser combinados com os subsídios aos alimentos saudáveis, como frutas e legumes e afirmam que ação governamental é urgentemente necessária para garantir que ações como estas sejam priorizadas e reverta este quadro de epidemia de obesidade.

Mytton et al. (2012), estima que no Reino Unido, um imposto de 20% sobre as bebidas açucaradas

reduziria o número de adultos obesos significativamente. Andreyeva et al. (2011) estima que a taxaçoão sobre as bebidas açucaradas levaria a uma reduçoão do consumo, além de gerar uma receita estimada em 79 bilhões de dólares em seis anos, a qual poderia ser revertida para programas de controle da obesidade. Porém, tais medidas são vistas como excessivamente paternalistas e enfrentam falta de apoio público e desinteresse político.

O desinteresse político sobre as taxaçoões de bebidas açucaradas e alimentos gordurosos pode existir em razão de grande parte das autoridades políticas estarem submetidas à lógica da política econômica neoliberal e aos interesses decorrentes das doaçoões de campanhas eleitorais. As doaçoões de campanha no ano de 2014 para o eleito presidente da câmara dos deputados pode ilustrar esta situaçoão. Segundo o site da revista digital Carta Capital (CARTA CAPITAL, 2014), o então presidente da câmara, Eduardo Cunha, recebeu 1.550.000,00 de reais das empresas do setor de bebidas alcoólicas e de bebidas açucaradas. Estas relaçoões pessoais, público e privada, têm como objetivo enfraquecer as mensagens dos órgãos de saúde pública, prevenir a indústria de esforços legislativos hostis e melhorar a imagem da empresa frente aos consumidores, ofuscando sua grande parcela de culpa diante o aumento da obesidade.

Consideraçoões Finais

Ainda é preciso avançar muito na discussáo do interesse econômico das indústrias de alimentos e bebidas e sua contribuiçoão para o aumento da obesidade no mundo. Implementar barreiras que possam diminuir o consumo de alimentos prejudiciais à saúde através da taxaçoão ou limitaçoão da publicidade destes alimentos é um dos caminhos já seguidos por alguns países, com resultados positivos.

As informaçoões aqui apresentadas servem para aprofundar a discussáo no campo da saúde pública sobre o papel dos empreendedores e seus interesses sobre o cenário atual da obesidade. Entendemos como necessário uma mudançoa na abordagem culpabilizante e estigmatizadora, porém, muitas vezes socialmente aceita, a qual julga o individuo obeso através de simples escolhas e responsabilidades individuais dissociadas de um contexto político e econômico.

Os esforços para uma mudançoa neste cenário epidemiológico deveriam se concentrar no ambiente externo e naquilo que se oferecem massivamente todos os dias e que têm importante papel no crescimento da obesidade: os alimentos ricos em gorduras e açúcares e nos ambientes obesogênicos, que devem ser transformados em ambientes promotores da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREYEVA, T.; CHALOUPKA, F. J.; BROWNELL, K. D. Estimating the potential of taxes on sugar-sweetened beverages to reduce consumption and generate revenue. **Preventive Medicine**, v. 52, n. 6, p. 413-416, 2011.

BAHIA, L.; COUTINHO, E. S.; BARUFALDI, L. A. et al. The costs of overweight and obesity-related diseases in the Brazilian public health system: cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, n. 440, 2012.

BES-RASTROLLO, M.; SCHULZE, M. B.; RUIZ-CANELA, M. et al. Financial Conflicts of Interest and Reporting Bias Regarding the Association between Sugar-Sweetened Beverages and Weight Gain: A Systematic Review of Systematic Reviews. **PLoS Medicine**, v. 10, Dezembro, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoçoão da Saúde. **Vigitel Brasil 2014: Vigilância de fatores de**

risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2014.pdf>. Acesso em 27 nov. 2015.

CARTACAPITAL. **Política: A rica campanha de Eduardo Cunha.** Novembro, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-rica-campanha-de-eduardo-cunha-7122.html>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

CARVALHO, M. C.; MARTINS, A. A obesidade como objeto complexo: uma abordagem filosófico-conceitual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p.1003-1012, 2004.

FINKELSTEIN, E. A.; GRAHAM, W. C. K.; MALHOTRA, R. Lifetime direct medical costs of childhood obesity. **Pediatrics**, v. 133, n. 5, p. 854-862, Abril, 2014.

FINUCANE, M. M.; STEVENS, G.A.; COWAN, M.J. et al. Global Burden of Metabolic Risk Factors of Chronic Disease Collaborating Group (Body Mass Index). National, regional, and global trends in body-mass index since 1980: systematic analysis of health examination surveys and epidemiological studies with 960 country years and 9.1 million participants. **The Lancet**, v. 377, p. 557–567, 2011.

GAGNON, M.; LEXCHIN, J. The cost of pushing pills: a new estimate of pharmaceutical promotion expenditures in the United States. **PLoS Medicine**, v. 5, n. 1, p. 29-33, Janeiro, 2008.

GUTTMAN, N.; SALMON, C. T. Guilt, fear, stigma and knowledge gaps: ethical issues in public health communication interventions. **Bioethics**, v. 18, n. 6, p. 531-552, 2004.

MAZZOCCANTE, P. R.; MORAES, J. F. V. N.; CAMPBELL, C. S. G. C. Gastos públicos diretos com a obesidade e doenças associadas no Brasil. **Revista de Ciências Médicas**, Campinas, v. 21, n.1/6, p.25-34, Jan./Dez., 2012.

MIGUELOTE, V. R. S.; CAMARGO JR., K. R. Indústria do conhecimento: uma poderosa engrenagem. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 190-196, Fevereiro, 2010.

MYTTON, O. T.; CLARKE, D.; RAYNER, M. Taxing unhealthy food and drinks to improve health. **BMJ**, v. 344, Maio, 2012.

OLIVEIRA, M. L.; SANTOS, L. M. P.; SILVA, E. M. Direct Healthcare Cost of Obesity in Brazil: An Application of the Cost-of-Illness Method from the Perspective of the Public Health System in 2011. **PLoS ONE**, v. 10, n. 4, Abril, 2015.

PALMA, A.; ASSIS, M.; VILAÇA, M. et al. Os “Pesos” de ser obeso: traços fascistas no ideário de saúde contemporâneo. **Movimento**, v. 18, n. 4, out./dez., 2012.

PALMA, A.; FERREIRA, N. T.; VILAÇA, M. M. et al. Conflitos de interesse na "guerra" contra a obesidade: é possível servir a dois senhores? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1262-1274, out./dez. 2014.

PARADIS, G. Have we lost the war on obesity? **Canadian Journal of Public Health**, v. 103, n. 3, p. 163, 2012.

POULAIN, J. **Sociologia da Obesidade.** São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

SOUZA, N. P. P.; OLIVEIRA, M. R. M. O Ambiente como Elemento Determinante da Obesidade. **Revista Simbio-Logias**, v.1, n.1, 2008.

TAVARES, T. B.; NUNES, S. M.; SANTOS, M. O. Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, n. 3, p. 359-366, 2010.

THE CENTER FOR CONSUMER FREEDOM. **The Tax-Code Diet**. Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.consumerfreedom.com/articles/the-tax-code-diet/>> . Acesso em 01 Dezembro 2015.

TROGDON, J. G; FINKELSTEIN, E. A.; FEAGAN, C. W. et al. State-and Payer-Specific Estimates of Annual Medical Expenditures Attributable to Obesity. **Obesity**, v. 20, n. 1, p. 214-220, Janeiro, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Geneva: **World Health Organization**, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World health statistics 2012. Geneva: **World Health Organization**, 2012.

Recebido em 16 novembro de 2015. Aprovado em 14 de dezembro de 2015.

CONFERÊNCIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL:

caminhos para a garantia do direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar em uma conjuntura de crise política e econômica.

Food Security and Nutrition Conference in Brazil: ways to guarantee the human right to adequate food and food sovereignty in a situation of political and economic crisis.

Susana Moreira Padrão

Professora Adjunta do Instituto de Nutrição da UERJ/
Pesquisadora do Observatório do Trabalho no Brasil- FSS/UERJ

Jorginete de Jesus Damião Trevisani

Professora Adjunta do Instituto de Nutrição da UERJ
Conselheira do CONSEA- Rio

Francisco Caldeira

Presidente do CONSEA-Rio
Membro da Rede Carioca de Agricultura Urbana

Resumo:

Este texto apresenta os avanços e desafios da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir do(s) relato(s) das Conferências sobre esse tema, com ênfase na 5ª CNSAN (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) cujo lema foi “Comida de verdade no campo e na cidade - por direitos e soberania alimentar”. Esses eventos foram organizados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e se estabeleceram como importantes espaços para reflexão e avaliação da política. A participação social na formulação e monitoramento da política tem sido fundamental para o avanço observado. No processo preparatório para a 5ª CNSAN, na cidade do Rio de Janeiro, os principais temas debatidos foram: a agricultura urbana e periurbana na cidade; o combate ao uso de agrotóxicos e os obstáculos para a compra de alimentos da agricultura familiar para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. A adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi apontado como um desafio para concretização da Política de SAN na cidade.

Palavras-chave: Política Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Urbana; Movimentos Sociais; Soberania Alimentar..

Abstract:

This text presents advances and challenges of food and nutritional security policy, from the report of the National Conference on Food and Nutritional Security, with emphasis on the last Conference, whose motto was "Real food in the countryside and in the city: by rights and food sovereignty". Organized by the National Council of Food and Nutritional Security, the conferences have established themselves as important spaces for reflection and evaluation of the policy. Social participation in the formulation and monitoring of the policy has been central to the progress noted. Nevertheless, we believe that the advancement of social policy is the possible way for the realization capital's landmarks. In the preparatory process, to Fifth Conference, in Rio de Janeiro, the main issues discussed were: the urban and peri-urban agriculture in the city, the fight against the use of pesticides and the obstacles to the purchase of food from the family farm to attend the School Alimentation National Program. The adherence of the municipality to National System for Food and Nutritional Security was appointed as a challenge to implementation of the SAN policy in the city.

Keywords: Social Policy. Food and Nutritional Security. Urban Agriculture.
Social Movements. Food Sovereignty

Introdução

O debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional começou a ser pautado no país de forma mais consistente na década de 1990. Após o impeachment do Presidente Fernando Collor, o governo Itamar Franco assumiu o compromisso da construção de uma política de combate à fome, a partir de documento proposto pelo governo paralelo organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Como desdobramento desta iniciativa, foi elaborado em 1993 o “Mapa da Fome - Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar”, que culminou em um Plano de Combate à Fome e à Miséria. No mesmo ano, foi criado o primeiro Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (TAKAGI, 2006). Este período foi marcado por intensa mobilização da sociedade para o combate à fome, impulsionada pelo movimento “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderado por Herbert de Souza (Betinho). Outro marco importante para esse debate foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde, em 1999, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). A PNAN, elaborada a partir da lógica da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), apontava para a necessidade da construção de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE, 2004). Ao longo das duas últimas décadas, a política social de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem dando passos efetivos para sua concretude. O conjunto de ações e programas que constituem essa política, em todos os níveis da federação, tem se ampliado e envolvido diversos setores e instâncias que mantêm interface com o tema.

Entretanto, no atual cenário de crise econômica e política que atinge o país, é admissível que ocorram retrocessos, descontinuidades ou morosidades na implementação dos diversos programas que constituem a política de SAN. Esta perspectiva é decorrência da intrínseca relação entre a restrição de investimentos em políticas públicas sociais e as crises de acumulação do capital, em particular quando prevalece a opção por uma política ortodoxa, de austeridade fiscal, que acirra a disputa pelo fundo público.

Ressaltamos ainda que para além da crise econômica e seus desdobramentos, o avanço da segurança alimentar e nutricional no país, por seu caráter amplo e transversal - além de suas características interdisciplinares e intersetoriais - tende a contrariar interesses de diferentes frações do capital, que se fortaleceram e ampliaram seus espaços no bloco instituído no poder, dificultando a efetivação dessa política. Um dos principais segmentos reconhecidos por essa característica é o capital produtor e exportador de commodities, que abarca, em especial, o agronegócio e as diferentes atividades atreladas a este mercado, como o setor de produção de sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos (FILGUEIRAS, 2014). O capital também cria barreiras para o atendimento às demandas de movimentos sociais, como: reforma agrária; ocupação de áreas nos centros urbanos para ampliação da agricultura familiar; e a demarcação de terras indígenas, para citar alguns exemplos que poderiam contribuir para a concretude da SAN. Esses enfrentamentos emergem e tendem ao acirramento num contexto de crise e disputa do fundo público.

O bom desempenho econômico do Brasil nos últimos anos, com destaque para o período compreendido entre 2006 e 2008, foi impulsionado em grande medida por uma conjuntura internacional favorável, gerada pelo crescimento econômico arrojado de países como a China, que teve sua participação no mercado internacional ampliada, beneficiando o Brasil, que expandiu seu mercado exportador de commodities e indústria extrativa mineral (FILGUEIRAS, 2014).

O crescimento econômico do país durante os primeiros anos do século XXI, não ultrapassou valores em torno de 3,5% ao ano, um avanço não condizente com as condições favoráveis do mercado, em função da expansão do capital financeiro em circulação nos países centrais e emergentes. Esta situação começou a se reverter em 2006, mantendo a tendência de expansão nos anos de 2007 e 2008, com taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) que atingiram patamares de 4,0%, 6,0% e 5,1% respectivamente. Com a crise de acumulação deflagrada em 2008 esta propensão sofreu um revés, gerando um índice negativo no ano de 2009 (BOSCHETTI, 2010) e voltando a se recuperar, pontualmente, no ano seguinte.

A performance da economia durante este período, contribuiu para promover uma breve melhoria nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, com a redução do desemprego e da pobreza; medidas de distribuição de renda nos limites demarcados pela acumulação do capital, facilitadas pelo crescimento real dos salários - em especial do salário mínimo nacional - e a expansão de algumas políticas públicas sociais, em particular a dos programas geridos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável, entre outros, pelo Programa Bolsa Família (PBF) e pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Este cenário começou a perder fôlego com a crise econômica de 2008, iniciada nos Estados Unidos da América - maior propulsor do processo de reprodução ampliada do capital em escala mundial¹ - e propagada por toda a Europa nos núcleos centrais do capitalismo, atingindo os sistemas financeiros desses países e com resultados diretos e perversos para suas políticas sociais. Seus efeitos se dissiparam rapidamente, considerando que se tratava de uma crise estrutural do capitalismo, atingindo países periféricos como o Brasil (BOSCHETTI 2010). O primeiro impacto dessa crise no país ocorreu já em 2009, quando a taxa de crescimento do PIB foi negativa, da ordem de 0,2%. Apesar de expressiva recuperação em 2010, com uma taxa de 7,6%, a partir de se iniciou um ciclo de taxas decrescentes que decaíram de 3,9% até 0,1% em 2014, com previsão, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de atingir uma taxa negativa de 3,0% em 2015². Caso as previsões de continuidade de queda do PIB se confirmem, em um curto horizonte, a maior parte das famílias que ascenderam socialmente neste último período, tenderão a voltar a sua situação de origem, anulando a mobilidade observada nos últimos anos³.

No rastro da queda das taxas de crescimento e do descontrole dos índices de inflação, que ultrapassaram as metas previstas, a política de austeridade fiscal foi acionada como resposta à crise, para garantir o superávit primário para pagamento da dívida pública com sucessivas altas das taxas de juros, que continuaram alimentando os rentistas e o capital financeiro, além da restrição ao crédito como tentativa de diminuir a pressão da demanda e seu impacto na inflação. As quedas no consumo e na produção concorreram para o crescimento do desemprego e da maior taxa de rotatividade do emprego do mundo, com indicadores que atingem direta e perversamente os trabalhadores, e em particular, aqueles com menores salários e os que sobrevivem na informalidade, com relações de trabalho precárias e sem garantias de proteção social (CASTELO, 2014).

Por seu turno, a crise econômica foi agravada pela crise política que emergiu e se acirrou com a polarização ocorrida no processo eleitoral para presidência da república em 2014, com desdobramentos em 2015. Em grande medida, a crise pode ser explicada pelo esgotamento político e social da via do consenso, utilizada para dirigir o país e manter a hegemonia política por parte do bloco instalado no poder (CASTELO, 2014). O arranjo político que constituía a base de apoio ao poder instituído se desfez, em parte pelas ações do ministério público empreendidas para esclarecer denúncias e suspeitas sobre desvio de recursos públicos, dificultando novos arranjos.

¹ A crise iniciada no setor imobiliário, com a queda de juros e o relaxamento nas condições de financiamento, que impulsionaram os empréstimos bancários sob a forma de hipotecas, não se traduziu em uma crise do setor imobiliário. Estava, na realidade, associada a múltiplas dimensões como a queda das taxas de juros, a superprodução e subconsumo, a especulação de investimentos e a própria condição do contexto histórico da crise (AMORIM, 2010).

² Estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 02 nov. 2015.

³ O Estado de São Paulo edição de 31 out. 2015. Disponível em: www.economia.estado.com.br. Acesso em: 05 nov. 2015.

Não é possível no momento, antever a melhor saída para a recuperação econômica e a reversão dos indicadores sociais e econômicos no curto prazo. Não obstante, é verossímil admitir que o cenário descrito apresente como consequência a redução severa de recursos públicos investidos em políticas que materializam direitos sociais, entre eles, os mais elementares, como: educação; saúde e segurança alimentar, que contribuem para melhorar as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora, nos marcos da acumulação capitalista (CASTELO, 2014). O fato de o Estado expandir, sistematicamente, o leque de direitos, parcialmente atendidos, não significa que esta atribuição tenha se tornado uma decorrência natural de seu papel de mediador e regulador de políticas públicas (PAULO NETTO, 1996). Direitos sociais são conquistas dos trabalhadores, como resultado de processos permanentes da luta de classes, caracterizados pelo confronto de interesses entre capital e trabalho.

Para ilustrar com números esta assertiva, dados sistematizados pela Auditoria Cidadã da Dívida⁴, apontam no ano de 2013, gastos na ordem de R\$ 718 bilhões com o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, que correspondem a 40,30% do orçamento executado pela União e, em contrapartida, 11,40% dos valores executados referem-se aos gastos com educação, saúde e assistência social, somados. No ano seguinte, em 2014, já como reflexo da crise econômica, os gastos com juros e amortização da dívida passaram para R\$ 978 bilhões, correspondendo a 45,11% dos valores executados e para os demais gastos referidos o percentual atingiu 10,8%.

A execução orçamentária dos anos de 2013 e 2014 demonstra uma diminuição relativa e percentual dos gastos sociais, como resultado do ajuste fiscal em andamento que busca cortar gastos públicos para garantir o superávit primário, com tendência de aumento desta restrição em função dos cortes em programas sociais já anunciados pelo governo, com o déficit fiscal apresentado no orçamento para 2016 e, em particular, pela manutenção da política de ajustes fiscais como solução para a crise econômica.

As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional

Em 2015 o Brasil comemora 21 anos da primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada em 1994 pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em parceria com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza. O CONSEA, criado pelo governo do então presidente Itamar Franco, funcionou como órgão assessor do governo federal na formulação de propostas que visavam o combate à fome e à miséria no país. A 1ª CNSAN foi um marco importante para as políticas de Estado voltadas à realização do direito humano à alimentação adequada (BURLANDY, 2009). O foco dessa Conferência estava nos anseios da sociedade organizada na busca de soluções para a fome, a miséria e a exclusão social (BURLANDY, BOCCA E MATTOS, 2012).

O CONSEA, extinto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, foi reconstituído em janeiro de 2003, novamente como uma instância consultiva e de assessoramento direto à presidência da república. Neste percurso, teve como um de seus principais méritos contribuir para promover o diálogo entre governo e setores não governamentais, mantendo o tema na agenda política do governo na perspectiva de construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Conselho realizou neste período cinco conferências nacionais (CNSAN), nos anos de 1994, 2004, 2007 e 2011 - sendo a última em novembro de 2015. As conferências são organizadas como importantes

⁴ Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: www.auditoriacidada.org.br. Acesso em: 6 nov.2015.

espaços para reflexão, avaliação e formulação de novas agendas. Elas têm a expectativa de superação dos obstáculos identificados nas diferentes regiões do país por diversos agentes e movimentos que participam dos conselhos nacional, estadual e municipal. Os debates reuniram um conjunto significativo de pesquisadores, militantes, agricultores, representantes dos movimentos sociais e de instituições privadas e ministérios governamentais.

Na 2ª CNSAN, em 2004, foram definidos e sistematizados os fundamentos para a elaboração do Projeto de Lei Orgânica para Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovada pelo Congresso Nacional em 15 de setembro de 2006 - Lei nº 11.346. Nesta trajetória, com avanços e retrocessos, apesar de previsto em diversos tratados e declarações internacionais, foi apenas em 2006, com a aprovação da LOSAN, que o direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) ganhou um status legal. De acordo com a definição expressa no texto da LOSAN, a segurança alimentar e nutricional – SAN

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

As instituições, atores, instâncias de decisão e instrumentos de planejamento e gestão que participam da política de SAN passam a ser designados como Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a partir da LOSAN (BURLANDY, BOCCA E MATTOS, 2012). No âmbito do SISAN, cabe à Conferência Nacional de Segurança Alimentar - espaço fundamental para a atuação da sociedade - indicar ao CONSEA as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar (BRASIL, 2006). A participação social na formulação, implementação e monitoramento das políticas é apontada como um dos princípios do SISAN. O exercício de participação social teve grande impulsão com a Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, pelos avanços que representa em relação ao acesso à cidadania. As mudanças refletidas no texto da Constituição em relação ao controle da sociedade sobre as políticas públicas marca a ampliação do exercício da democracia brasileira como participativa, além de representativa (ROCHA, 2009).

O SISAN foi concebido como um sistema suprassetorial e aberto, com a atribuição de articular ações de instâncias governamentais de diferentes esferas e não governamentais (PINHEIRO, 2008). Esta configuração pode trazer vantagens, mas também algumas dificuldades para a consolidação deste sistema. A intersetorialidade é considerada a forma adequada para o enfrentamento das questões referentes à segurança alimentar e nutricional, em função da existência de um conjunto importante de problemas que não podem ser resolvidos isoladamente por estarem interligados e serem interdependentes (MALUF, 2007). Entretanto, uma ação intersetorial é difícil de ser coordenada, à medida que atua na articulação de órgãos e setores com culturas organizacionais próprias e diversas entre si e com dotações orçamentárias consignadas para cada um dos diferentes órgãos, que constituem o sistema (SANTARELLI, 2012). A 3ª CNSAN, realizada em 2007, foi o fórum de discussão sobre a concretização das diretrizes e princípios da LOSAN, assim como das condições necessárias para viabilizar o SISAN, assumindo como premissa a inclusão da segurança alimentar e nutricional como parte indissociável da política de desenvolvimento econômico.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), aprovada em 2010, estabeleceu os mecanismos para adesão por parte de estados, municípios e entidades sem fins lucrativos, ao SISAN (SANTARELLI, 2012). O instrumento de pactuação definido pela PNSAN foi o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Em 2011, foi construído o primeiro PLANSAN, elaborado para o período de 2012 a 2015, concretizando um instrumento de monitoramento das metas estabelecidas para o conjunto de ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional, dando mais um passo para a consolidação do SISAN. O Plano foi embasado nas metas do plano plurianual (PPA) para o mesmo período do PLANSAN.

O próximo passo será a elaboração do segundo plano, para o período de 2016 a 2019.

Outro avanço importante neste processo foi a aprovação e publicação em 2010 da Emenda Constitucional (EC) 64, fruto de intensa mobilização da sociedade brasileira organizada. A EC 64 modificou o artigo 6º da Constituição de 1988, incluindo o direito à alimentação no elenco dos direitos sociais (BURLANDY, 2009; RECINE E VASCONCELLOS, 2011). A 4ª CNSAN, realizada em 2011, debateu e deliberou proposições para garantia do atendimento ao direito humano à alimentação adequada e saudável. Neste sentido, novas bases para a produção e o consumo de alimentos foram discutidas e orientadas para soberania alimentar; bem como para SAN. As conferências em geral e, especialmente as de SAN, se apresentam como oportunidades para a sociedade explicitar seus anseios, vocalizados por suas instituições, redes e coletivos, no diálogo com o poder público dos diferentes entes federados, de forma a influenciar na formulação e avaliação de políticas públicas.

Atualmente, todos os estados da federação e o Distrito Federal já aderiram ao SISAN, além de 89 municípios, sendo que muitos estão em processo de discussão e formulação, como é o caso do município do Rio de Janeiro (BRASIL, 2015 a).

Por fim, em novembro de 2015 foi realizada em Brasília a 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª CNSAN), tendo como lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Este lema propôs um debate sobre os avanços experimentados pela sociedade brasileira nas últimas décadas para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar, refletindo sobre os obstáculos estruturais para esta conquista e o alcance das políticas públicas na garantia do direito humano à alimentação, assim como sobre a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A proposta de discussão para essa Conferência remete o debate a um foco inédito nas conferências de SAN, que diz respeito a todas as etapas e dimensões que culminam com a comida no prato (CONSEA, 2015 a). Este debate, sobre o sistema agroalimentar, ancora-se em princípios e paradigmas de um sistema local de produção de alimentos adequados e saudáveis, baseado na produção agrícola familiar e camponesa, nas práticas de agricultura dos povos e comunidades tradicionais e em sistemas de produção agroecológicos, que respeitem o meio ambiente e conduzam à autonomia e à soberania alimentar dos povos (CONSEA, 2015 b). Defende-se que a garantia do direito humano a uma alimentação adequada e saudável para população só é possível com o alcance de um sistema alimentar justo e social, cultural e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2014).

A definição de alimentação adequada e saudável legitimada pela 3ª CNSAN expressa esses valores:

A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2007).

O atual perfil alimentar e nutricional, da população brasileira, é marcado por mudanças no consumo alimentar e, conseqüentemente, no seu estado nutricional e no perfil de adoecimento e morte, por doenças relacionadas à alimentação e nutrição, resultantes de sistema alimentar global. As propostas para a conquista da alimentação adequada e saudável devem incluir estratégias voltadas a superar os desafios e obstáculos no contexto de um ambiente alimentar adverso, mas, sobretudo devem incidir em políticas públicas intersetoriais que impactem nesse ambiente (BRASIL, 2014).

Em paralelo, o combate à fome e à insegurança alimentar nas últimas décadas refletiu uma trajetória bem-sucedida de políticas públicas do Estado brasileiro, que culminou com a saída do Brasil do mapa da fome, anunciada pelo Relatório 2014 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura-Brasil (FAO). Contudo ainda tem fome no Brasil. Fenômeno impregnado pelas iniquidades persistentes em nosso território.

Este é o contexto que levou à definição, pelo CONSEA, de três eixos para serem discutidos durante a 5ª CNSAN: (a) Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; (b) Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances das políticas públicas e (c) Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (CONSEA, 2015 a). Como processo preparatório para a 5ª CNSAN foram realizados quatro encontros temáticos: “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia”, “A atuação das mulheres na construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, “Água, Soberania e Segurança Alimentar” e “Soberania e Segurança Alimentar para a População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais”, além de conferências no distrito federal, nos estados e municípios, de todas as regiões do país.

Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar na cidade do Rio de Janeiro: desafios para o município.

A IV Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (COMSAN), foi realizada, entre os dias 16 e 17 de junho, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como etapa preparatória para a 5ª CNSAN. Este processo incluiu cinco pré-conferências regionais, realizadas nos bairros de Padre Miguel, Bonsucesso, Jacarepaguá, Campo Grande e Glória, as quais tiveram como objetivo a democratização do acesso às discussões sobre SAN para a cidade. Face à extensão e diversidade sociocultural e econômica do nosso território, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade do Rio de Janeiro, CONSEA-Rio, identificou um enfoque diferenciado em cada uma das pré-conferências. Os temas abordados foram: Avanços e obstáculos para a comida de verdade; O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com foco na compra direta de 30% de alimentos da agricultura familiar, com recursos do PNAE; Impactos causados pelo uso de agrotóxicos; Desafios em relação à epidemia da obesidade e Agricultura Urbana.

O debate sobre o enfoque da SAN para as políticas públicas no Brasil é relativamente recente, por isso, há um desconhecimento sobre o tema na sociedade em geral. No entanto, existe uma expressiva preocupação com a alimentação, de forma individual ou coletiva. Assim, na avaliação das pré-conferências, se constatou que a fala da maioria dos participantes expressou a necessidade de que esta discussão esteja presente de maneira mais sistemática, e não apenas de quatro em quatro anos, como etapa preparatória da conferência nacional.

As discussões das pré-conferências formaram a base para os debates da IV COMSAN. Dentre os temas emergentes do encontro ganharam destaque a questão da agricultura urbana e periurbana na cidade, o combate ao uso e ao consumo indiscriminado de agrotóxicos e os obstáculos para que a compra, com recursos do PNAE, de 30% dos alimentos utilizados na alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar.

A agricultura urbana desponta no debate sobre abastecimento alimentar em um momento em que metade da população mundial é moradora das cidades. Estima-se que 80% da população mundial será moradora de cidades até 2030. Assim, faz-se necessário se repensar a relação entre urbano e o campo e se redefinir estratégias para o abastecimento alimentar das cidades. O investimento na agricultura urbana e periurbana e de circuitos curtos de produção e consumo estão entre as alternativas apontadas (PRADO, 2015).

Mais do que solução para a questão alimentar das cidades, a agricultura urbana pode ser um espaço de

reconstrução da cidade, em contraponto ao modelo de desenvolvimento urbano centrado em relações e formas de produção onde a terra e o trabalho são vistos como mercadorias. A cidade do Rio de Janeiro vivenciou desde os fins do século XIX, um processo de desruralização, consequência da ruptura do metabolismo entre cidade e campo, característica do capitalismo. Neste processo, houve um distanciamento das práticas ligadas ao rural, sobretudo em relação à produção de alimentos para subsistência da cidade, fazendo surgir um modelo de cidade vista como espaço de reprodução do capital. Neste processo de extinção das práticas ligadas ao rural no perímetro urbano, assistimos à consolidação de um mercado atacadista de alimentos e o crescimento imobiliário agressivo (SANTOS, s/d).

O resgate das práticas tradicionais da agricultura camponesa, tanto no meio urbano quanto no rural, implica em restaurar valores, modos de ser e fazer que são caros a questões emergentes no debate de segurança e soberania alimentar e sustentabilidade ambiental (SANTOS, s/d).

Neste cenário, coloca-se como desafio o avanço no conceito de soberania alimentar. A discussão de acesso à alimentação foi necessária, entretanto, é importante um passo à frente em relação à qualidade da alimentação. Segundo definição proposta pela Via Campesina em 2001, soberania alimentar consiste em:

O direito dos povos de definir suas próprias política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (...) (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, citada por CAMPOS e CAMPOS, 2007)

A difusão e democratização do debate sobre soberania alimentar favorece a possibilidade da cidade do Rio de Janeiro, por meio dos movimentos sociais, se posicionar em relação à produção, distribuição e consumo de alimentos na cidade. Neste sentido, coloca-se também em discussão qual a proposta da cidade que queremos. Um tema recorrente na Conferência Municipal diz respeito ao Plano Diretor do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111/2011), que considera o município “inteiramente urbano”, apesar de, segundo dados do censo Agropecuário do IBGE, de 2006, existirem 1.055 estabelecimentos agrícolas na cidade, 790 dos quais pertencentes à agricultura familiar (MASELI, 2015).

Esta invisibilidade da agricultura na cidade se reflete na insuficiente atuação do poder público neste setor econômico. Em relação à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, à medida que o espaço ocupado pela agricultura foi sendo reduzido, o papel do Estado neste setor também foi diminuindo. Um indicador importante dos limites desta atuação é a inexistência de uma Secretaria de Agricultura na prefeitura, embora hajam diferentes ações relacionadas à agricultura urbana na cidade.

Um movimento contrário tem despontado na cena política carioca, que refletiu na eleição para a presidência do CONSEA-Rio, com a escolha de um agricultor familiar, da região do maciço da Pedra Branca, Francisco Caldeira, para ocupar a presidência do conselho.

O combate ao uso e ao consumo de agrotóxicos e a pressão pelo cumprimento da obrigatoriedade de destinação de 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) para compra direta da agricultura familiar no município, somaram-se às reivindicações presentes nos debates da IV COMSAN, relacionadas ao sistema agroalimentar.

A Lei nº 11.947 de 2009, que determina a compra direta da agricultura pelo PNAE, promove o fortalecimento da agricultura familiar, além de beneficiar milhares de estudantes da rede pública de ensino. Contudo, na cidade o cumprimento dessa legislação ainda é incipiente. Sua adequada implementação foi apontada pela IV COMSAN como um potencial instrumento para o fomento da agricultura familiar na cidade. Neste sentido, foram apontados obstáculos em relação à organização da prefeitura para concretização

da compra e do acesso aos agricultores à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)– DAP - documento necessário para acesso a qualquer uma das políticas públicas do governo federal voltadas à agricultura familiar.

Em função do relevante papel desempenhado pela segurança alimentar e nutricional no desenvolvimento local, justifica-se um esforço interdependente das várias secretarias do poder executivo, relacionadas ao tema, na perspectiva de superar os desafios identificados, como a questão da assessoria técnica para agricultores, a infraestrutura de logística e armazenagem e, sobretudo, a criação de espaços de planejamento e diálogo entre agricultores, técnicos, gestores e escolas (SARAIVA et al., 2013). No caso da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, as secretarias de educação, saúde e administração são fundamentais neste processo, assim como a secretaria especial de desenvolvimento econômico solidário que, recentemente, assumiu a liderança deste debate, face à indefinição do processo, passados quase cinco anos da sua regulamentação.

Da mesma forma, as propostas da IV COMSAN favoráveis à implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), assim como o posicionamento de que este deveria ser o primeiro passo em direção ao banimento total do uso de agrotóxico, demonstram a rejeição ao atual modelo agroalimentar global, explicitada nos debates da conferência.

Por último, vale enfatizar a discussão ocorrida durante o IV COMSAN sobre os desafios apontados para a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este é um sistema intersetorial, que reúne diversos setores de governo e da sociedade civil e tem “por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País”. O SISAN foi proposto pela Lei nº 11.346/2006, sendo composto por (BRASIL, 2006):

- Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, em âmbitos nacional, estadual e municipal;
- Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA - em níveis federal, estadual e municipal;
- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (âmbito nacional) e Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (nos estados e municípios);
- Órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

A adesão ao SISAN pelos estados, distrito federal e municípios é voluntária, condicionada à instituição de um conselho de segurança alimentar e nutricional e da câmara intersetorial de segurança alimentar e nutricional.

Apesar do CONSEA-Rio ter sido constituído há 12 anos, ainda, permanecem desafios para efetivação de sua legitimidade, sendo um deles, a falta de orçamento próprio. Alocado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e com representações das Secretarias afins à SAN, é necessário que o conselho tenha um papel mais ativo no assessoramento das políticas de garantia ao DHAA na cidade. Faz-se necessário a formalização de um SISAN, que reconheça o CONSEA e a COMSAN como instâncias de planejamento e acompanhamento da Política e do Plano municipal de SAN. A proposta de Lei orgânica municipal de segurança alimentar e nutricional (LOSAN) que tramita desde a gestão anterior do CONSEA-Rio, ainda não foi aprovada e publicada. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e vice-prefeito, Adilson Pires, quando de sua participação na mesa de abertura da IV COMSAN se comprometeu com a publicação da Lei Orgânica, antes da Conferência estadual que ocorreu em agosto desse ano, o que não foi concretizado.

Considerações finais

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país, ao longo dos últimos anos, se beneficiou de um arcabouço legal e consistente construído para sua concretude. Os programas implementados, constituindo a política de SAN, em todos os níveis da federação, foram ampliados e continuaram avançando em diversos setores que mantêm interface com a política. Entretanto, ainda existem desafios no sentido de tornar duradouros os resultados destas ações e criar condições estáveis de segurança e soberania alimentar. Na verdade, apesar da legislação e do status legal conquistado pelo direito humano à alimentação adequada e saudável serem fundamentais, não são suficientes para a materialização desse direito se não forem acompanhados de participação e controle sociais.

A política social, por estar atrelada à participação ativa do Estado, que a planeja e a implementa, está sempre sujeita a avanços, descontinuidades e retrocessos. Seu percurso depende da direção política do bloco no poder, da política macroeconômica hegemônica por frações da classe dominante, que compartilham esse poder, e da correlação de forças envolvidas na disputa do fundo público, necessários à materialização dos direitos sociais. A implementação de ações de proteção social dependem, ainda, da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, estando longe de se encerrar em uma tensão bipolar, entre Estado e o movimento social (PAULO NETTO, 1992).

Ainda existe um longo e atribulado caminho a ser percorrido para que a segurança e a soberania alimentar sejam garantidas e o SISAN atue plenamente. Um trajeto que contará com avanços, mas, também, com retrocessos. Esta tem sido a dinâmica assumida para materialização das políticas sociais, que dependem das conjunturas políticas e econômicas e da participação dos movimentos sociais para avançarem. Entretanto, a partir do prognóstico de crise apresentado, observamos que a atual conjuntura não parece ser favorável para o fortalecimento e ampliação de direitos. Não obstante, este nos parece o caminho possível e viável, nos marcos do capital, para concretização de direitos e a construção de uma sociedade mais justa e com menores desigualdades sociais.

Referências

- ARRUDA, B.K.G.; ARRUDA, I.K.G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Ver. Bras. Saúde Mat. Infan.* Recife, v.7, n.13, p. 319-326, jul/set. 2007.
- BOSCHETTI, I. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Subsídios da CAISAN nacional para os representantes governamentais nas conferências estaduais de SAN*. Brasília: SESAN, 2015 a. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em: 03 nov. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 2006*.
- BURLANDY, L.; BOCCA, C. e MATTOS, R. A. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. *Rev. Nutrição*, vol.25, n.1, pp. 9-20, 2012.

- BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.14, n.3,p.851-860, 2009.
- CAMPOS, S.S.C.; CAMPOS, RS. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*. v. XI, n. 245 (68), 2007.
- CASTELO, R. Crise conjuntural e (re)militarização da “questão social” brasileira. *Margem Esquerda*, n.23, p.46-51, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: Positiva, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: CONSEA, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: CONSEA, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: CONSEA, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: comida de verdade no campo e na cidade*. Documento de referência. Brasília/DF: CONSEA, 2015 a.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de Verdade no Campo e na Cidade*. Caderno de debates. Brasília/DF: CONSEA, 2015 b. <Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/.../caderno-de-debates.pdf>> . Acesso em: 7 de nov. 2015.
- FILGUEIRAS, L. A crise do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. *Crítica Marxista*, n. 30, p. 21-28, 2010.
- FILGUEIRAS, L. A natureza e os limites do desenvolvimento no capitalismo dependente brasileiro. *Margem Esquerda*, n.23, p.32-38, 2014.
- LAVINAS, L. et.al. *Combinado compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. Texto para discussão nº748. Brasília: IPEA, 2000.
- MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os economistas).
- PADRÃO, S.M. Uma leitura marxista da questão alimentar no Brasil: o guia alimentar para a população brasileira em questão. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2014.
- PAULO NETTO, J. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PEREIRA, P.A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, A.R.O. Reflexões sobre o processo histórico/político de construção da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional. *Rev. Seg. Alim. e Nutric.*, Campinas, v.15, n.2, p.1-15, 2008.

PRADO B. A. Novas conexões entre o rural e o urbano. *Agriculturas*. v. 12, n. 2, junho 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Agriculturas_V12N2_Editor-Convocado.pdf>. Acesso em 15 nov. 2015

MASELI, M. V. S. Conflitos e resistências na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro. *Agriculturas*. v. 12, n. 2, junho 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Agriculturas_V12N2_Artigo3.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

MALUF, S. J. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis: Vozes, 2007.

RECINE E.; VASCONCELLOS A. B. Políticas nacionais e o campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva: cenário atual. *Ciênc. saúde coletiva*, vol.16, n.1, 2011.

ROCHA E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios, 2009. (Curso de curta duração ministrado) Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/...de%20participao%20social.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2015.

SANTARELLI, M. Política nacional de segurança alimentar e nutricional: desafios intersetoriais e interfederativos. In: SCHINEIDER, O.F. (Org.) Segurança alimentar e nutricional: tecendo a rede de saberes. Petrópolis: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ, 43- 64, 2012.

SANTOS L. S. A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: o exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX, s/d. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT9/GT9-LEONARDO.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciênc. saúde coletiva*, vol.18, 2013.

VALENTE, F. L. A política de insegurança alimentar e nutricional. Brasília: INESC, 2004.

Agradecimentos às contribuições da Câmara Temática 1 do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-Rio.

Foto e Texto: Sérgio Franklin
Roteiro e Supervisão: Susana Moreira Padrão

Entrevista

Rosa Maria Cordeiro Alvarenga

Presidente do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional)
– Biênio 2013/2015



“O governo do Estado do Rio de Janeiro não tem compromisso com a segurança alimentar e nutricional.”

Resumo:

Entrevista com Rosa Maria Cordeiro Alvarenga, Presidente do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional) – Biênio 2013/2015 – no Rio de Janeiro, sobre a construção do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e as conferências de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), que possibilitaram a criação da LOSAN (Lei Orgânica Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional) do Estado do Rio de Janeiro. As dificuldades e desafios dos profissionais e militantes que atuam na área de SAN têm para a implantação de políticas e programas capazes de atender e tirar da insegurança alimentar milhares de pessoas que não são beneficiadas pelos programas sociais do governo e, ao mesmo tempo, possibilitar o direito humano à alimentação, nutrição e saúde.

Palavras-chave: SAN. SISAN. CONSEA. LOSAN. CAISAN. Segurança Alimentar.

Abstract:

Interview with Rosa Alvarenga President of CONSEA (National Council of food and Nutrition Security) in Rio de Janeiro regarding of construction of SISAN (National System of Food Safety and Nutrition) and SAN (Food and Nutrition Security) conferences that made possible the publication of LOSAN (Organic Law of Food and Nutrition Security). The difficulties and challenges that professionals and activists of the nutritional area has to implement policies and programs able to meet and take food insecurity thousands of people who are not benefiting from social programs of government and allow the human right to food nutrition and health.

Keywords: SAN. SISAN. CONSEA. LOSAN. CAISAN. Food security.

ADVIR – Qual o cenário atual no estado do Rio de Janeiro para a construção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?

Rosa Alvarenga – O país está pensando as políticas públicas através de sistemas. Então, temos hoje, por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)... Agora estamos construindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Na construção desse sistema, existem alguns pontos que são fundamentais, que formam esse sistema.

Um deles é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Aqui, no Rio de Janeiro, o CONSEA foi instalado em 2003. Desde 2004, temos feito conferências, seguindo o calendário da Conferência Nacional, e, por isso, estamos na 4ª Conferência agora (em 2015). Em 2009, conseguimos a publicação da Lei Orgânica Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

Um outro componente desse sistema, no âmbito estadual, é a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) criada por decreto, em 2012, mas ela só foi instalada em 2014. Esta Câmara é um componente fundamental, pois é ela que vai fazer avançar o que se quer de política para essa área. A sociedade civil tem uma importância muito grande no controle social, apontando para onde se está querendo seguir, mas o Estado é necessário para executar a política.

Infelizmente, desde que a CAISAN foi instalada, existe um trabalho muito sério de um grupo que age por militância, mas seus membros não pertencem exatamente às secretarias (do Estado). Em 2015, apenas uma única secretaria, além da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), esteve presente à 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (realizada na Uerj, em agosto). Não dá para saber, portanto, até que ponto a instalação da CAISAN foi um avanço.

ADVIR – O fato de ter sido instituída em 2012 e instalada em 2014...

Rosa Alvarenga – Na verdade, a gente tem um Estado que não tem compromisso algum com a segurança alimentar e nutricional. Isso podemos dizer com toda a clareza.

Para a preparação da Conferência, tivemos quatro encontros estaduais. O primeiro foi feito na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, para tentar sensibilizar os municípios, mas também a própria SEASDH. Nem água a Secretaria nos forneceu, tivemos que comprar.

ADVIR – O CONSEA tem alguma fonte de recursos que não seja institucional? Quando você diz “tivemos que comprar”, a quem você se refere?

Rosa Alvarenga – A nós, conselheiros. Fizemos uma “vaquinha” entre os conselheiros.

Há um projeto que destina recursos para encontros realizados nos municípios pelo CONSEA. Porém, temos uma grande dificuldade de acessar esses recursos. Nesses encontros preparatórios aos quais me referi, tentamos usar esse dinheiro e não permitiram. No primeiro, argumentaram que deveríamos ter solicitado com dez dias de antecedência, e o pedido tinha sido feito com mais de um mês de antecedência. No segundo, o argumento era o de que o município era muito longe. Enfim, a cada momento uma justificativa diferente para não liberar o dinheiro.

ADVIR - Você avalia, então, que isso não se deve às alegadas dificuldades econômicas e financeiras pelas quais o governo diz passar? Já há um histórico de desinteresse do Estado em financiar esses encontros, é isso?

Rosa Alvarenga – Há um histórico de desinteresse. Quando você tem interesse, você dá a água. Falei com eles: “é simbólico, me deem três garrafas de água”. O que isso custaria? Trinta reais, no máximo. Mas nem isso.

ADVIR - Mas essa legislação (que criou o Sisan no Estado) foi provocada pelo Legislativo ou pelo próprio Executivo?

Rosa Alvarenga – Sempre pelo CONSEA. Apesar de termos uma comissão de Segurança Alimentar e Nutricional na ALERJ, não existe apoio institucional do governo e nem da sociedade. A própria ALERJ não sabe da importância (retirar) do SAN. Houve uma audiência na comissão de SAN e convidaram só o Conselho Regional de Nutricionistas. Após a audiência, expliquei para a presidente da Comissão o que era o CONSEA, porque estávamos ali, o que estávamos fazendo, o que queríamos. Percebemos que ainda há muitos equívocos na Comissão sobre a questão da segurança alimentar, então nos colocamos à disposição pra esclarecer isso.

A Assembleia Legislativa tem uma cadeira no CONSEA. É membro do CONSEA. Mesmo fazendo parte do CONSEA, no legislativo, a maioria das pessoas entende que a Segurança Alimentar é restaurante popular. Não passa disso. No executivo, isso também ocorre.

Quando afirmo que o Estado não colabora com nada, é preciso fazer uma ressalva a uma equipe que trabalha na Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Na verdade são três pessoas, a Kátia Cardoso dos Santos (presidente do CRN – Conselho Regional de Nutricionistas), que é antiga militante do SAN, e duas pessoas que trabalham com ela.

ADVIR– Como foi possível a realização da Conferência Estadual em agosto de 2015, na Uerj?

Rosa Alvarenga – Contamos com o apoio da CAISAN, que intermediou as conversações com o governo. Porém, há poucos dias (da conferência), não tínhamos a garantia de que tudo estaria pronto.

ADVIR – E os delegados?

Rosa Alvarenga – Rosa Alvarenga – A hospedagem a gente conseguiu. As passagens, não. Cada um teve que viajar com recursos próprios ou pedir ajuda à prefeitura da sua cidade. O que se consegui foi só uma diária. Duas de jeito nenhum.

No dia que soubemos que não haveria a possibilidade de duas diárias, mas haveria um coquetel pomposo (financiado pela Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano (SEASDH), perguntamos: “Quanto custa o coquetel?” “Sessenta reais por pessoa”, responderam. Fizemos a conta e dissemos: “Sem o coquetel pomposo, podemos pagar a diária de todo mundo”. Portanto, naquele momento, informamos que iríamos ao Ministério Público pedir uma verificação da prestação de contas daquela Conferência. Queremos uma prestação de contas detalhada desse valor, pois não entendemos no que foram gastos (os cerca de trezentos mil reais, que seriam utilizados no coquetel), já que a UERJ (onde foi realizado o evento) forneceu a alimentação e cedeu o espaço”. Deixamos claro que iríamos solicitar essa prestação de contas.

Uma coisa importante é lembrarmos que (na 4ª Conferência Estadual) tivemos representantes de 18 municípios, que fizeram conferências (locais) e de dois municípios, que fizeram reuniões ampliadas, também válidas para a escolha de delegados. Então, foram 20 municípios, quando temos 92 no Estado. Seria muito importante que, durante o período da mobilização, tivéssemos a possibilidade de ir aos municípios, chamar para os encontros. Mas não tivemos condições de financiar isto.

ADVIR – E esse é um papel que cabe ao CONSEA estadual, mobilizar os municípios, não é?

Rosa Alvarenga – Mobilizar e sensibilizar. Essas tarefas cabem também à CAISAN. Só que não tivemos condições de fazer isto. Como representante do CONSEA estadual, tenho que participar de uma reunião a cada três meses em Brasília com os presidentes dos outros CONSEAs. Quase todos os outros estados pagam as despesas para os presidentes dos CONSEAs. Se dependesse da passagem do governo do Estado do Rio, eu não iria nunca.

ADVIR – Você tem notícias de como está o panorama nos outros estados?

Rosa Alvarenga – Todos os estados têm CONSEAS estaduais. Há dificuldades com disponibilização de verbas em vários estados.

ADVIR – Essa dificuldade de interlocução é um problema mais perceptível aqui do Rio de Janeiro?

Rosa Alvarenga – Sim, a Presidente do CONSEA nacional ficou chocada (com o relato sobre as condições no Estado do Rio de Janeiro). A responsável da CAISAN nacional também. O sistema só funciona se você tem os dois em sintonia e articulação. O CONSEA e a CAISAN sozinhos não irão fazer nada. Tem que haver uma aproximação.

ADVIR – Você atribui isso a uma falta de conhecimento do Governo?

Rosa Alvarenga – Sim. Eu atribuo à falta de conhecimento.

ADVIR – Nem os conselheiros institucionais do Governo têm essa clareza? Isso não facilitaria essa aproximação e essa interlocução?

Rosa Alvarenga – Uma das grandes dificuldades é justamente as sucessivas mudanças de pessoas. Mudam os secretários e aí muda toda a secretaria. Mudam também os representantes das secretarias. Então é complicado conhecer as pessoas. E nesse ponto é que a importância do CONSEA é muito grande. Estão no CONSEA os militantes antigos. Agora, nas secretarias, têm pessoas que nunca tinham ouvido falar de CONSEA. Estão lá pelo simples fato de que foram designadas pelo secretário daquela pasta.

ADVIR – Você consegue identificar da última Conferência pra cá algum avanço no nosso Estado (com relação ao SAN)?

Rosa Alvarenga – Houve um trabalho muito forte. Especialmente de grupos da sociedade civil, que foram se aproximando das populações mais vulneráveis, dos quilombolas, dos indígenas. Outra conquista importante foi a saída do Brasil do mapa da fome.

ADVIR – Como você avalia o papel do CONSEA nesse processo?

Rosa Alvarenga – Foi fundamental. Não só do CONSEA, mas também de militantes da Segurança Alimentar e Nutricional. O Rio de Janeiro não tem um fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, mas teve um fórum fluminense que foi diluindo e acabou não funcionando mais. Tem um grupo de pessoas que são remanescentes desse fórum e que formou o “Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional.” Esse coletivo tem tido um papel muito importante também junto ao CONSEA. Quem são essas pessoas? Antigos militantes de Segurança Alimentar e Nutricional, que se colocam à disposição para discutir, fazer encontros e rodas de conversas. Temos rodas de conversas quase todos os meses em vários municípios, dando um apoio muito grande à campanha contra o uso de agrotóxicos, sobre os transgênicos e temas de interesse nos diferentes municípios. Fizemos um encontro estadual que aconteceu na UERJ.

ADVIR – Um dos grandes desafios que nós temos agora no Estado é conseguir superar essa falta de diálogo?

Rosa Alvarenga – A gente acredita que sim. Esperamos que esse momento da 4ª Conferência tenha mostrado um pouquinho da importância disso. Vamos apresentar (às autoridades do Estado) uma carta política com todos os dados divulgados no encontro, junto ao relatório da Conferência, para que essas questões possam ser digeridas aos poucos. No início da Conferência, colocamos de uma forma muito clara que o CONSEA tem um papel de cobrança para que a política realmente aconteça. Cobramos muito! Mas nos comprometemos muito! Nos colocamos à disposição para fazer a coisa acontecer. Esperamos continuar

mantendo a disposição demonstrada de forma tão clara, apesar de todas as dificuldades. É isso que queremos fazer. Não somos um órgão de monitoramento, de fiscalização. Não é isso. O nosso papel é assessorar.

ADVIR – Que balanço você faz da 4ª Conferência Estadual?

Rosa Alvarenga – A secretária de Estado de Assistência Social e Desenvolvimento Humano ter comparecido, mesmo que de forma protocolar, foi importante. O Subsecretário Executivo da SEASDH esteve lá também e, acredito, ficou um pouco mais esclarecido sobre a importância do trabalho conjunto. Saímos de lá com uma esperança muito grande de que esse distanciamento se desfça.

ADVIR – E do ponto de vista do debate?

Rosa Alvarenga – A gente fez os debates, mas gostaríamos de ter debatido com o Poder Público, que não estava presente no que diz respeito ao âmbito estadual, com exceção da SEASDH. Tínhamos alguns representantes municipais.

ADVIR – A gente está numa crise política muito acentuada e isso acaba atingindo principalmente as políticas sociais. Como a Segurança Alimentar e Nutricional vai sobreviver a esse cenário tão adverso?

Rosa Alvarenga – Segurança Alimentar e Nutricional é de interesse político do país. É de interesse político de alguns ministérios especificamente. A responsável geral da CAISAN é a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

Percebe-se avanços significativos em âmbito nacional e percebe-se um interesse real de se avançar mais. Pensamos em colocar na carta política só o que se refere ao nosso Estado, mas citamos também avanços no âmbito nacional: os programas que estão avançando e os que não estão avançando ainda. O PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos), por exemplo, ainda não está implementado. Mas existem grupos de estudo. Está mais devagar do que a gente gostaria, mas está avançando. Diferentemente daqui, que não anda. No âmbito nacional, a gente está com uma esperança grande de avanços significativos. O Brasil é referência na questão de Segurança Alimentar e Nutricional para inúmeros países.

ADVIR – Tem mais alguma questão que você gostaria de abordar?

Rosa Alvarenga – Quais os grandes problemas que temos aqui no nosso Estado? Ameaças à biodiversidade, a transgenia, o patenteamento de sementes, a questão dos agrotóxicos, a contaminação da água e o lixo também. Pescadores que tiravam 200 kg de peixe, às vezes, numa saída de pesca, hoje não conseguem tirar oito quilos. Isso sem falar dos mega empreendimentos, que afastam a população ribeirinha, os pescadores e outros. A qualidade nutricional da alimentação cada vez mais pautada em alimentos processados. A desnutrição de grupos populacionais específicos. A falta de incentivo à agricultura urbana. A questão das feiras, uma dificuldade enorme com a perda dos agricultores.

Em 2011 a gente ainda estava festejando a entrada do direito humano à alimentação na Constituição. A luta agora é outra. Não é só a alimentação, mas qual alimentação. Uma alimentação que realmente atenda às necessidades. No Estado do Rio de Janeiro, há mais de meio milhão de pessoas abaixo da linha de pobreza. Isso é um número alarmante! Em um encontro de povos e comunidades tradicionais, tivemos exemplos concretos de várias pessoas que são invisíveis, pessoas às quais as políticas públicas não chegam. São os mais pobres entre os pobres, vivem diariamente na insegurança alimentar. O CONSEA tem uma preocupação grande com esse pessoal.